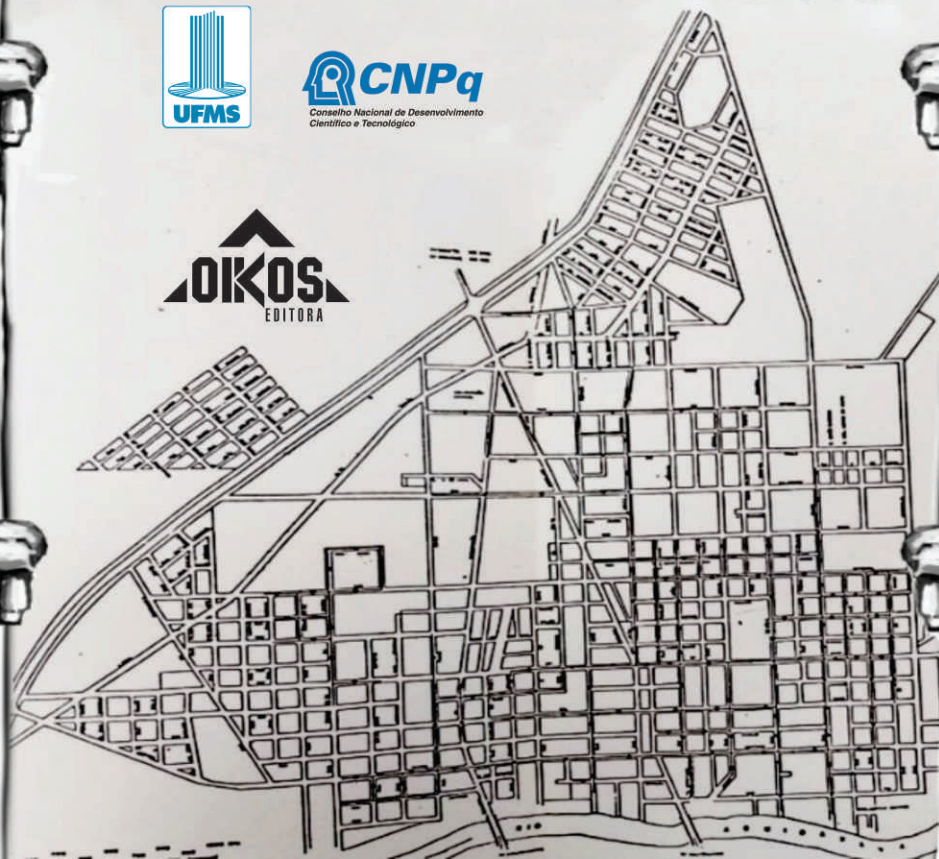


Fabiano Quadros Rückert
Elisa Pinheiro de Freitas
(Organizadores)

Urbanização e abastecimento de água no Mato Grosso do Sul

E-book



**Urbanização e abastecimento de água
no Mato Grosso do Sul**

**Fabiano Quadros Rückert
Elisa Pinheiro de Freitas
(orgs.)**

Urbanização e abastecimento de água no Mato Grosso do Sul

E-book



São Leopoldo
2022

© Dos autores – 2022

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento e Lucas Braga Rückert

Revisão: Geraldo Korndörfer

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza M. Harres (Unisinós)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fonet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

U72 Urbanização e abastecimento de água no Mato Grosso do Sul. E-book. /
Organizadores: Fabiano Quadros Rückert e Elisa Pinheiro de Freitas.
– São Leopoldo: Oikos, 2022.
132 p.; il. color; 16 x 23 cm.
ISBN 978-65-5974-110-6
1. Urbanização – Abastecimento de água – Mato Grosso do Sul. 3.
Saneamento básico. I. Rückert, Fabiano Quadros. II. Freitas, Elisa Pi-
nheiro de.

CDU 711.4:628(817.1)

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Prefácio	7
<i>Fábio Alexandre dos Santos</i>	
Apresentação	11
<i>Fabiano Quadros Rückert</i>	
<i>Elisa Pinheiro de Freitas</i>	
CAPÍTULO 1	
Urbanização em perspectiva histórica: notas sobre o estado de Mato Grosso do Sul	16
<i>Fabiano Quadros Rückert</i>	
CAPÍTULO 2	
A conquista da água no sul de Mato Grosso na primeira metade do século XX	40
<i>Fabiano Quadros Rückert</i>	
CAPÍTULO 3	
A formação do núcleo urbano de Ivinhema como estratégia de colonização da SOMECO S/A (1961-1974)	60
<i>Rogério Ribeiro Antonio</i>	
CAPÍTULO 4	
O panorama do abastecimento de água no Mato Grosso do Sul no decênio 1979-1989	81
<i>Fabiano Quadros Rückert</i>	
CAPÍTULO 5	
O direito à água potável sob o novo marco legal do saneamento no Brasil e o impacto para os municípios de pequeno e médio porte do estado de Mato Grosso do Sul	101
<i>Elisa Pinheiro de Freitas</i>	
<i>Leandro dos Santos Pereira</i>	
<i>Rafael Rocha Sá</i>	

CAPÍTULO 6

Pandemia de Covid-19, saneamento básico e vacinação em massa
na fronteira Brasil-Bolívia: o caso de Corumbá-MS 116

Elisa Pinheiro de Freitas

Isadora Sigarini de Moraes

Leandro dos Santos Pereira

Rafael Rocha Sá

Sobre os autores e as autoras 131

Prefácio

*“... a cidade não conta o seu passado,
ela o contém como as linhas da mão,
escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas,
nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios,
nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões,
serradelas, entalhes, esfoladuras.”¹*

Muitos são os estudos que se debruçam sobre o tema da urbanização nas diferentes áreas do conhecimento, com suas múltiplas problemáticas, abordagens e correlações. Todavia, penso, estes estudos não esgotam as reflexões e sempre deixam a indelével marca de que ficou algo a resgatar, a aprofundar, a refletir, a tentar compreender. Talvez alguns trabalhos se tornem clássicos por estas razões. Para as Ciências Humanas e, em particular, para a História essa premissa me soa ainda mais desafiadora, na medida em que há sempre necessidade de se impor balizas temporais para dar conta do rigor metodológico que nos é caro e, claro, para impor finalizações que poderiam ser denominadas de “momentâneas”.

Creio, assim, que um primeiro mérito desta obra – “Urbanização e abastecimento de água no Mato Grosso do Sul”, organizada pelo historiador Fabiano Quadros Rückert e pela geógrafa Elisa Pinheiro de Freitas – seja o de contribuir para a construção da memória urbana ao qual Calvino se refere, buscando reconstituir a partir da “múltiplas historicidades e espacialidades das relações entre a urbanização e o abastecimento de água”, o que cada uma das cidades analisadas apresentam de singular, as quais “contêm” as marcas de pessoas de diferentes origens, interações socioculturais, interesses, posições socioeconômicas, instituições e problemáticas diversas. E, por extensão, nos instigam a novas questões e problemáticas.

Impossível não ressaltar a cuidadosa articulação das variadas origens e características das cidades em análise na inter-relação com os aspectos e fatores políticos advindos da autonomia política do estado do Mato Grosso do Sul, oficializado em 1977 e tutelado pela burocracia estatal a partir de 1979. O trato

¹ CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Trad.: Diogo Mainardi. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 14-15.

destes momentos e temas diversos se encontram nas linhas e entrelinhas dos diferentes textos e expressam a sensibilidade metodológica e o respeito aos objetos em discussão. Em outras palavras, mesmo no “sul-mato-grossense” desde o final da década de 1970, outrora a tutela administrativa e identitária era outra, daí o desafio: situar a discussão no “espaço” do Mato Grosso do Sul sem deixar de considerar o período e as peculiaridades precedentes.

Outro aspecto a se destacar se refere à preocupação de os pesquisadores apresentarem reflexões que se articulam com o conjunto das questões mais prementes de cada momento histórico – nacional e internacionalmente – estabelecendo vínculos econômicos, políticos, sociais, ambientais necessários, os quais permitem vislumbrar a complexidade que os temas envoltos nos textos requerem, em especial quando colocam em relevo temas como neoliberalismo, financiamentos públicos na área de saneamento, colonização dirigida, fluidez das fronteiras, políticas públicas e serviços de saneamento e saúde, chegando à pandemia da Covid-19.

Tão fundamental quanto os objetos elencados são as opções teóricas que sustentam as argumentações que destacam os aspectos intrínsecos das relações capitalistas de produção e acumulação. Fundamentados em Lefebvre, Santos, Kowarick, Harvey e outros importantes pesquisadores, os autores demonstram como as interações e ações do Estado (ou suas respectivas omissões ou ausências) com o setor privado e a população se relacionam e reproduzem desigualdades em meio às dinâmicas das relações capitalistas.

No primeiro capítulo, “Urbanização em perspectiva histórica: notas sobre o Estado de Mato Grosso do Sul”, Fabiano Quadros Rückert apresenta o processo histórico de formação de Mato Grosso do Sul desde o século XVIII sob a conjuntura da localização espacial, da defesa da fronteira, da mineração, da interiorização e ocupação do solo, demonstrando como as peculiaridades regionais, em seu conjunto, explicam a atração de pessoas, a necessidade de infraestrutura e serviços.

No capítulo seguinte, também de Fabiano Quadros Rückert, intitulado “A conquista da água no sul de Mato Grosso na primeira metade do século XX”, o autor aprofunda a conexão da urbanização com os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, abordando a constituição dos serviços nas cidades de Corumbá, Aquidauana e Campo Grande. Baseado em documentação primária, o pesquisador demonstra os diferentes encaminhamentos dados pelos municípios para atender a demanda crescente.

Ambos os capítulos, de imediato, já evidenciam a relevância – para além de Mato de Grosso do Sul – de se apreender a relação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, enquanto “elementos urbanos” como

denomina Lefebvre, com os processos de urbanização nos espaços em que se situam, na medida em que o aumento da aglomeração humana e das atividades econômicas, sociais, culturais demandam por ações ambientalmente adequadas para a qualidade de vida de todas as espécies. Por outro lado, análises como estas acabam por corroborar a heterogeneidade da constituição dos serviços de saneamento no Brasil.

No terceiro capítulo, “A formação do núcleo urbano de Ivinhema como estratégia de colonização da Someco S.A. (1961-1974)”, de Rogério Ribeiro Antonio, o tema da capitalização do solo adquire destaque com a análise da colonização dirigida, em especial da Sociedade de Melhoramentos e Colonização (Someco S.A.). Situando a discussão com as políticas centralizadoras do governo civil-militar, após o golpe de 1964, o autor demonstra como se efetivaram as condições para a ocupação privada do solo – legitimada pelo Estado –, amparada no discurso de que se promoveria a reforma agrária.

O autor demonstra como no conjunto das intenções privadas das empresas de colonização para ocupação do solo, incluíam projetos de formação de núcleos urbanos como o propósito de atender à demanda por serviços, assistência rural, suprimentos alimentícios etc. Portanto, sob a conjuntura da “expansão da fronteira agrícola” que remonta ao período anterior ao golpe civil-militar de 1964, áreas urbanas foram fomentadas e, entre elas, Ivinhema.

No quarto capítulo, “O panorama do abastecimento de água no Mato Grosso do Sul no decênio 1979-1989”, Fabiano Quadros Rucket traz para debate o papel e os impactos do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), de 1971, para as cidades sul-mato-grossenses. Como política pública implementada pelos militares, ela apresentou especificidades que assinalavam o centralismo político e o perfil tecnocrata do período. De qualquer forma, o autor demonstra como os índices de atendimento apresentaram relativa melhora em alguns municípios.

Porém, dada a diferença no “ritmo de urbanização” das cidades no estado, o que o autor demonstra é a relação inversamente proporcional entre a melhoria nos índices de oferta dos serviços e o aumento da demanda, incentivado pelo aumento populacional devido aos financiamentos destinados ao setor agrário, investimentos na colonização dirigida (privada), construção de infraestrutura (rodoviária) e incentivo à instalação de indústrias na região. O que reproduziu disparidades entre a oferta do saneamento nas diferentes cidades do estado.

Ao final deste capítulo, o leitor é instigado a refletir sobre questões que extrapolam as problemáticas centrais da obra, dada a abordagem crítica e historicamente fundamentada. Outrossim, os capítulos que seguem, complexificam o debate com a inserção de questões e desafios contemporâneos que dão sentido à reconstrução das memórias até então apresentadas.

No capítulo seguinte, “O direito à água potável sob o novo marco legal do saneamento no Brasil e o impacto para os municípios de pequeno e médio porte do estado de Mato Grosso do Sul”, Elisa Pinheiro de Freitas, Leandros dos Santos Pereira e Rafael Rocha Sá trazem a pergunta sobre como a Lei nº 14.026, de julho de 2020, que instituiu o novo marco regulatório do saneamento no Brasil pode dificultar a universalização dos serviços.

No centro do debate, argumentam os autores, encontra-se a consolidação efetiva da mercantilização da água, que mesmo não sendo uma novidade, com a chancela do Estado o fomento à reprodução da desigualdade adquire especial conotação, pois a lei obstrui o acesso à água enquanto direito. Esta situação, quando colocada à luz da realidade sul-mato-grossense poderá ampliar a desigual oferta ao sabor dos interesses privados que desejam atuar unicamente em áreas que apresentem viabilidade econômica, ou seja, o caráter privado deverá se sobrepor aos interesses sociais.

O capítulo que encerra a obra, “Pandemia de Covid-19, saneamento básico e vacinação em massa na fronteira Brasil-Bolívia: o caso de Corumbá-MS”, de Elisa Pinheiro de Freitas, Isadora Sigarini de Moraes, Leandro dos Santos Pereira e Rafael Rocha Sá, apresenta uma discussão sobre os casos de Covid-19 em Corumbá relacionando-os aos serviços de saneamento da cidade.

Em essência, os autores refutam o argumento de que a oferta de saneamento numa dada região ou cidade represente acesso a todos os cidadãos destes espaços a tais elementos; e, em decorrência, questionam que o impacto da epidemia de Covid-19 atingiu da mesma forma todos os segmentos sociais. Situação agravada, ainda, pela fluidez da condição de fronteira de 13 das 79 cidades do estado, com o Paraguai e a Bolívia, o que impôs aumento na demanda por serviços, como de saúde, por exemplo. Ademais, apontam como a falta de políticas públicas integradas entre os diferentes países poderiam ter amenizado a gravidade da situação durante a pandemia.

Não menos importante, quero destacar o trato cuidadoso dos pesquisadores com relação à variada documentação primária que sustenta os artigos desta obra, conferindo importância historiográfica para se pensar os temas *urbanização* e *saneamento* para além de Mato de Grosso do Sul. Da mesma forma, a gama de cidades analisadas com suas especificidades e seus processos de constituição dos serviços de saneamento, revela fatos históricos muitas vezes ocultos quando vistos por lentes maiores. Ademais, os debates apresentados nos capítulos convergem problemáticas que se complementam na reflexão e propõem ao leitor ir além do que se está posto.

São Paulo (SP), junho de 2022.

Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos
Universidade Federal de São Paulo – Unifesp

Apresentação

O livro que apresentamos para apreciação do público foi produzido no transcurso de um projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do Edital Universal de 2018. O projeto foi desenvolvido no período entre 2019 e 2021 e contou com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Na sua estrutura e estilo textual, o livro se caracteriza por ser uma obra acadêmica. No entanto, os autores almejam encontrar leitores dentro e fora dos “muros” da Universidade. Acreditamos que as negociações e decisões que impactam na urbanização e na oferta do abastecimento de água demandam maior envolvimento da sociedade e não devem estar restritas aos burocratas, políticos, corporações empresariais e cientistas. Dito de outra forma: acreditamos que assuntos de interesse público necessitam ser divulgados, discutidos e pensados coletivamente. Seguindo essa concepção, entendemos ser pertinente uma reflexão que busque articular as múltiplas historicidades e espacialidades das relações entre a urbanização e o abastecimento de água.

No âmbito da academia, a urbanização tem sido interpretada a partir de diferentes perspectivas. As interpretações formuladas de Henri Lefebvre (2001; 2002)¹, Milton Santos (2013; 2018)², Lúcio Kowarick (1979)³ e David Harvey (2005; 2014)⁴ dialogam com o materialismo histórico e enfatizam as interseções entre o desenvolvimento das cidades e a dinâmica do capitalismo. Estes autores compartilham a tese de que as cidades reproduzem [no plano material e simbólico] a lógica do sistema capitalista. As cidades – pequenas ou grandes, antigas ou novas – concentram capitais, aglutinam populações dispersas, incorporam inovações tecnológicas e potencializam, com maior ou menor êxito, a fabricação e circulação de produtos em larga escala. Dentro desta perspectiva, a urba-

¹ LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 2001.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Trad.: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

² SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, M. **A pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

³ KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

⁴ HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

nização seria um fenômeno contraditório: de um lado; oferece possibilidades de trabalho para uma população que não foi absorvida pelo setor primário da economia; e do outro, acentua as diferenças sociais ao distribuir de forma desigual os resultados do trabalho realizado no espaço urbano.

Inserida nas ambiguidades do sistema capitalista e herdeira de estratificações sociais anteriores ao próprio sistema, a urbanização contemporânea materializa e reforça as desigualdades na medida em que produz disparidades na oferta de equipamentos e serviços urbanos entre o centro e as periferias.

As interpretações sobre a urbanização formuladas por Lefebvre, Santos, Kowarick e Harvey perpassam [de forma explícita ou implícita] os textos reunidos no presente livro. Elas nos lembram de que o crescimento e ordenamento das cidades e a presença [ou ausência] de serviços urbanos não são produtos do acaso. E, ao mesmo tempo, nos convidam para pensar nas relações entre a capitalização do solo, a produção de assimetrias interurbanas e a precarização das condições de vida dos pobres.

Dentre os diversos aspectos que configuram a urbanização, o abastecimento de água é o que nos interessa. Serviço essencial para a existência de uma cidade, ele impacta nas condições de salubridade, interfere nas práticas de higiene domésticas, influencia na distribuição da população e contribui para o desenvolvimento da economia. Elemento importante no metabolismo urbano, o abastecimento de água também se caracteriza por ser um serviço de interesse público e, conseqüentemente, a sua organização, eficiência e custo envolvem – de forma direta ou indireta – questões de ordem política. No plano jurídico, o acesso à água potável se enquadra na categoria do direito comum do povo e a sua oferta [para todo o coletivo social] é uma responsabilidade compartilhada entre as diferentes esferas do poder público.

Diante do que foi exposto, e tendo em vista que as relações entre urbanização e abastecimento de água são constructos históricos, organizamos um livro composto de seis capítulos. A intenção principal da obra consiste em compartilhar com o público leitor um conjunto de conhecimentos históricos, geográficos, sociais e políticos necessários para a compreensão das relações entre urbanização e abastecimento de água no estado de Mato Grosso do Sul.

O primeiro capítulo apresenta um panorama do processo histórico de urbanização no território sul-mato-grossense e usa como marco cronológico inicial o século XVIII – período marcado pela mineração aurífera e pela expansão dos portugueses no Centro-Oeste do Brasil. Produto de uma ampla revisão bibliográfica, o capítulo destaca iniciativas políticas de diferentes épocas [Colônia, Império e República] que impactaram na formação e desenvolvimento de cidades sul-mato-grossenses. Sem desconsiderar que o estado de Mato Grosso

do Sul foi criado em 1977 e que a primeira gestão do governo estadual assumiu em 1979, o autor afirma que o processo de urbanização desta unidade federal não pode ser dissociado de questões com temporalidade mais antigas, dentre as quais se destacam a defesa militar da fronteira, a navegação fluvial, a construção de ferrovias e a ocupação de terras devolutas, no Império e na República.

O segundo capítulo trata dos primórdios do abastecimento de água nas cidades de Corumbá, Aquidauana e Campo Grande. Nestas localidades, nas primeiras décadas do século XIX, o poder público promoveu ações que resultaram na implantação de sistemas modernos de captação e distribuição de água potável em rede. Com base nas fontes documentais consultadas, o autor afirma que as três municipalidades adotaram estratégias diferenciadas para prover a população de água potável: Corumbá optou pela concessão do serviço para o setor privado; Aquidauana e Campo Grande optaram pela execução das obras com recursos públicos e contaram com o auxílio da União Federal, via Ministério de Guerra.

A participação do governo federal na urbanização e no abastecimento apresentou mudanças ao longo do tempo e não foi espacialmente homogênea. Em determinadas localidades, o impacto dos investimentos federais na urbanização e no abastecimento de água foi mais expressivo do que em outras. E, no caso específico do território que hoje corresponde ao Mato Grosso do Sul, importa ressaltarmos que a urbanização foi estimulada pelo regime civil-militar, que fomentou o povoamento e a expansão do agronegócio no Centro-Oeste do Brasil.

As interfaces entre a política agrária do regime civil-militar e o crescimento das cidades no Mato Grosso do Sul ganham destaque no terceiro capítulo do livro, que aborda a comercialização de terras promovidas pela empresa denominada Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECA S/A). Consultando fontes documentais primárias, o autor trata da importância da existência de um núcleo urbano no projeto de colonização administrado pela SOMECA, no período entre 1961 e 1974.

Na sequência, o quarto capítulo contempla o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANASA) e a atuação da Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul S. A. (SANESUL), no decênio entre 1979 e 1989. Dentro do respectivo período ocorreu uma importante mudança no sistema nacional de financiamento do saneamento. No começo da década de 1980, o PLANASA apresentou problemas de operacionalidade, e as Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs), por estarem sobrecarregadas pelos empréstimos contraídos, acumulavam sucessivos déficits financeiros. Em 1986, com a extinção do Banco Nacional de Habitação, a gestão dos contratos do PLANASA foi transferida para a Caixa Econômica Federal, que adotou severas restrições para a

liberação de novos empréstimos. Em decorrência da desarticulação do PLANASA, as CESBs defrontaram-se com a difícil tarefa de manter os serviços ofertados contando somente com receitas ordinárias e, eventualmente, com verbas procedentes dos governos estaduais e de empréstimos internacionais. A conjuntura política e financeira nacional impôs limitações ao trabalho da SANESUL, que encerrou a sua primeira década de existência apresentando um desempenho deficitário, tanto na oferta de água potável quanto na oferta da coleta e tratamento de esgoto.⁵ Conforme demonstra o autor do capítulo, apesar das adversidades, a SANESUL ampliou o número de municípios atendidos por sistemas de água em rede e expandiu a oferta de água nas principais cidades sulmato-grossenses.

A extinção do PLANASA dificultou a gestão financeira e operacional de todas as CESBs e agravou a situação das municipalidades que administravam sistemas autônomos de saneamento. No período pós-PLANASA, na ausência de uma política nacional de saneamento e num contexto de neoliberalismo, houve uma acentuada redução no ritmo de expansão da oferta de água potável e na oferta do serviço de esgoto. Na década de 1990, surgiram iniciativas para reformulação da política nacional de saneamento. Uma destas iniciativas foi o Projeto de Lei Complementar n. 199/93, apresentado em 1991 pelo então Presidente Fernando Collor de Mello. O Projeto foi aprovado pelo Congresso, mas foi vetado na íntegra pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Outra iniciativa foi o Projeto de Lei enviado para apreciação do Congresso em 1996, e posteriormente descartado. Enquanto o Congresso Nacional e o Poder Executivo produziam prolongadas discussões sobre as vantagens ou desvantagens da abertura do setor de saneamento para investimentos privados, as Companhias Estaduais de Saneamento e os sistemas autônomos municipais definiram como prioridades a redução dos custos operacionais, a ampliação das receitas e o atendimento para áreas de maior vulnerabilidade social. Na prática, estas prioridades deslocavam o foco da meta de universalização do saneamento para ações pontuais necessárias para a viabilidade técnica e financeira do serviço; e, ao mesmo tempo, atendiam as exigências fixadas por órgãos de financiamento internacional como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em 2013, o Congresso aprovou o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e fixou metas de expansão na oferta dos serviços para um período de 20 anos (2013-2023). A concepção de saneamento do PLANSAB é mais

⁵ O desempenho da SANESUL no decênio 1979-1989 também foi deficitário na coleta e tratamento de esgoto, mas este aspecto do saneamento não foi contemplado pelo autor do capítulo.

ampla do que a usada no PLANASA. Na concepção atualmente em vigor, o saneamento inclui, além do abastecimento de água e da coleta e tratamento de esgoto, a gestão de resíduos sólidos e a drenagem urbana. Neste aspecto, houve um avanço. No entanto, o problema do financiamento para os serviços de saneamento não foi efetivamente resolvido, e a antiga polêmica sobre as vantagens e desvantagens da abertura do setor para o capital privado ganhou um novo capítulo com a aprovação da Lei n. 14.026, de 15 de julho de 2020 – lei que estabelece o novo marco legal do saneamento básico no Brasil.

O problema do financiamento do saneamento no Brasil excede o escopo do presente livro, todavia, entendemos ser pertinente abordá-lo, ainda que de forma superficial, nas linhas desta apresentação. Cientes da relevância do assunto, incluímos na obra um texto que analisa a Lei n. 14.026/2020 e discute, a partir da realidade do Mato Grosso do Sul, os riscos decorrentes da política de concessão dos serviços de saneamento para o setor privado. Este texto corresponde ao quinto capítulo.

O sexto e último capítulo do livro aponta para a existência de uma relação entre a distribuição espacial dos casos de COVID-19 registrados na cidade de Corumbá (MS) e a situação do saneamento na respectiva cidade. Como pesquisadores e como cidadãos, optamos por inserir este texto para refutar a ideia de que o impacto da epidemia de COVID-19 foi o mesmo em todos os segmentos sociais e porque consideramos importante a reflexão sobre a disparidade na oferta do saneamento dentro de um mesmo município. A questão da disparidade é relevante para pontuar a diferença entre dizer que Corumbá [ou qualquer outra cidade brasileira] é provida de saneamento básico e dizer que todos os cidadãos desfrutam de água potável ou são atendidos por redes coletoras de esgoto.

Em linhas gerais, estes são os temas contemplados pelo livro. Enquanto organizadores, estamos cientes de que os capítulos reunidos na obra não abrangem toda a complexidade da história da urbanização e do abastecimento de água no Mato Grosso do Sul e não desconsideramos outras possibilidades de análise para o antigo problema do financiamento do saneamento no Brasil. No entanto, ressaltamos que o livro apresenta um volume expressivo de dados, fatos e conceitos a partir dos quais as interpretações formuladas pelos autores poderão ser revisadas, aprofundadas, contestadas ou corroboradas. Entendemos que a crítica é parte essencial ao trabalho acadêmico, e com este posicionamento, esperamos estar contribuindo para fomentar o interesse dos leitores pela história da urbanização e do abastecimento de água no Mato Grosso do Sul.

Corumbá, julho de 2022

Os Organizadores

CAPÍTULO 1

Urbanização em perspectiva histórica: notas sobre o estado de Mato Grosso do Sul

*Fabiano Quadros Rückert**

*“Esforços bibliográficos são, por natureza,
raramente completos” (SANTOS, 1993, p. 12).*

A interpretação sobre a história da urbanização no Mato Grosso do Sul apresentada neste texto foi desenvolvida a partir de três recortes temporais. O primeiro contempla o longo período entre a elevação do arraial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá à condição de vila (1727) e a Proclamação da República (1889). O segundo recorte cronológico abrange o hiato de tempo entre o começo do regime republicano e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), fato ocorrido em 1967.¹ O terceiro abrange o período de expansão do agronegócio no Centro-Oeste do Brasil, tendo início em 1967 e se estendendo até 2010, ano de realização do último censo nacional.

Os primórdios da urbanização na fronteira oeste do Brasil (1727-1889)

O marco temporal inicial da periodização que adotamos não desconsidera o fato de que expedições bandeirantes transitavam pelos territórios dos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul antes da implantação da Vila de Cuiabá. Naquele contexto, o avanço dos portugueses para o interior do continente, apesar de atender aos interesses da Coroa lusitana, não estava sob o pleno controle da metrópole. Mas, a partir da descoberta de ouro nas lavras do Coxipó-Mirim, fato ocorrido em 1719, a Coroa buscou incentivar o povoamento e a

*A pesquisa que originou este capítulo do livro foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), via Edital Universal de 2018. A pesquisa também contou com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

¹ O estado de Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, sancionada pelo então presidente da República, General Ernesto Geisel. A instalação do primeiro governo estadual ocorreu em 01 de janeiro de 1979.

exploração econômica da região por meio da instalação da Vila de Cuiabá (1727); e, posteriormente, com a criação da Capitania de Mato Grosso (1748) e a instalação da sua capital em Vila Bela da Santíssima Trindade (1752).

Dentro do sistema imperial português, a criação de uma vila [ou a elevação de um povoado ou arraial à condição de vila] era um ato político importante porque permitia a instalação de uma Câmara Municipal e reforçava os vínculos entre a população local e as instituições administrativas da Coroa.

Existem diferentes interpretações sobre o papel das Câmaras Municipais no Brasil Colônia. Caio Prado Júnior (2011) afirma que elas atuavam como instituições subordinadas à metrópole, não possuíam autonomia e não estabeleciam contato direto com a população local. Charles Ralph Boxer (1981), em seu clássico estudo sobre a organização do Império Ultramarino Português, reconheceu o vínculo das Câmaras com a metrópole e destacou a importância que elas desempenhavam na representação dos interesses locais e na mediação de conflitos. Maria Fernanda Bicalho (1998) também ressaltou a função das Câmaras como espaços de negociação política no âmbito da colônia. Adriano Comissoli (2008) analisou o perfil dos “homens bons” da Câmara Municipal de Porto Alegre no final do século XVIII e constatou que estes sujeitos atuavam em nome dos interesses da Coroa, mas também zelavam por interesses pessoais e corporativos. Arno Wehling (2018), por sua vez, ressaltou que o funcionamento das Câmaras Municipais no Brasil colonial, apesar de baseado na legislação portuguesa, apresentou particularidades. O autor argumenta que o perfil populacional da colônia provocou uma gradual flexibilização nos requisitos para eleição dos “homens bons”, possibilitando o acesso de mestiços e comerciantes aos cargos camarários.

Sem diminuir a importância da discussão historiográfica sobre o papel das Câmaras na Colônia, consideramos pertinente enfatizar dois efeitos decorrentes da criação de Câmaras Municipais no contexto colonial. São eles: (1) a demarcação do *rossio* e o uso desta área para organização do espaço urbano local;² e (2) o surgimento de uma instituição política mediadora entre os interesses da monarquia portuguesa e os interesses locais. Carlos Alberto Rosa (1996), referindo-se à formação da Vila de Cuiabá, resalta que a criação da Câmara implicou a prática de eleições, a elaboração de estatutos e a produção de Posturas Municipais por meio das quais o poder público normatizava diversas práti-

² Segundo Fonseca (2011, p. 28), “O *rossio* designava os terrenos cedidos pela Coroa, por meio de carta foral, para constituir patrimônio da municipalidade. O *rossio* era de usufruto comum, podendo ser utilizado para pastos, plantações e obtenção de lenha. Servia ainda de reserva para futura expansão da vila, seja para moradia ou para abertura de caminhos e praças”.

cas sociais, definia padrões de higiene e fixava regras para a edificação dos imóveis. Na interpretação do autor – com a qual concordamos – a construção de espaços urbanos foi fundamental para o desenvolvimento da Capitania de Mato Grosso.³

Motivada inicialmente pela iniciativa de colonos atraídos pelo ouro e, posteriormente, incentivada pela Coroa, a instalação de súditos lusitanos na região do Coxipó-Mirim e a criação das Câmaras Municipais de Cuiabá e Vila Bela influenciaram na geopolítica dos Impérios ibéricos. De um lado, Portugal reivindicou o direito de posse sobre as minas; do outro, a Espanha reivindicou o cumprimento do Tratado de Tordesilhas. O impasse geopolítico foi resolvido em 1750 com a assinatura do Tratado de Madri e com a redefinição provisória das fronteiras coloniais. A partir de 1750, Portugal promoveu ações para assegurar o povoamento e o controle de territórios localizados na fronteira oeste do Brasil. Dentre estas ações, a bibliografia especializada destaca a instalação do governo da Capitania de Mato Grosso em Vila Bela; o incentivo para o casamento entre índios e portugueses e a disponibilização de terras indígenas para aforamento, ambos promovidos pelo Diretório dos Índios (1755);⁴ a instalação da Vila de São Luís de Cárceres (1778); criação das fortalezas Nossa Senhora da Conceição (1765), Bragança (1771), Coimbra (1775) e Príncipe da Beira (1776); e construção do Presídio de Miranda (1778). Na mesma época, foram criadas “as povoações de Albuquerque (1778), à margem direita do rio Paraguai, Vila Maria (1778) e São Pedro D’ El Rei (1781), ambas entre Vila Real e Vila Bela, e Casalvasco (1783), a oito léguas da capital (JESUS, 2006, p. 28).”

Na segunda metade do século XVIII, uma parte do abastecimento da Capitania de Mato Grosso dependia de monções organizadas pelos comerciantes paulistas e outra parte procedia de monções amazônicas. Intercalando rotas terrestres com vias fluviais, as monções asseguravam o envio de escravos, alimentos e manufaturas para as regiões de Cuiabá e Vila Bela – os dois principais núcleos urbanos de Mato Grosso. A importância das monções para o povoamento do interior do Brasil foi analisada por autores como Caio Prado Júnior (2011), Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Capistrano de Abreu (1982), dentre outros, e não há necessidade de adentrarmos neste tema. Contudo, importa ressaltar que, para além da importância comercial, as monções foram fundamen-

³ Para um estudo mais aprofundado das relações entre os núcleos urbanos criados no século XVIII, durante a expansão lusitana no centro-oeste do Brasil e o desenvolvimento da Capitania de Mato Grosso, recomenda-se, além da obra de Rosa (1996), as pesquisas de Araújo (2000), Jesus (2011); Lima (2010; 2012) e Chaparro (2021).

⁴ A relação entre o Diretório dos Índios e o projeto metropolitano de povoamento e exploração do interior do Brasil foi objeto de estudo de Silva (1995 e 2005) e Moreira (2015).

tais para a criação e sobrevivência de diversos povoados nos sertões de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso.

Nos decênios que antecederam a Independência do Brasil, a Coroa lusitana promoveu uma reorientação na sua geopolítica e definiu, como nova prioridade no território colonial, a ocupação e defesa do Vale do Rio Paraguai. Segundo Lima (2012, p. 09-10), ao direcionar sua atenção para a fronteira pantaneira, a Coroa abriu novas oportunidades de negócio para a população de Cuiabá, na medida em que possibilitou a criação de “fazendas de criação para abastecimento das tropas, controladas por grandes proprietários rurais, além da venda de outros alimentos e da concessão de crédito do Estado”. Desta forma, por via fluvial e terrestre, iniciou-se um gradual deslocamento populacional do norte para o sul do antigo Mato Grosso.

Quando a Independência foi proclamada, o declínio da mineração no Vale do Rio Guaporé era um fato consolidado. Contudo, o destino das vilas, freguesias e povoados criados durante o ciclo do ouro estava cada vez mais ligado ao desenvolvimento da pecuária e ao comércio fluvial praticado na Bacia do Rio Paraguai.

O deslocamento populacional do norte para o sul do Mato Grosso foi gradual e, nas primeiras décadas do Império, não provocou grande impacto demográfico. No entanto, no transcurso deste deslocamento, extensas áreas de terra foram ocupadas por fazendeiros, e a pecuária bovina tornou-se uma atividade econômica cada vez mais relevante. Por volta de 1844, as terras entre os rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai estavam ocupadas por grandes fazendas, e a Vila de Poconé se projetava como um próspero núcleo urbano. Nos decênios seguintes, novas fazendas com rebanhos bovinos se estenderam na direção sul do Pantanal e alcançaram os rios Taboco, Nioaque e Miranda (ESSELIN, 2011). Na mesma época, o Império brasileiro reforçou sua presença militar na região sul da Província de Mato Grosso por meio das colônias militares de Nioaque (1855), Dourados (1856) e Miranda (1860).

O processo de expansão da pecuária bovina pelo Pantanal influenciou nas relações entre o Império do Brasil e o Paraguai. As duas partes divergiam quanto ao direito de navegação nas águas do Rio Paraguai. Em 1856, depois de ser pressionado pelo Império do Brasil, o governo de Assunção assinou um acordo permitindo o trânsito de navios brasileiros pelo Rio Paraguai. Três anos depois, o Império do Brasil incentivou – por meio de subvenção – a criação da Companhia de Navegação do Alto Paraguai, empresa que deveria atuar na rota fluvial entre Montevidéu e Cuiabá (MISSIO; RIVAS, 2019, p. 624). Mas o acordo não eliminou as divergências e não impediu a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

A mobilização de forças militares do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai fez da Guerra da Tríplice Aliança um dos capítulos mais importantes na história da América Latina do século XIX. Diversos historiadores, em diferentes países, escreveram sobre os motivos e as consequências deste conflito que se estendeu de 1864 a 1870. Revisar a bibliografia que trata da Guerra da Tríplice Aliança não se enquadra no escopo da nossa pesquisa. Contudo, é necessário registrar que, ao término da guerra, o comércio na Bacia do Rio Paraguai foi intensificado, e a Vila de Corumbá consolidou-se como um importante núcleo comercial, populacional e político na fronteira oeste do Brasil (CORRÊA, 1997; REYNALDO, 2007; SENA, 2017). Sob o impulso do comércio fluvial, a Corumbá imperial urbanizou-se de forma mais acentuada do que outras vilas da Província de Mato Grosso.

Elaine Cancian (2006), ao pesquisar a arquitetura e a escravidão em Corumbá, constatou que os escravos exerciam diversas atividades urbanas: carregavam e descarregavam mercadorias no porto; atuavam no comércio de rua; trabalhavam como pedreiros, carpinteiros e “jornaleiros”, e também exerciam funções domésticas. A existência de escravos envolvidos em atividades remuneradas típicas de ambientes urbanos [os chamados “escravos de ganho”] foi interpretada pela autora como um indicativo do processo de urbanização que estava em curso na cidade de Corumbá, nas décadas finais do Império. Divino Marcos de Sena, partindo de outro enfoque, também identifica sinais de um expressivo crescimento urbano na Corumbá pós-Guerra da Tríplice Aliança e destaca a expressiva presença de estrangeiros na cidade.⁵ Sena (2017) afirma que a reabertura da navegação internacional pelo Rio Paraguai beneficiou a cidade portuária de Corumbá. Localizada nas margens do Rio Paraguai, Corumbá consolidou-se como um centro de comércio por meio do qual a Província de Mato Grosso realizava a importação e exportação de mercadorias. O mesmo autor ressalta que, após o término da Guerra da Tríplice Aliança, o governo imperial ampliou o efetivo militar instalado em Corumbá e providenciou a criação de um aparato administrativo, judicial e fazendário na respectiva localidade.

As instituições imperiais instaladas em Corumbá ao término da Guerra da Tríplice Aliança se defrontaram com diversos fatores que ameaçavam a salubridade urbana. Segundo Cancian (2005, p. 152), “nas duas últimas décadas do século XIX o meio urbano corumbaense era sinônimo de propagação de doen-

⁵ Os dados apresentados por Sena (2012, p. 79) evidenciam que Corumbá era um local atrativo para imigrantes de diferentes nacionalidades. No Censo de 1872, a população total registrada foi de 3.086 pessoas. “Deste total, cerca de 20,96% dos habitantes eram estrangeiros (homens e mulheres).”

ças, falta de higiene e não cumprimento do Código de Posturas”. Sena e Nogueira (2015) abordaram o problema do abatimento de reses e do curtimento de couro dentro do perímetro da vila. Rückert e Sena (2021), consultando documentos do período imperial, analisaram o trabalho da Câmara de Corumbá para assegurar o cumprimento das Posturas Municipais e destacaram a preocupação da municipalidade com a má qualidade das águas consumidas pela população.

As pesquisas de Souza (2008), Cancian (2006), Sena e Nogueira (2015), Sena (2012; 2017) e Rückert e Sena (2021), assim como a pesquisa de Chaparro (2021), centrada na interpretação da cartografia histórica do sítio urbano, oferecem contribuições para a compreensão de fatores políticos, sociais e culturais que influenciaram [de forma positiva ou negativa] na etapa inicial da urbanização de Corumbá. Estas pesquisas nos permitem afirmar que o crescimento de Corumbá no final do Império foi um caso singular para a realidade da Província de Mato Grosso.

No final do Império, Corumbá estava inserida na rota comercial que conectava Cuiabá aos portos de Assunção, Montevideú e Buenos Aires; e, simultaneamente, estava conectada aos portos fluviais de Miranda e Aquidauana (ALVES, 2005; SOUZA, 2008; TARGAS, 2012). Mas, apesar da projeção de Corumbá enquanto núcleo urbano articulador de um comércio que possuía ramificações regionais e internacionais, o sul do Mato Grosso apresentava uma baixa densidade demográfica e desenvolvia uma economia predominantemente agrária. Nos campos do sul da província, a pecuária bovina e a extração da erva mate eram as principais atividades econômicas, e ambas não favoreciam a concentração populacional.

Povoamento e urbanização no sul de Mato Grosso (1889-1967)

Prosseguindo no intuito de interpretar a urbanização do atual Mato Grosso do Sul a partir da revisão bibliográfica, destacamos, nesta seção do capítulo, o processo de crescimento urbano ocorrido no sul do antigo Mato Grosso (doravante SMT)⁶ no período entre a Proclamação da República (1889) e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), ocorrida em 1967. Dentro deste espaço temporal, e considerando a bibliografia consultada, selecionamos dois aspectos. São eles: (i) o impacto da construção da ferrovia Noroeste Brasil na economia do SMT; e (ii) a política de “distribuição” de terras na região de Dourados. Cabe ressaltar que os aspectos apontados,

⁶ Na historiografia regional, a expressão “Sul de Mato Grosso” (SMT) é usada por autores como Corrêa (2012) e Queiroz (2014), dentre outros.

apesar de distintos, se complementam, na medida em que todos dizem respeito ao fenômeno da urbanização no SMT.

Antes de avançarmos para a análise dos aspectos supramencionados, acredito ser pertinente registrar a existência de uma construção discursiva que influencia nas interpretações sobre o desenvolvimento demográfico e econômico do espaço geográfico que estamos analisando. Esta construção discursiva é a chamada *Marcha para Oeste*. Habitualmente, a expressão é usada nas narrativas sobre o povoamento e desenvolvimento econômico do Centro-Oeste do Brasil.⁷ Trata-se, então, de uma construção discursiva que abrange o território do antigo Mato Grosso e os atuais estados de Goiás e Tocantins. Quando usada de forma acrítica, as narrativas sobre a *Marcha para Oeste* podem transmitir a ideia de que a interiorização da população brasileira transcorreu de forma ordenada e sem adversidades. E, o mais grave: pode reforçar a imagem do governo como protagonista do “progresso” e da prosperidade econômica, na medida em que os resultados da *Marcha* seriam a defesa militar da fronteira; o povoamento dos “sertões”; o enquadramento dos povos indígenas aos interesses da nação; a incorporação das riquezas naturais do Centro-Oeste ao corpo da nação e a expansão do agronegócio.

Estamos cientes de que existe uma relação indissolúvel entre a urbanização do atual Mato Grosso do Sul – o tema central da nossa revisão bibliográfica – e a *Marcha para Oeste*. No entanto, não compactuamos com narrativas históricas que consideram o povoamento, o desenvolvimento econômico e a urbanização do Centro-Oeste como uma sucessão de êxitos que beneficiaram todas as partes envolvidas. O processo foi marcado por contradições, conflitos e tensões. O crescimento das cidades nos sertões do Centro-Oeste fomentou diferentes tipos de violências cometidas contra os povos indígenas e contra o ambiente natural. A urbanização dos sertões também contribuiu, de forma direta ou indireta, para a concentração fundiária e para os elevados índices de desigualdade econômica que ainda hoje caracterizam os Estados do Centro-Oeste.

Sem desconsiderarmos a existência de efeitos colaterais no processo de urbanização do Centro-Oeste, na sequência do texto, vamos concentrar nossa atenção nas relações entre a ferrovia Noroeste Brasil (doravante NOB) e urbanização do Centro-Oeste.

⁷ Existe uma ampla bibliografia a respeito da *Marcha para Oeste*. Uma parte desta bibliografia foi produzida pelos intelectuais e políticos adeptos das intervenções do Estado no povoamento e desenvolvimento econômico da região (RUBIM, 1939; RICARDO, 1941; MENDONÇA, 1956, dentre outros); outra parte diz respeito às pesquisas acadêmicas que interpretam os objetivos, estratégias e consequências da *Marcha para Oeste*. Para o segundo tipo de bibliografia, ver: Oliveira (1997), Cassiano (2002), Ziliani (2010) e Calonga (2015).

A ferrovia Noroeste Brasil e o desenvolvimento urbano no SMT

A ferrovia Noroeste do Brasil foi investigada por diversos pesquisadores, dentre os quais destacamos Nilson Ghirardello (2002), Paulo Roberto Cimó Queiróz (2004) e Thiago Moratelli (2013).

Ghirardello (2002) desenvolveu uma pesquisa sobre os trabalhos técnicos de planejamento e a construção da ferrovia, com ênfase no período entre 1904 e 1915. A abordagem do autor concedeu especial atenção para o papel dos engenheiros, agrimensores e arquitetos na definição do traçado, na escolha dos materiais usados para a instalação dos trilhos e na construção de pontes e estações ferroviárias. Ghirardello também explorou o surgimento de núcleos urbanos em torno das estações ferroviárias da NOB, na parte paulista da linha férrea.

O saber técnico usado no planejamento e construção da NOB estava subordinado a dois tipos de poder: o poder político e o poder econômico. Do lado político, a ferrovia era um assunto que interessava às elites de três estados (São Paulo, Mato Grosso e Goiás), e, ao mesmo tempo, interessava ao governo federal. Do lado econômico, existiam investidores interessados nos lucros que o transporte ferroviário poderia oferecer. As negociações entre o poder político e o poder econômico foram intensas, sobretudo no período entre 1904 e 1907, quando se discutiu o traçado da via férrea. Em 1904, quando a empresa privada *Companhia de Estradas de Ferro Noroeste* foi fundada, ela recebeu da União uma concessão para construir a via férrea Uberaba-Coxim. Posteriormente, por interesse da empresa, o plano do traçado foi alterado, e se iniciaram estudos para uma via férrea ligando Bauru, no interior de São Paulo, a Cuiabá e Goiás. Em 1907, o destino da ferrovia foi novamente alterado por meio do Decreto Federal n. 6.463. Por decisão do governo, a empresa concessionária deveria construir uma ferrovia ligando Bauru à cidade de Corumbá. A mudança marcou uma acentuada intervenção do poder político nos planos da empresa e que assumiu a responsabilidade pela construção da ferrovia, sob a condição de transferir para a União a propriedade do trecho ferroviário que seria construído no sul de Mato Grosso.

Queiróz (2004), ao tratar dos interesses econômicos e políticos que motivaram a construção da NOB, ressaltou a função “estratégica” da ferrovia para o Brasil, no contexto geopolítico da região platina. Segundo o autor, nas primeiras décadas da República, diante do risco de um conflito militar com a Argentina, a construção de uma ferrovia ligando São Paulo ao interior do Mato Grosso foi percebida pelas elites brasileiras como uma alternativa para “contrabalançar a influência exercida sob o Mato Grosso pelos circuitos comerciais platinos” (QUEIRÓZ, 2004, p. 119). Desta forma, definiu-se que a linha férrea deveria partir de Bauru e alcançar Corumbá, nas margens do Rio Paraguai. Posteriormente, o destino final da linha foi direcionado para Porto Esperança.

Analisando o desempenho econômico da NOB, no período entre 1918 e 1956, Queiróz apresenta importantes contribuições para a compreensão do impacto da ferrovia na urbanização do sul do antigo Mato Grosso. Segundo o autor, quando a linha Bauru-Porto Esperança entrou em pleno funcionamento, na década de 1920, existia uma rede de estradas de rodagem ligando os principais núcleos urbanos do sul do Mato Grosso. As cidades de Miranda e Aquidauana estavam ligadas por caminhos terrestres ao Sudoeste e ao Sul do estado e ambas, antes da NOB ser inaugurada, já “desempenhavam um importante papel como empórios comerciais das mencionadas áreas”. Nioaque estava conectada a Aquidauana por uma rodovia; e Miranda, por sua vez, estava conectada por uma rodovia a Bela Vista e Ponta Porã. Por meio destas estradas de rodagem e do transporte fluvial, os habitantes do sul do Mato Grosso mantinham relações comerciais internas e também se comunicavam com o norte do Paraná e com o Paraguai. Segundo Queiróz (2004, p. 371), na parte sudoeste do Mato Grosso, “o advento da Noroeste não alterou o padrão destas relações – limitando-se a ferrovia a substituir a navegação fluvial como meio pelo qual se supriam os comerciantes estabelecidos naquelas duas cidades”.

Situação diferente ocorreu na cidade de Corumbá. Antes de a NOB ser inaugurada, Corumbá era o principal núcleo de uma extensa rede de comércio fluvial por meio do qual o Mato Grosso exportava e importava mercadorias via Rio Paraguai e Rio da Prata. Mas, a partir de 1914, uma parte dos produtos embarcados em Corumbá passou a ser transportada pela linha férrea.

A configuração da rota comercial ferroviária ligando Bauru ao Rio Paraguai impactou na economia corumbaense, mas não sabemos precisar a dimensão deste impacto. Maria do Carmo Brazil (2014) contestou as interpretações que atribuem à ferrovia uma suposta “decadência” comercial de Corumbá. A autora ressalta que o sistema ferroviário implantado na Primeira República precisa ser interpretado no contexto mais amplo da geopolítica brasileira, e, dentro deste contexto, Corumbá permaneceu sendo uma cidade estratégica para os planos do governo federal. Lúcia Salsa Corrêa (1997, p. 198) estabelece uma relação entre a Primeira Guerra Mundial, a retração de investimentos internacionais e a crise no comércio fluvial de Corumbá. Na opinião desta autora, a conjuntura dos anos 1920 foi prejudicial para a economia portuária de Corumbá “que também ressentiu-se da instalação da estação ferroviária da linha São Paulo-Mato Grosso, em Porto Esperança, inaugurada em 1914”. Queiróz (2004, p. 361) propôs uma interpretação diferente ao afirmar que “muito cedo os comerciantes corumbaense se adaptaram à via férrea como meio de abastecimento e escoamento de mercadorias, em substituição à via fluvial platina”. O autor ainda ressalta que a localidade de Porto Esperança (inserida dentro do território de

Corumbá),⁸ apesar de ser uma ponta da NOB, “não se desenvolveu em termos urbanos, isto é, não se tornou uma cidade (quicá, no máximo, uma pequena vila) – mantendo, sempre, uma expressão urbana absolutamente desproporcional ao vulto de fluxos comerciais que ali passavam”.

Não é nosso objetivo adentrar na polêmica historiográfica sobre o impacto da NOB na economia de Corumbá.⁹ Contudo, consideramos importante registrar que, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, os índices de crescimento populacional apresentados por Corumbá são expressivos, sobretudo quando comparados com os índices da cidade de Campo Grande.

Tabela 1: Índices de crescimento da população total do município e da população urbana do distrito-sede do município

	Corumbá		Campo Grande	
	<i>População total do município (1920=100)</i>	<i>População urbana do distrito da sede (1940=100)</i>	<i>População total do município (1920=100)</i>	<i>População urbana do distrito da sede (1940=100)</i>
1940	151	100	232	100
1950	198	141	267	138
1960	299	276	343	280

Fonte: Adaptado de QUEIRÓZ, 2004, p. 364.

A comparação entre os índices de crescimento populacional de Corumbá e Campo Grande, exposta na **Tabela 1**, nos permite relativizar a ideia de “declínio” da primeira cidade. Ela também destaca uma mudança que estava em curso na rede urbana existente no antigo SMT. No decorrer das primeiras décadas, e, de forma mais acentuada, a partir da inauguração da ferrovia NOB, Campo Grande tornou-se o novo centro comercial da região e apresentou índices de crescimento populacional acima da média estadual.

Desprovida de rios de grande porte, Campo Grande não estava inserida na antiga rede de transporte fluvial. No começo da República, a cidade apresen-

⁸ A partir da inauguração da linha Bauru/Porto Esperança, o transporte de mercadorias entre Porto Esperança e o centro urbano de Corumbá passou a ser feito por via fluvial. Durante décadas discutiu-se a construção de um terminal conectando Corumbá a Porto Esperança. Mas foi somente em 1953 que este terminal entrou em funcionamento (QUEIRÓZ, 2004, p. 63).

⁹ Para uma abordagem mais recente deste assunto, recomendamos o texto de Oliveira (2020). O autor revisa o debate historiográfico sobre o “declínio” de Corumbá a partir da ferrovia e apresenta uma interpretação interessante. Oliveira ressalta que a mesma ferrovia que impactou o comércio fluvial possibilitou a inserção de Corumbá na economia da Bolívia, por meio da construção da linha férrea Corumbá/Santa Cruz de La Sierra.

tou um crescimento urbano lento, e a pecuária bovina foi a sua principal fonte de renda. Nestes aspectos, Campo Grande não diferia de outras cidades do sul de Mato Grosso, como Aquidauana, Miranda e Nioaque. Contudo, a posição geográfica do sítio, localizado no centro do território sul de Mato Grosso, beneficiou o seu desenvolvimento urbano, sobretudo a partir da instalação de unidades militares na cidade. Em 1910, a 5ª Brigada Estratégica instalou-se em Campo Grande; posteriormente, em 1921, o Ministério de Guerra iniciou a construção de instalações para a Brigada da Cavalaria que foi transferida de Corumbá para Campo Grande.

No decênio entre 1910 e 1920, a população de Campo Grande cresceu na faixa de 11% ao ano (ARRUDA, 2005, p. 18). Diante do expressivo crescimento demográfico, o poder público municipal buscou aprimorar o ordenamento do espaço urbano por meio do novo Código de Posturas, promulgado em 1921. Para superar a limitação na oferta de energia elétrica, a municipalidade concedeu a exploração do serviço para a *Companhia Mato-grossense de Eletricidade (CME)*, empresa que construiu, em 1924, a Usina Hidroelétrica do Ceroula. Ainda na década de 1920, a Intendência de Campo Grande buscou alternativas para construir uma rede de água potável (ARRUDA, 2005). Os fatos supramencionados nos permitem afirmar que o acentuado crescimento demográfico apresentado por Campo Grande nas décadas de 1930, 1940 e 1950, apesar de influenciado pela NOB, envolvia outros fatores, dentre os quais destacamos a presença de tropas federais, o rebanho bovino concentrado nas fazendas em torno da cidade, e as iniciativas promovidas pela municipalidade para assegurar a modernização do perímetro urbano.

Convém lembrarmos que, na década de 1940, a NOB ainda não havia concluído o ramal ferroviário ligando Campo Grande a Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai, e, conseqüentemente, o fluxo comercial entre Campo Grande e o Sudoeste do Mato Grosso dependia das rodovias existentes na região. O ramal Campo Grande/Ponta Porã foi a última grande obra da NOB. O seu planejamento aparece no Relatório da empresa de 1921 e ganha consistência no Plano Geral de Viação elaborado pela NOB, em 1934; contudo, foi somente em abril de 1953 que o assentamento dos trilhos foi concluído (QUEIRÓZ, 2004, p. 65-67).

Na bibliografia que consultamos, não localizamos informações que permitam estabelecer uma relação efetiva entre o funcionamento do ramal Campo Grande/Ponta Porã e a urbanização nas cidades de Maracaju, Bela Vista e Ponta Porã. Nos anos 50 e 60, a região de Dourados se consolidava como um importante polo de desenvolvimento econômico no extremo sul do antigo Mato Grosso, e o extrativismo da erva mate apresentava sinais de declínio (ALBANEZ,

2013). Possivelmente, estes dois fatores tenham influenciado na dinâmica econômica e demográfica das áreas atendidas pelo ramal ferroviário Campo Grande/Ponta Porã. Acreditamos que o assunto é relevante e demanda novas pesquisas.

Em seu trabalho, Queiróz estabeleceu uma distinção entre a “área da NOB” e os demais territórios do SMT. Comparando dados estatísticos sobre comércio, investimentos industriais e distribuição de imóveis rurais, o autor constatou que “os mais notáveis e duradouros efeitos diretos da ferrovia circunscrevem-se ao meio urbano da área por ela servida: [...], a área da NOB detém, ao longo de todo o período, a maior parcela urbana de todo o SMT; além disso, ela mostra um desempenho importante no tocante à produção industrial e ainda mais importante com relação às atividades comerciais, especialmente nas vendas por atacado” (QUEIRÓZ, 2004, p. 449).

Para finalizarmos esta seção do texto, na qual apontamos a existência de relações entre a NOB e a urbanização no SMT, é necessário registrar que a ferrovia impactou de forma mais expressiva os núcleos urbanos localizados no trecho entre Campo Grande e Corumbá [dentro da qual estava localizado o ponto terminal de Porto Esperança]. No trecho de aproximadamente 420 km entre Campo Grande e Três Lagoas, os efeitos da NOB foram mais discretos. No entanto, convém lembrarmos que Três Lagoas, na condição de sede da NOB no Mato Grosso, recebeu instalações administrativas, oficinas, alojamentos, um hospital e habitações para funcionários; de modo que, nesta cidade, o impacto da ferrovia na urbanização local foi significativo.

Colônias Agrícolas e “distribuição” de terras no SMT

Nas primeiras décadas da República, iniciou-se um fluxo migratório para a região que atualmente corresponde à Grande Dourados. Naquele contexto, a *Companhia Matte Laranjeira* controlava a exploração dos ervais no SMT. A empresa ganhou forma inicial em 1882, quando Thomaz Laranjeira recebeu do governo imperial a autorização para explorar os ervais nativos no sul da Província de Mato Grosso. Posteriormente, os contratos foram renovados pelo governo republicano, e o concessionário recebeu o monopólio da exploração dos ervais numa área de aproximadamente 5.400.000 hectares de terras. O contrato firmado entre a *Companhia Matte Laranjeira* se caracterizava como um arrendamento de terras devolutas pertencentes ao governo estadual.

Centenas de páginas já foram escritas sobre a história da *Companhia Matte Laranjeira* e sobre as suas relações com as elites políticas locais. Não pretendemos revisar este tema – embora ele tenha uma importância indiscutível para o desenvolvimento do SMT. Nosso objetivo, ao inserir a extração dos er-

vais na revisão bibliográfica em curso, é ressaltar a divergência entre as elites políticas regionais a respeito do uso das terras devolutas no Mato Grosso da Primeira República. Segundo Virgílio Corrêa Filho (intelectual contemporâneo das discussões sobre o destino das terras devolutas), a facção política ligada a Manuel Murtinho era favorável à concessão de terras para grandes empresas e defendia o monopólio da *Companhia Matte Laranjeira*; e a facção ligada a Genérico Ponce contestava o monopólio e pretendia instalar colonos em pequenas propriedades rurais na área sul do antigo Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1925 e 1957). Enquanto as elites regionais divergiam, migrantes sulistas, sobretudo gaúchos, se instalaram em terras devolutas nas proximidades do Paraná e entraram em conflito com a *Companhia Matte Laranjeira*.

Depois de prolongados debates, a Assembleia do Estado mudou sua postura em relação à exploração dos ervais e, por meio da Lei n. 725, de 24 de setembro de 1915, fixou um limite para a área de arrendamento e determinou a instalação de concorrência para novas concessões. A Lei assegurou aos posseiros instalados na área arrendada pela *Matte Laranjeira* o direito de aquisição das propriedades que ocupavam. Com este procedimento, o governo estadual viabilizou a formação de pequenas propriedades rurais no SMT, e, indiretamente, incentivou a instalação de novos posseiros na respectiva área.

Na década de 1930, e, mais especificamente, em 1937, o governo federal decidiu não renovar o contrato de arrendamento com a *Companhia Mate Laranjeira*. A decisão foi parte da geopolítica do Estado Novo, que decidiu intensificar a presença estatal na fronteira oeste do Brasil. Desta forma, em 1943, o Estado Novo promove a criação do Território Federal de Ponta Porã,¹⁰ incorporando, dentro dele, a maior parte dos ervais existentes no SMT (CARLI, 2005, p. 40-41). E, para reduzir o peso da *Mate Laranjeira* na extração dos ervais, o governo federal apoiou produtores independentes e criou o Instituto Nacional do Mate e de cooperativas de produtores (QUEIROZ, 2004, p. 30).

Na perspectiva do Estado Novo, o sucesso da *Marcha para Oeste* dependia do povoamento e do desenvolvimento agrário do SMT, e caberia ao poder público incentivar o fluxo de migrantes e de capitais para a respectiva região. Dentro desta lógica, em 28 de outubro de 1943, o Estado Novo criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e iniciou a distribuição “de 6.500 lotes entre 20 e 50 hectares, para atender a pequenos lavradores comprovadamente pobres (SILVA, 2012, p. 106)”. A sede da Colônia foi instalada em Dourados, e as terras distribuídas pela CAND abrangiam [no todo ou em parte] os atuais muni-

¹⁰ De acordo com Oliveira (1997), o Território Federal de Ponta Porã abrangia os atuais municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito.

cípios de Deodópolis, Fátima do Sul, Jateí, Glória de Dourados e Douradina (NAGLIS, 2008).

A importância do Estado Novo na criação da CAND é um ponto destacado pela historiografia e não há necessidade de reafirmá-lo. Contudo, convém lembrarmos que outras instituições políticas também participaram do processo que resultou na instalação de pequenas propriedades rurais no SMT. Uma destas instituições foi a Câmara Municipal de Dourados. Como demonstrou Carli (2005), a partir da extinção do Território Federal de Ponta Porã, fato ocorrido em 1946, a Câmara Municipal de Dourados encaminhou ações para regularizar e fomentar a ocupação de terras que estavam sob sua responsabilidade. As ações resultaram na implantação da Colônia Municipal Dourados (CMD) e contribuíram para intensificar a oferta e procura por terras no SMT.

De forma precoce, no transcurso das décadas de 1950 e 1960, agentes privados também participaram da distribuição de terras no sul do atual Mato Grosso do Sul. Um destes agentes foi a *Colonizadora e Imobiliária Douradense Ltda* (CIDAL). A partir de 1953, a CIDAL recebeu autorização do governo para comercializar terras no antigo distrito de Angélica, e, posteriormente, em 1961, a empresa providenciou a criação de um Plano Piloto para a respectiva localidade (TROPALDI, 2016, p. 31). A atuação da CIDAL foi marcada por atritos com posseiros e com proprietários que contestaram judicialmente a titularidade das terras que a empresa comercializou.¹¹

Diante do que foi exposto, seria incorreto pensar que o povoamento do SMT, no contexto das décadas de 1940 e 1950, transcorreu de forma ordenada e sob pleno controle das instituições políticas (fossem estas de âmbito federal, municipal ou estadual). A historiografia demonstra justamente o contrário: o deslocamento de milhares de migrantes para o SMT foi marcado por tensões sociais, pela especulação fundiária, por conflitos pela demarcação das terras e pela violência contra os povos indígenas que habitavam a região (LENHARO, 1986; COSTA, 1998; MORENO, 1994; 2008; CAVALCANTE, 2013). Acrescentando neste quadro histórico a morosidade dos órgãos públicos na demarcação dos lotes; a prática da grilagem; os conflitos armados e litígios judiciais entre os posseiros; a precariedade das vias de transporte e a dificuldade para acesso a serviços públicos básicos, podemos ter uma ideia do conjunto de adversidades enfrentadas pelos colonos que migraram para o SMT, antes, durante e depois do Estado Novo.

¹¹ Na sua Dissertação de Mestrado, Tropaldi abordou conflitos judiciais decorrentes da comercialização de terras efetuada pela CIDAL. A mesma autora ressalta que as terras loteadas pela empresa incluíam o território dos índios Ofaiés – grupo nativo de caçadores e coletores que habitou a região do Vale do Rio Ivinhema (TROPALDI, 2016, p. 27-28).

Os fatos apresentados nesta seção do texto não tratam de forma explícita da urbanização. No entanto, entendemos que a política de “distribuição” de terras no SMT, apesar de direcionada para a economia rural, foi de fundamental importância para o crescimento demográfico e para o desenvolvimento urbano na região da Grande Dourados. Os dados estatísticos registrados no estudo intitulado *As migrações internas e o trabalhador rural em Mato Grosso*, elaborado pelo Departamento de Geografia e Estatística do governo do Estado de Mato Grosso (1978), indicam um acentuado crescimento urbano. No decênio de 1940/1950, a taxa de crescimento populacional do Mato Grosso foi na ordem de 20,7%; e no decênio 1950/1960 ela alcançou a cifra de 74,4% (CARLI, 2005, p. 82-83). Convém ressaltar que outras áreas do SMT também apresentaram crescimento populacional no espaço de tempo entre 1940 e 1960. Contudo, o estudo supramencionado informa que as áreas de colonização recente, como a “Grande Dourados”, apresentaram índices superiores à média estadual.

Considerando a bibliografia revisada e os documentos consultados, constatamos que a política de “distribuição” de terras no SMT contribuiu expressivamente para a formação da rede urbana do atual Mato Grosso do Sul. Nesta rede, cinco cidades se destacam: Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas, Dourados e Ponta Porã, sendo que as duas últimas ganharam projeção demográfica e econômica no transcurso da segunda metade do século XX.

A urbanização no contexto da SUDECO e da expansão do agronegócio

A implantação do regime civil-militar no Brasil, a partir de 1964, provocou mudanças nas políticas de povoamento e desenvolvimento econômico que estavam sendo implantada no SMT, nas décadas de 1940 e 1950. Sob o comando dos militares, a ideia de planejamento regional – que sabemos, já estava presente no governo de Juscelino Kubitschek – ganhou consistência, sobretudo com a criação das superintendências de desenvolvimento regional. Seguindo o modelo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, os militares criaram “a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) – outubro de 1966 –, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) – dezembro de 1967 –, e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) – dezembro de 1967 (ARAÚJO, 2018, p. 256)”.

O povoamento de áreas com baixa densidade demográfica continuou presente nos planos dos burocratas federais. Contudo, o novo arranjo institucional apresentou maior centralização, e a ênfase dos projetos governamentais foi direcionada para a modernização do setor agropecuário, com alto índice de participação de capitais externos (ALENCAR, 2000, p. 262). No caso específico da

SUDECO, as prioridades desta repartição técnica foram bem definidas pelo General Afonso Augusto Albuquerque Lima em texto publicado pela Escola Superior de Guerra. Segundo o general, a atuação da SUDECO deveria contemplar

- a) programas, pesquisas e levantamentos de potencial econômico da região;
- b) fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;
- c) concentração de recursos em áreas selecionadas;
- d) formação de grupos populacionais;
- e) fixação de populações regionais;
- f) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura;
- g) ampliação das oportunidades de formação de mão de obra especializada;
- h) coordenação dos recursos federais, dos contribuintes do setor privado e de fontes externas;
- i) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento e implantação da infraestrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privadas as atividades agropecuárias, mercantis e de serviços básicos rentáveis (LIMA, 1967, p. 11-12).

Dos pontos citados acima, destacamos dois que apresentavam maior potencial de impacto no processo de urbanização do Centro-Oeste e do SMT. São eles: (b) “fixação de polos de crescimento”; e a (e) “fixação de populações regionais”.

Ao definir como umas das diretrizes da SUDECO a “fixação de populações regionais”, o governo federal sinalizava uma mudança na política de “distribuição” de terras praticada no SMT nos anos 40 e 50. Para os técnicos do regime civil-militar, a “distribuição” de terras deveria ser acompanhada de investimentos de infraestrutura e, preferencialmente, deveria ser executada em colaboração com o setor privado. Nestas condições, o acesso à terra para camponeses pobres e a regularização de áreas ocupadas por posseiros deixam de ser prioridades; e, no sentido oposto, os projetos de colonização de companhias privadas e o financiamento de equipamentos e insumos agrários com recursos públicos ganham importância.

A “teoria dos polos de crescimento”, formulada na década de 1950, pelo geógrafo francês François Perroux, exerceu grande influência nos planos elaborados pelos técnicos do regime civil-militar (LIMA, 2010; JESUS; SPINOLA, 2015). Com base nesta teoria, o governo federal selecionou determinadas cidades [ou microrregiões] para concentrar investimentos de infraestrutura e fomentar a industrialização. No caso do SMT, quando a SUDECO iniciou suas atividades, as cidades de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá foram consideradas “polos” regionais e foram priorizadas na distribuição dos recursos federais (SOUZA, 2008).

Em 1971, por meio do Decreto Lei n. 1.192, a SUDECO implantou o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE). Os objetivos do PRODOESTE consistiam em “expandir a fronteira agrícola” do país através

da implantação de uma rede tronco de rodovias, da construção de estradas vicinais e da “industrialização da matéria prima local, aprimoramento da pecuária e aumento das exportações (SUDECO, 1974, p. 3)”. Como demonstrou Silvana Abreu (2000) em sua Tese sobre o papel da SUDECO no planejamento do “espaço mato-grossense”, a construção e pavimentação de rodovias foram pensadas como estratégias para a integração do Centro-Oeste com as demais regiões do Brasil. Segundo Abreu (2000, p. 69), no “espaço mato-grossense”, o PRODOESTE resultou na construção da BR 163 (trecho Rondonópolis/Campo Grande/Dourados – com 700 km); BR 262 (trecho Campo Grande/Aquidauana/Corumbá – com 423 km) e BR 376 (trecho Dourados/Paranavaí – PR, 304 km). O programa também resultou em 798 km de estradas vicinais.¹²

Durante a década de 1970, além de ser contemplado com grandes obras rodoviárias financiadas pelo PRODOESTE, o SMT foi contemplado com recursos federais procedentes do Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN); do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e do Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN). E assim como ocorreu com outras sub-regiões do Centro-Oeste do Brasil, o SMT também se beneficiou de instituições públicas de pesquisa ligadas ao setor agrário, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) (MISSIO; VIEIRA, 2014).

A aplicação de políticas baseadas na “teoria dos polos de crescimento” no SMT, e, a partir de 1979, no estado de Mato Grosso do Sul, reforçou a concentração demográfica em Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá – cidades que atualmente, condensam “mais de 50% da população do estado (MOREIRA JÚNIOR; SILVA, 2017, p. 100).

É interessante observarmos que a concentração demográfica nas cidades supramencionadas coexiste com um quadro de alta concentração fundiária. Como demonstramos anteriormente, o fenômeno da acumulação de terras nas mãos de poucos proprietários no território que hoje corresponde ao Mato Grosso do Sul possui uma longa temporalidade. Contudo, a partir das décadas de 1960 e 1970, ele se acentuou. Os números do **Quadro 1** registram a situação do fenômeno no biênio 1995/1996.

¹² Os números que apresentamos aqui não correspondem à totalidade das rodovias e estradas vicinais construídas com recursos do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE). Intencionalmente, destacamos números relacionados ao território do atual Mato Grosso do Sul.

Quadro 1: Distribuição fundiária em Mato Grosso do Sul

GRUPOS DE ÁREA	N. DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA OCUPADA (HA)
Até 10 hectares	4.763	25.467
10 a 100 hectares	15.857	573.155
100 a 1.000 hectares	14.138	5.559.013
1.000 a 10.000 hectares	6.194	15.983.801
10.000 a 100.000 hectares	400	7.166.021
Mais de 100.000 hectares	2	304.424
TOTAL	41.354	29.611.881

Fonte: Censo Agropecuário de Mato Grosso do Sul, 1995/96 (*apud* ALMEIDA, 1997).

Os dados apresentados acima são relevantes porque corroboram a existência de uma relação entre concentração fundiária/êxodo rural e crescimento urbano. Esta relação, apesar de possuir graus variados de intensidade e manifestar particularidades regionais, se manifesta num duplo movimento migratório: existe um deslocamento de habitantes de áreas rurais para áreas urbanas [dentro de um mesmo município]; e, simultaneamente, existe um deslocamento de habitantes de cidades de pequeno e médio porte para os grandes centros urbanos. No caso específico do atual Mato Grosso do Sul, a relação concentração fundiária/êxodo rural e crescimento urbano explica o acentuado crescimento de Campo Grande – a capital estadual que mais cresceu no Brasil no período entre 1970 e 2000 (IPEA, 2006).

O estudo elaborado pelo IPEA (2006) sobre os padrões de crescimento das cidades brasileiras indica que o crescimento de Campo Grande foi acima da média apresentada pelo conjunto das capitais estaduais, nos três decênios finais do século passado. Entretanto, os dados reunidos na **Tabela 1** indicam que, nas décadas de 1940 e 1950, a cidade apresentou índices de acentuado crescimento populacional. Sendo assim, apesar da indiscutível relação entre a consolidação do agronegócio no Centro-Oeste do Brasil e o crescimento de Campo Grande, é importante ressaltarmos que a urbanização da capital sul-mato-grossense já estava em curso quando o regime civil-militar implantou projetos para fomentar o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste.

A experiência da urbanização de Campo Grande, na sua fase mais recente, não pode ser dissociada de dois fenômenos interligados. O primeiro diz respeito à transferência de parte da renda gerada no agronegócio sul-mato-grossense para a respectiva cidade que se caracteriza como um centro urbano es-

pecializado na oferta de produtos e serviços de alta tecnologia.¹³ O segundo fenômeno diz respeito ao papel polarizador que Campo Grande exerce no território do atual Mato Grosso do Sul. Na condição de capital e de sítio urbano estrategicamente localizado no centro do território estadual, Campo Grande está conectada por rodovias com outras capitais estaduais (como Cuiabá, Goiânia e São Paulo) e participa do fluxo comercial entre o Brasil e a Bolívia. Por meio das rodovias, a cidade exerce influência nas redes urbanas de Mato Grosso do Sul (SOUZA, 2008; MOREIRA JÚNIOR; SILVA, 2017, p. 100).

Cabe ainda acrescentar que parte do crescimento populacional da capital sul-mato-grossense reflete o peso de fluxos migratórios intraestaduais que se intensificaram nos últimos decênios. Neste sentido, existe a possibilidade da acentuada urbanização de Campo Grande encobrir um problema estrutural na rede urbana de Mato Grosso do Sul. Como sugere o estudo do IPEA, o crescimento pode ter sido estimulado por fatores como “maior dificuldade na formação de novas cidades, forçando a população urbana a estabelecer-se nas cidades já existentes. A falta de políticas de desenvolvimento pelos governos locais, como políticas que facilitam a formação de novas cidades, pode levar cidades já existentes a terem tamanhos maiores que o ótimo (IPEA, 2006, p. 11)”.

Referências

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- ABREU, Silvana. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense**. Contexto, propósito e contradições. Tese de Geografia, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000.
- ALBANEZ, Jocimar Lomba. **Ervais em queda: transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.
- ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. A (re)descoberta do sertão. **Revista Estudos**, v. 27, n. 2, p. 241-270, 2000.
- ALMEIDA, Rosimeire A. de. A luta pela terra no Brasil. **Fronteiras**, n. 1, p. 137-149, 1997.
- ALVES, Gilberto Luiz. **A casa comercial e o capital financeiro em Mato Grosso, 1870-1929**. Campo Grande: UNIDERP, 2005.

¹³ Na prática, a transferência da renda do agronegócio sul-mato-grossense para Campo Grande pode se processar de diversas formas, dentre as quais destacamos: (i) aquisição de máquinas e insumos agrários fabricados e/ou comercializados na capital; (ii) contratação de serviços especializados; (iii) investimentos no mercado imobiliário de Campo Grande; (iv) gastos com logística para transporte de insumos ou escoamento de produtos agrícolas; e (v) impostos coletados pelo governo estadual.

ARAÚJO, Marco Aurélio Corrêa. A Região Centro-Oeste no contexto da “modernização” do sertão. **Revista Mosaico**, v. 11, p. 255-264, 2018. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/6260>>.

ARAÚJO, Renata Malcher de. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método**. 2000. Tese (Doutorado em História da Arte), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000. Disponível em: <<https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/12479>>.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Campo Grande – primeiras décadas. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. **Ligeira notícia sobre a vila de Campo Grande & Relatório dos estudos para o abastecimento de água aos quartéis de Campo Grande**. Campo Grande: GIBIM Gráfica e Editora, 2005. p. 09-20.

ARRUDA, Gilmar de. **Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira**. Londrina: Editora da UEL, 1997.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, n. 36, v. XVIII, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/95ghnFfYt3vgPWc95RVPKTR/?lang=pt#>>.

BOXER, Charles R. **O império colonial português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1981.

BRAZIL, Maria do Carmo. **Rio Paraguai. O mar interno brasileiro**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2014.

CALONGA, Maurílio Dantielly. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 168, p. 126-132, maio 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/26438>>.

CANCIAN, Elaine. **A cidade e o rio: Escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza. O caso de Corumbá (MS)**. Passo Fundo: UPF, 2006.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **A Colônia Agrícola Municipal de Dourados. Colonização e povoamento: 1946-1956**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Dourados, Dourados, 2005. Disponível em: <<https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mestrado-Hist%C3%B3ria-2005-Maria-Aparecida-Ferre.pdf>>.

CASSIANO, Luiz de Carvalho. **Marcha para Oeste: um itinerário para o Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2002.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 2013.

CHAPARRO, Giovane Teodoro de Brito. **A forma urbana na história do sul de Mato Grosso: Corumbá (1870 a 1920)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo),

Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/40402?locale=fr>>.

COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CORRÊA, Lucas Mariani. Diretrizes políticas, empreendimentos privados: A atuação da Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso (1908-1943). **Outros Tempos**, v. 09, n. 14, p. 98-120, 2012. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/12/6>.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **A fronteira na história regional**. O sul de Mato Grosso (1870-1920). Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **A sombra dos ervais matogrossenses**. São Paulo: Editora Ltda. SP, 1925.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Ervais e Ervateiros**. Publicação do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1957.

COSTA, Damárci Olivi da. Colonização, especulação fundiária e terra de índio: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a Aldeia Panambi. **Fronteiras**, MS, 2(4): 77-102, jul./dez. 1998. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/13363>>.

ESSELIN, Paulo Marcos. 2011. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)**. Dourados: Editora da UFGD, 2011.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d’El Rei**. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Um exame dos padrões de crescimento das cidades brasileiras**. Texto para discussão n. 1.155. Brasília, janeiro 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, Josias Alves de; SPINOLA, Noelio Dantaslé. Seis décadas da Teoria dos Polos de crescimento: revisitando Perroux. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, ano XVII, n. 2, p. 935-952, dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4204/2850>>.

JESUS, Nauk Maria de. **O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fch-ufgd/20170919040826/pdf_100.pdf>.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos 50. **Revista Brasileira de História**, v. 6, n. 12, p. 47-64, mar./ago. 1986.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE:**

Revista de desenvolvimento econômico, Salvador, v. 2, p. 5-19, jul. 2010. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878>>.

LIMA, André Nicacio. **Caminhos da integração, fronteiras da política**: a formação das Províncias de Goiás e Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20062011-143559/en.php>>.

LIMA, André Nicacio. Mato Grosso e a geopolítica da Independência (1821-1823). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/163/122>>.

LIMA, General Afonso A. Albuquerque. Aspectos gerais do desenvolvimento regional. **Boletim Geográfico**, n. 2.005, ano 27, p. 3-15, jul./ago. 1968. Rio de Janeiro: IBGE.

MENDONÇA, Renato de. **Fronteira em Marcha**. Ensaio de Geopolítica Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

MISSIO, Fabrício José; RIVAS, Rozimare Marina Rodrigues. Aspectos da Formação Econômica de Mato Grosso do Sul. **Estud. Econ.**, v. 49, n. 3, p. 601-632, jul./set. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ee/a/p3tdZYfVzwyjL8rgWwK69qr/?format=pdf&lang=pt>>.

MISSIO, Fabrício José; RIVAS, Rozimare Marina Rodrigues. A dinâmica econômica recente do estado de Mato Grosso do Sul: uma análise da composição setorial e regional. **Redes**, v. 19, n. 3, p. 176-195, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/4429>>.

MORATELLI, Thiago. **Operários da empreitada**. Os trabalhadores da construção e a estrada de ferro Noroeste do Brasil (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914). Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

MOREIRA; Vânia Maria Losada. Territorialidade, casamentos mistos e política entre índios e portugueses. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 70, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/s8XCQTZNgfzH5J96dbWy9KN/?format=pdf&lang=pt>>.

MOREIRA JUNIOR, Orlando; SILVA, Walter Guedes. A Urbanização do Mato Grosso do Sul e o papel das cidades na rede urbana regional. **Estudos Geográficos**, 15, (1), p. 88-105, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/12331>>.

MORENO, Gislaene. **Os (Des) Caminhos da Apropriação Capitalista da terra em Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1994.

MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de burla (1892-1992). Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2008.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”**: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). Dis-

sertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2007.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: a ocupação estratégica do sul de Mato Grosso. **Fronteiras**, n. 1, p. 13-25, 1997.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. Uma Cidade na Fronteira: crises, paradigmas e perspectivas. In: CLARO, Nathalia; RÜCKERT, Fabiano Quadros (org.). **Pensando a cidade: Corumbá em perspectiva interdisciplinar**. Campo Grande: Life Editora, 2020. p. 57-74.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos**: A E. F. noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

REYNALDO, Ney Iared. Comércio e navegação no rio Paraguai (1870-1940). In: **XI Jornadas Interescuelas**. Universidade de Tucumán, San Miguel de Tucumán – Argentina, 2007, p. 1-47. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-108/81.pdf>>.

RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e seu sentido bandeirante. **Cultura Política – Revista de estudos brasileiros**, v. 1, n. 1, p. 110-132, 1941.

RUBIM, R. **Reservas de Brasilidade**. São Paulo: Nacional, 1939.

RÜCKERT, Fabiano Quadros; SENA, Divino Marcos de. Higiene Pública e normatização social na Corumbá Imperial. **Revista de História Regional**, 26, (1), p. 151-170, 2021. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/15131>>.

SENA, Divino Marcos de. O cotidiano de estrangeiros num lugar cosmopolita: Corumbá, 1870-1888. **SÆCULUM**, 27, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/16430>>.

SENA, Divino Marcos de. **Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá**: Relações de poder, laços sociais e atuação política no final do Império. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2017. Disponível em: <<https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2019/03/Tese.-Divino-Marcos-de-Sena.-2017.pdf>>.

SENA, Divino Marcos de; NOGUEIRA, Luiz Gabriel de Souza. Matadouro, açougueiros e municipalidade: disciplina no comércio de “carne verde” em Corumbá (1870-1888). **Tempos Históricos**, v. 19, p. 332-357, 1º sem. 2015. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11191>>.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de Cores**. Política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso – século XVIII. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mobilidade Populacional na fronteira oeste de colonização**. História do Brasil. Variável regional: Mato Grosso. Cuiabá: Editora KCM, 2015.

SILVA, Valéria Ferreira da. Sob a perspectiva do novo: um olhar sobre a dinâmica intraurbana de Dourados-MS e seu processo de urbanização. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 34, v. 2, p. 97-119, ago./dez. 2012. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/2033/1916>>.

SOUZA, Adáuto de Oliveira. **Mato Grosso do Sul no contexto dos novos paradigmas de integração e desenvolvimento nacional**. Dourados: UFGD, 2008.

SOUZA, João Carlos de. **Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)**. São Paulo: Alameda, 2008.

TARGAS, Zulmária Izabel de Melo Souza. **As casas comerciais importadoras/exportadoras de Corumbá (1904-1915)**. Dissertação (Mestrado em História), UFGD, Dourados, 2012. Disponível em: <<https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/ZULM%C3%81RIA-IZABEL-DE-MELO-SOUZA-TARGAS.pdf>>.

TROPALDI, Jéssica Alves. **O ressoar no palco do tempo: protagonismo histórico na ocupação popular em Angélica – MS (1950-1980)**. Dissertação (Mestrado em História), UFGD, Dourados, 2016. Disponível em: <<https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-pronta.pdf>>.

WEHLING, Arno. O município no Brasil Colônia, expressões e limites do poder local. **Revista Interdisciplinar de Direito**, v. 16, n. 2, p. 61-73, jul./dez. 2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/605-1-925-1-10-20181217.pdf>>.

CAPÍTULO 2

A conquista da água no sul de Mato Grosso na primeira metade do século XX

*Fabiano Quadros Rückert**

Introdução¹

A história do abastecimento de água para populações humanas possui uma longa temporalidade. Na sua fase mais recente, que corresponde aos séculos XIX e XX e aos primeiros decênios do XXI, ela foi marcada pelo uso de novas tecnologias, pela construção de sistemas modernos de captação e distribuição e pela constante ampliação das redes hidráulicas. No âmbito da historiografia, esta fase mais recente da experiência de uso dos mananciais hídricos (superficiais ou subterrâneos) para abastecimento de populações humanas tem sido interpretada como uma experiência de “conquista da água” (GUILLERME, 1983; GOUBERT; 1986; MATÉS-BARCO, 1999).

O termo “conquista” possui aqui um duplo sentido: de um lado, ele remete ao uso da Ciência e das obras hidráulicas para controlar artificialmente fluxos e volumes de água; do outro, contempla práticas de inserção dos recursos hídricos no sistema capitalista. Submetida ao controle humano – controle sempre parcial e falível – a água é capitalizada a partir dos seus múltiplos usos: agricultura, mineração, geração de energia, lazer, indústria e abastecimento urbano. Destes múltiplos usos, o que se enquadra no escopo deste artigo é o abastecimento urbano.

O abastecimento de água para as populações urbanas representa um subtema dentro da “conquista da água” e pode ser interpretado a partir de múltiplas perspectivas. Na bibliografia especializada, encontramos estudos que abordam o fenômeno na perspectiva da História Ambiental (CORDEIRO, 2008; MES-

*A pesquisa que originou este capítulo do livro foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), via Edital Universal de 2018. A pesquisa também contou com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

¹ A versão original deste capítulo foi publicada na **Revista Geopantanal**, v. 17, nº 31.

QUITA, 2013; DINIZ, 2014); outros que enfatizam as relações entre a água potável, higiene pública e a transmissão de doenças (ADVÍNCULA, 2009; SANT'ANNA, 2007; SILVA, 2015), e também existem estudos que concedem especial atenção para os aspectos políticos e econômicos do processo de construção das redes hidráulicas (MATÊS-BARCO, 1999 e 2009; MACHADO, 2010; TEDESCHI, 2011; KLAUCK, 2018). Considerando as fontes documentais consultadas e o interesse pela atuação do poder público na modernização do abastecimento de água no sul do antigo Mato Grosso, nossa abordagem se enquadra na terceira perspectiva.

No que diz respeito ao recorte espacial contemplado pelo artigo, é importante frisar que existe uma lacuna na historiografia brasileira sobre o tema. A maior parte das Dissertações e Teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em História que tratam do abastecimento de água explora o tema a partir das capitais estaduais. Poucos historiadores investigaram o desenvolvimento de sistemas modernos de abastecimento de água em cidades brasileiras de pequeno e médio porte (RÜCKERT, 2020). Neste sentido, acreditamos que, ao definirmos a região sul do antigo Mato Grosso como a escala espacial do estudo, estamos oferecendo uma importante contribuição para o incipiente campo historiográfico do abastecimento de água no Brasil.

Para evitar imprecisões na delimitação espacial, é necessário ter em conta que a divisão do Mato Grosso em duas unidades federais foi um ato governamental efetivado pela Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, sancionada pelo presidente da República. Por tanto, na primeira metade do século XX [período contemplado pelo recorte cronológico do estudo], o antigo Estado de Mato Grosso (MT) incluía diversas cidades que hoje fazem parte do território sul-mato-grossense.

Nas representações cartográficas abaixo, é possível observar o formato e a dimensão do antigo Estado do Mato Grosso, no ano de 1923. Na **Figura 2**, constam algumas cidades que atualmente pertencem ao estado de Mato Grosso do Sul: “Três Lagoas”, “Campo Grande”, “Santa Ana do Parnahyba”, “Coxim”, “Corumbá”, “Miranda”, “Aquidauana”, “Porto Murtinho”, “Nioc”, “Ponta Poran” e “Bella Vista”.² No final dos anos 20, as localidades de Maracaju e Rio Brilhante foram elevadas à condição de municípios. Posteriormente, nas décadas de 1930 e 1940, outros núcleos urbanos receberam autonomia política e se tornaram municípios. De tal forma que, em 1950, existiam 20 cidades no

² O Mapa da Figura 2 também destaca Porto Esperança e Coimbra (duas localidades que fazem parte do município de Corumbá).

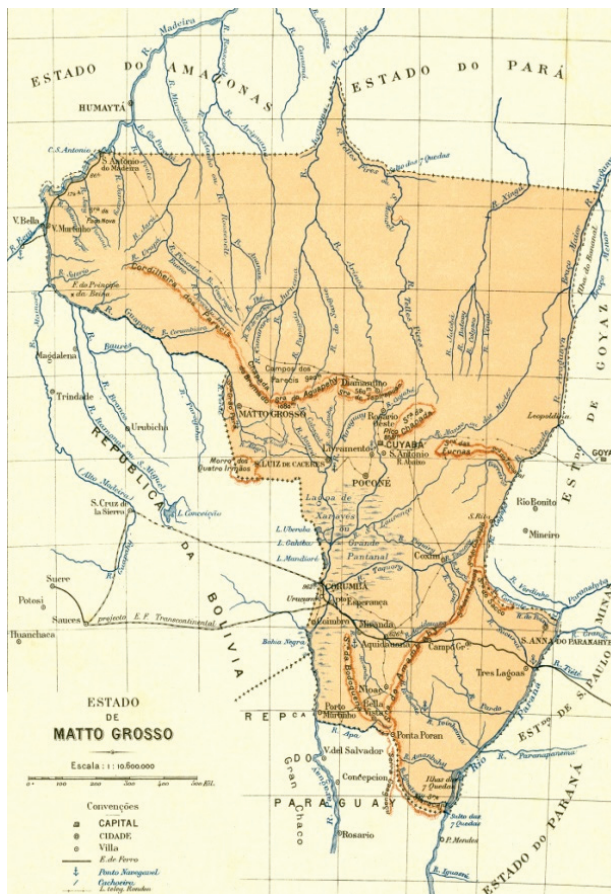
território sul do antigo Mato Grosso. Deste conjunto de cidades, três se encontram contempladas pela pesquisa que realizamos. São elas: Corumbá, Aquidauana e Campo Grande.

Figura 1: Mapa do Brasil (1923)



Fonte: <<http://www.mapas-historicos.com/atlas-1923/brasil.htm>>.

Figura 2: Mapa do Estado de Mato Grosso (1923)



Fonte: <<https://www.brasil-turismo.com/mato-grosso/mapa-antigo.htm>>.

A documentação que analisamos procede de três acervos: Arquivo Histórico de Mato Grosso, Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados e Câmara Municipal de Corumbá. O corpus documental é composto, na sua maior parte, por Relatórios de Intendência e Leis Orçamentárias municipais.³ Importa esclarecermos que não foi possível compor uma seriação completa de Relatórios de Intendência e Leis Orçamentárias; e,

³ Uma exceção importante no conjunto das fontes documentais é o documento intitulado “Relatório dos estudos para o abastecimento de água aos Quartéis de Campo Grande”. Este estudo foi elaborado pelo Ministério de Guerra, em 1921, e publicado originalmente em 1922.

consequentemente, os dados extraídos não contemplam todos os anos do recorte cronológico fixado.

Documentos como Relatórios de Intendência e Leis Orçamentárias oferecem importantes informações sobre a criação das primeiras redes hidráulicas no sul do antigo Mato Grosso, sobretudo no que diz respeito a aspectos políticos, econômicos e técnicos. No entanto, elas não contemplam a dimensão social do processo de abastecimento de água que estava em curso na região nas primeiras décadas do regime republicano. Para explorar a opinião da sociedade sul-mato-grossense sobre a implantação das primeiras redes hidráulicas, seria necessário consultar outro tipo de fonte documental.

Cientes das limitações decorrentes das fontes documentais analisadas, e sem perdermos de vista o marco cronológico da primeira metade do século XX, na sequência deste capítulo, apresentamos ao leitor um panorama sobre os primórdios da modernização do abastecimento de água nas cidades de Corumbá, Campo Grande e Aquidauana. Este panorama concede especial atenção para o papel das municipalidades na implantação das redes hidráulicas que caracterizam os sistemas modernos de captação e distribuição de água potável.

As municipalidades e o abastecimento de água: considerações iniciais

Quando o século XX começou, a captação e o transporte da água necessária para o uso doméstico eram atividades rotineiras para a maior parte da população residente em cidades do interior do Brasil. Enquanto vigorou a escravidão, foi comum, em todas as partes do território brasileiro, o uso de escravos no abastecimento doméstico de água (LAPA, 1997; SANT'ANNA, 2007; SILVEIRA, 2009). Mas o trabalho de captação e transporte da água não era uma atividade exclusiva dos escravos: ele também era feito pelos aguadeiros – homens livres que comercializam o produto em pipas de madeira ou jarros de barro.⁴

Recife foi a primeira cidade do Império provida de uma rede moderna de abastecimento de água. A partir de 1838, a capital de Pernambuco passou a contar com os serviços da Companhia Hidráulica do Beberibe (MENEZES, 1991; CAMPOS; PACHECO, 2018). No decorrer da segunda metade do século XIX, surgiram redes hidráulicas em importantes cidades do Império: Recife (1838), Salvador (1858), Campos de Goytacazes (1882), Porto Alegre (1861),

⁴ Desconheço um estudo que trate especificamente dos aguadeiros no Brasil. Na bibliografia consultada, existem referências ao trabalho dos aguadeiros em autores como Lapa (1997), Beltrão (2004), Barreto (2005), Terra (2007) e Silveira (2009). A escassa presença destes sujeitos na bibliografia me permite inferir que a história dos aguadeiros no Brasil ainda não foi escrita.

Pelotas (1871), Rio Grande (1871), Cuiabá (1882), Campinas (1881) e São Paulo (1877), dentre outras. Nessas cidades, a instalação de chafarizes e o fornecimento de água encanada nas residências provocaram mudanças no acesso à água potável, mas não impediram a continuidade do trabalho dos aguadeiros. E, mesmo nas primeiras décadas do século XX, eles foram profissionais importantes para a economia urbana.

Comprar água de aguadeiros era parte da rotina nas cidades brasileiras, tanto no final do Império quanto no começo da República. No entanto, para um país com uma população predominantemente pobre, a opção de pagar pelo serviço dos aguadeiros era inviável para um amplo segmento social. Este segmento supria suas necessidades domésticas buscando água diretamente em poços, cacimbas, fontes naturais, rios ou lagos.

Para os mais pobres, o volume de água usado nas atividades domésticas estava condicionado aos recursos de transporte e armazenamento que cada família possuía e ao tempo que seus membros conseguiam dedicar ao cansativo trabalho de encher e transportar pipas e jarros. Para os mais afortunados economicamente, existiam três opções para ampliar a disponibilidade de água potável: (i) construir poços, cisternas ou fontes em suas propriedades; (ii) pagar pelo serviço dos aguadeiros; e (iii) investir recursos na instalação de sistemas modernos de captação e distribuição. A terceira opção era a mais cara e complexa e demandava acordos entre o capital privado e as municipalidades.

No Brasil Imperial, o *Regulamento das Câmaras Municipais do Império* [promulgado em 1828] atribuiu às municipalidades a responsabilidade pelo abastecimento de água. No regime republicano, instalado em 1889, esta responsabilidade não foi alterada.

O financiamento das obras necessárias para ampliar a oferta de água potável foi um desafio para as municipalidades, tanto no Império quanto na República. No enfrentamento deste desafio, algumas municipalidades optaram pelo uso recursos públicos na instalação de redes hidráulicas e chafarizes; outras, por sua vez, optaram pela concessão do serviço para investidores particulares, mediante condições previamente acordadas. No primeiro caso, a renda gerada pela água fornecida para a população ficava sob o controle da municipalidade que realizou o investimento. No segundo, a renda pertencia ao investidor privado que recebeu a concessão.

Nos decênios finais do século XIX, a construção de sistemas modernos de abastecimento de água demandava grandes investimentos financeiros e apresentava uma elevada complexidade técnica (RÜCKERT, 2015). Os dois fatores atuavam como inibidores de investimentos, tanto para o setor público como para o setor privado. Para o setor privado, existiam outros inibidores, como o

controle do preço da água [geralmente pré fixado no contrato de concessão], o risco da encampação do serviço por divergências contratuais e a existência de opções de investimento mais lucrativas. Nestas condições, o abastecimento de água para as cidades de pequeno e médio porte não era prioridade para os investidores privados.

Grosso modo, o quadro descrito acima permaneceu inalterado ao longo de toda a primeira metade do século XX. E, diante de um inexpressivo interesse do capital privado pelo abastecimento de água, o poder público – e mais especificamente, as municipalidades – foram os principais protagonistas do processo de modernização deste tipo de serviço.

Em Mato Grosso, a primeira cidade provida de uma rede hidráulica foi Cuiabá, a capital do estado. Segundo Barreto (2005), o volume de água disponível nas fontes e chafarizes construídos pela Câmara Municipal era insuficiente para a demanda da população. Para ampliar a oferta de água potável, a Província concedeu a exploração do serviço para os empresários Frick e Zanotta. Em 1882, as obras previstas no contrato de concessão foram concluídas, e a distribuição da água por canos de ferro foi iniciada na parte central de Cuiabá. Dois anos depois, o governo provincial decidiu anular o contrato e indenizou os empresários com títulos públicos (BARRETO, 2005, p. 112). Depois de executar a encampação, o governo provincial assumiu a responsabilidade pela administração do serviço, mas protelou a execução das obras de expansão da rede.

A cidade de Corumbá e a sua primeira concessão do serviço de abastecimento de água

No interior do extenso território mato-grossense, as primeiras experiências de modernização do abastecimento de água foram conduzidas pelas municipalidades. Na cidade de Corumbá, o principal centro comercial do Mato Grosso na transição do século XIX para o XX, a epidemia de cólera de 1887 reforçou a preocupação das autoridades públicas com a água consumida pela população. Situada nas margens do Rio Paraguai, Corumbá consumia a água captada pelos aguadeiros (ou por escravos) no respectivo rio. Mas o local de captação – junto ao porto – e as precárias condições de higienização e transporte das pipas comprometiam a qualidade do produto (SOUZA, 2008; RÜCKERT, SENA, 2021).

Na documentação da Câmara Municipal, encontramos um ofício enviado pelo “Chefe do serviço médico” das Forças Armadas da Província de Mato Grosso, datado de 18 de abril de 1889. Segundo o Dr. Almeida [autor do documento], a Câmara Municipal havia encaminhado um ofício alegando “não ser completamente por descuido seu que os carroceiros não dão água melhor à po-

pulação”. No documento recebido pelo Dr. Almeida, a Câmara afirmou que os motivos da contaminação das águas captadas pelos carroceiros eram “a pampa do campo pantanoso, a lavagem de roupas de particulares, a da enfermaria, os despejos desta e do 2º batalhão de artilharia de posição, [...]” (CORUMBÁ, 1889, s/p.). Respondendo em nome das Forças Armadas, o “Chefe do serviço médico” comprometeu-se em indicar um local apropriado para a lavagem das roupas da enfermaria e informou que os despejos estavam sendo “feitos abaixo do forte, e, portanto, em ponto inferior à cidade”. Na leitura do documento, percebe-se que o “Chefe do serviço médico” das Forças Armadas estava defendendo a sua instituição da responsabilidade pela contaminação das águas consumidas pela população e, ao mesmo tempo, estava sinalizando a intenção de colaborar com a municipalidade na solução do problema.

O movimento de colaboração entre as Forças Armadas e a municipalidade não se efetivou. E, com a Proclamação da República, coube aos republicanos atacar o problema da água em Corumbá. Inicialmente, a Intendência buscou melhorar as condições de captação, construindo duas caixas de alvenaria que, a partir de 1897, foram usadas pelos aguadeiros ocupados do comércio da água em pipas.⁵

Em 1903, a Intendência encaminhou negociações para implantar um sistema de distribuição de água encanada mediante a concessão do serviço para uma empresa particular, mas a concessão não foi concluída, e a municipalidade recebeu críticas da imprensa local (SOUZA, 2008).

Retomando a iniciativa da concessão, no dia 24 de abril de 1908, a Intendência de Corumbá tornou público o edital para concessão do serviço e fixou o dia 30 de setembro como a data para o recebimento das propostas. Localizamos uma cópia do edital no jornal *Autonomista*, consultado por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Deste documento, destacamos as seguintes cláusulas que serão transcritas abaixo conforme a grafia original:

1ª. A água poderá ser extrahida do Rio Paraguay, ou de qualquer ou quaesquer mananceas da Banda Alta, Urucum, S. Domingos ou Piraputangas, devendo, no primeiro caso, passar o filtro do tipo “Inglezes”, antes de ser entregue ao consumo, bastando, no segundo caso, uma simples decantação.

2ª. Em qualquer dos casos indicados, os proponentes obrigar-se hão: A) A distribuir por pena simples, no mínimo, um metro cúbico em vinte quatro

⁵ Em Corumbá a palavra “aguadeiro” não consta nas fontes documentais consultadas. As autoridades públicas locais se referiam aos homens que comercializam água em pipas como “carroceiros”. Na escrita do artigo, optamos por usar a palavra “aguadeiros” porque, de fato, se tratava dos mesmos atores sociais.

horas. B) A colocar nos pontos mais convenientes, e de acordo com a Intendência, tantos reservatórios de distribuição quantos bastem para que não haja interrupção no serviço de abastecimento, quando tenha-se de fazer algum reparo ou uma simples manutenção em qualquer deles; obrigando-se mais a aumentar o número de reservatórios segundo as necessidades futuras deste serviço. C) A fazer a distribuição domiciliar por meio de uma rede de canalização de systema ramificado ou malhado, empregando somente tubos de ferro fundido, e estende-la por todas as ruas da cidade, com exceção das denominadas América, Colombo e Cabral, enquanto a Intendência não exigir sua viação até elas.

3ª. Na hypotese de ser a água tomada no Rio Paraguay, os proponentes serão obrigados: A) A instalar em lugar conveniente de acordo com a Intendência, um ou mais poços de aspiração e bombas a vapor, do systema “Girard” ou “Worthington”, com a capacidade necessária para o serviço, isto é, uma força capaz de, no mínimo, elevar em doze horas dois milhões de litros de água a uma altura nunca inferior a 70 metros (sic) (AUTONOMISTA. Ano IV, n. 142, 1908, p. 4).

As três cláusulas do edital destacadas acima tratam de aspectos técnicos das obras exigidas pela municipalidade em troca da concessão do serviço. O texto registra uma distinção entre a água do Rio Paraguai – considerada de qualidade inferior e imprópria para consumo sem o recurso dos filtros – e a água de outros mananciais. Chama atenção o fato de que a municipalidade não tenha solicitado ao proponente a realização de exames laboratoriais para comprovar a qualidade das águas que seriam captadas. No que diz respeito ao sistema de distribuição previsto no edital, importa ressaltar que a topografia do sítio urbano de Corumbá inviabilizava a distribuição por gravidade natural e, conseqüentemente, a elevação mecânica entre o ponto de captação e os reservatórios era a única alternativa técnica capaz de assegurar o fornecimento do desejado líquido na parte alta da cidade.

Como consequência do edital de 24 de abril de 1908, a Intendência escolheu uma proposta que contemplava a concessão de dois serviços públicos distintos: o abastecimento de água e o fornecimento de energia elétrica.⁶ O beneficiário da concessão foi o Dr. Oscar da Costa Marques, com quem a Intendência assinou contrato em outubro de 1909. Segundo Souza (2008, p. 138), o cronograma das obras previsto no contrato não foi cumprido, e a inauguração do abastecimento de água encanada ocorreu somente em 1914.

O sistema de abastecimento de água construído em Corumbá, a partir da concessão recebida pelo Dr. Oscar da Costa Marques, funcionava da seguinte forma: uma bomba mecânica foi instalada na margem do rio – no local próximo

⁶ A concessão destes dois serviços públicos para o mesmo proponente estava prevista no edital publicado pela Intendência no dia 24 de abril de 1908.

ao atual ponto de captação – e, sob a pressão desta bomba, um cano de metal conduzia o líquido até o antigo reservatório construído na parte alta da cidade; uma vez armazenada, a água era distribuída por gravidade por uma rede de canos que atendia as instalações domiciliares conectadas à rede. O mesmo reservatório passou a ser usado pelos aguadeiros que enchiam as pipas de água comercializadas pelas ruas de Corumbá.

Para o contexto do Mato Grosso republicano, a iniciativa de modernização do abastecimento de água promovida pela municipalidade de Corumbá e financiada com recursos particulares foi uma experiência pioneira. A concessão deste serviço era uma prerrogativa das municipalidades [prerrogativa ainda válida no atual ordenamento jurídico brasileiro]. Nesse sentido, a estratégia adotada pela municipalidade corumbaense se diferenciou de outras promovidas no interior do Mato Grosso nas primeiras décadas da República, sobretudo no que diz respeito à concessão do serviço para exploração particular.

Campo Grande e Aquidauana: experiências de cooperação entre o Ministério de Guerra e as municipalidades

Nas cidades de Campo Grande e Aquidauana, as obras de captação e a instalação das redes adutoras foram promovidas a partir da cooperação entre as municipalidades e o governo federal, sendo a participação federal efetivada por meio do Ministério de Guerra e das unidades militares localizadas nas respectivas cidades.

No caso de Campo Grande, o desenvolvimento da cidade foi influenciado pela construção da Ferrovia Noroeste e pela instalação de unidades militares (QUEIROZ, 2004; ARRUDA, 2005 e 2006). Em 1910, a cidade passou a sediar a 5ª Brigada Estratégica. Posteriormente, em 1921, o Ministério de Guerra iniciou a construção de instalações para a Brigada da Cavalaria que foi transferida de Corumbá para Campo Grande. No decênio entre 1910 e 1920, a população de Campo Grande cresceu na faixa de 11% ao ano (ARRUDA, 2005, p. 18), e a demanda por água potável aumentou. Naquele contexto, a cidade consumia águas captadas do subsolo e de nascentes, mas não possuía um sistema de distribuição em rede.

Em 1919, o Intendente Rosário Congro expressou preocupação com a contaminação do lençol freático pelo “imminente perigo das cloacas” (CONGRO, 1919, p. 11). Para evitar o consumo de águas captadas em poços e o “aparecimento de moléstias endêmicas” decorrentes da contaminação hídrica, o Intendente recomendou que a Câmara Municipal providenciasse os estudos necessários para o serviço de abastecimento de água. Congro apontou as duas opções existentes para a implantação do serviço: a concessão para uma empresa priva-

da ou a execução das obras por conta da municipalidade, com recursos procedentes de um empréstimo bancário. No Relatório referente ao ano de 1919, o Intendente justificou sua preferência pela segunda opção argumentando que

A execução do serviço por esta forma viria facultar ao município o imediato recebimento da taxa sobre penas de água que daria, além do custeio, para fazer face ao pagamento dos juros contratados. No espaço de quinze anos, senão menos, pode se calcular, estaria terminada a liquidação do empréstimo e o patrimônio municipal enriquecido com uma obra de grande valor, que passaria desde logo a ser uma nova fonte de receita, ao passo que, por concessão do privilégio, além da garantia de juros que do município seria fatalmente exigida, nem cinquenta anos, por certo, bastariam para que se realizasse a reversão (sic) (CONGRO, 1919, p. 112).

A citação destacada acima explica de forma clara e concisa as principais diferenças entre a concessão do serviço de abastecimento de água para o setor privado e a realização das obras pela municipalidade. Mas a citação nada diz a respeito da elevada complexidade dos estudos para as obras de captação e da necessidade de um investimento financeiro que, geralmente, superava a capacidade orçamentária das municipalidades. Congro estava ciente de que a receita ordinária de Campo Grande não poderia suportar o custo da implantação do serviço e sugeriu a realização de um empréstimo bancário para a realização das obras hidráulicas.

A preocupação com o risco da transmissão de doenças por águas contaminadas não era uma exclusividade de Congro ou da municipalidade de Campo Grande. A mesma preocupação existia no Ministério de Guerra, que reconhecia a necessidade de providenciar água potável para as unidades militares instaladas na cidade.

Por decisão do Ministério de Guerra, coube ao Engenheiro Militar Temístocles Paes de Sousa Brasil⁷ o trabalho de estudar os mananciais e elaborar o projeto de captação e distribuição de água para os quartéis de Campo Grande. Em 1921, Sousa Brasil concluiu o documento intitulado *Relatório dos Estudos para o Abastecimento de água aos quartéis de Campo Grande*. Neste, o autor apresenta o resultado das análises laboratoriais de águas coletadas em 11 localidades de Campo Grande (2 “poços”, 8 “cabeceras” e 1 “nascente”); descreve a topografia e a composição geológica do sítio urbano; informa a situação da mata ciliar dos mananciais e calcula o volume necessário de água para o abastecimento dos quartéis.

⁷ Temístocles Paes de Sousa Brasil era Bacharel de Matemática e Ciências Físicas e Engenheiro Militar. Transferido para Campo Grande em 1909, na época com a patente de primeiro-tenente, Sousa Brasil elaborou o Plano do Rocio da cidade, concluído em 1910 (ARRUDA, 2005).

O *Relatório dos Estudos* redigido por Sousa Brasil possibilitou o desenvolvimento de um diálogo entre duas esferas do poder público interessadas no abastecimento de água: o Ministério de Guerra e a municipalidade de Campo Grande.

A documentação que analisamos não nos permite saber com precisão como as duas partes conduziram a negociação que resultou na realização das obras de captação. Contudo, o desfecho da negociação foi registrado no Relatório da Intendência apresentado à Câmara Municipal por Arlindo Andrade Gomes, em 1921. Segundo o Intendente, o Ministério de Guerra comprometeu-se com as obras de captação e condução das águas das “cabeceiras do Jacynto e do Chaves”, e a municipalidade comprometeu-se com a “desapropriação de todas as vertentes necessárias para o abastecimento da cidade, [...]” (GOMES, 1921, p. 46). Com base no Relatório de 1921, sabemos que o ponto de captação estava localizado a “7.800 metros da cidade” e que a distribuição seria por gravidade. Além de usar as “cabeceiras do Jacynto e do Chaves”, o sistema de captação e distribuição foi projetado para captar água nos mananciais localizados nas propriedades de “Joaquim Português” e do “general Reveilleau”. Quando estes mananciais fossem incorporados à rede, o sistema teria capacidade para abastecer uma população de 25 mil habitantes (GOMES, 1921, p. 47).

Na consulta às fontes documentais, não localizamos os Relatórios da Intendência referentes aos anos de 1922, 1923, 1924 e 1925. Foi neste período que as obras de captação foram executadas e as desapropriações de terrenos em torno das nascentes dos mananciais foram concluídas. Na ausência destes Relatórios, faltam informações a respeito de aspectos técnicos das obras, e pouco sabemos sobre os procedimentos adotados pela municipalidade para viabilizar a desapropriação dos terrenos em torno dos mananciais.

Em 1926, as obras de instalação da rede hidráulica estavam praticamente concluídas. No Relatório enviado para a Câmara Municipal, o Intendente informou que

A rede de abastecimento d'água da cidade está assentada e em pleno funcionamento com os seus requisitos técnicos, medindo 12.835 metros, a contar do reservatório da distribuição de onde parte a linha de 6 p/p. que segue pela rua José Antonio até o eixo da Avenida Affonso Penna. Esta linha alimenta os encanamentos gerais por canos de 4 polegadas assentados nas ruas: – Av. Mato Grosso, D. Aquino e Av. Affonso Penna, que, por sua vez, abastecem os canos de 2 polegadas distribuídos pelas outras artérias da cidade, tudo de acordo com o projecto approved pela Câmara numa das suas reuniões no ano findo (sic) (FIGUEREDO, 1926, p. 4).

A citação nos permite inferir que o traçado inicial da rede hidráulica foi definido pela municipalidade e contemplava parte do perímetro urbano cen-

tral. Naquele contexto, a distribuição de água para todas as ruas da cidade não estava nos planos da Intendência. A prioridade era a instalação das adutoras nas principais avenidas (José Antônio, Affonso Penna, Mato Grosso, D. Aquino), e, a partir delas, a rede seria gradualmente expandida com canos de menor espessura.

No relatório encaminhado à Câmara Municipal, Figueredo informou os gastos realizados pela Intendência no transcurso do ano de 1926 para garantir o funcionamento da rede hidráulica. Estes gastos incluíam, além de material e equipamentos hidráulicos para uso na rede, a contratação de dois guardas (um para a represa e um para o reservatório); a contratação de um “agente cobrador do serviço de ligação”; serviços de transporte; a remuneração do encanador e verbas de “indenização”.

A participação do Ministério de Guerra na modernização do abastecimento de água em Campo Grande despertou o interesse de outras municipalidades localizadas no sul do antigo Mato Grosso que sediavam unidades das forças armadas. Este foi o caso de Aquidauana.

Distante cerca de 140 km de Campo Grande, o sítio urbano da atual Aquidauana ganhou forma na segunda metade do século XIX, quando a localidade era parte do município de Miranda (ROBBA, 1992; LEITE, 2009). Emancipada em 1892, Aquidauana desenvolveu sua economia a partir da pecuária e da agricultura e beneficiou-se da posição estratégica do seu porto fluvial. Inserida nas rotas do comércio fluvial que abasteciam o sul do Mato Grosso e conectada com outras cidades por estradas de rodagem, Aquidauana iniciou o século XX como um importante polo comercial regional (ALVES, 2005; QUEIROZ, 2004).

Na década de 1920, a municipalidade de Aquidauana colocou em pauta a necessidade de obras para o abastecimento de água. No Relatório da Intendência referente ao ano de 1927, na Resolução n. 151, encontramos o registro de uma despesa com o fornecimento de água para o Grupo Escolar. No entanto, o documento não informa sobre como este fornecimento era feito. Considerando que Aquidauana ainda não possuía rede hidráulica, cogitamos a possibilidade de que o abastecimento do Grupo Escolar fosse realizado por aguadeiros.

O ano de 1927 foi importante no processo de modernização do abastecimento de água em Aquidauana. Neste, a Intendência e o 6º Batalhão de Engenharia (unidade militar sediada em Aquidauana) iniciaram negociações para a realização de obras hidráulicas que interessavam às duas partes. O movimento inicial partiu do comando militar do 6º Batalhão. Em documento dirigido ao Intendente de Aquidauana, o Tenente-Coronel João da Cruz Zani solicitou autorização para realizar obras de captação e transporte de água. O objetivo principal da solicitação era assegurar o fornecimento do líquido para um contingen-

te militar de aproximadamente mil homens – número expressivo para uma guarnição do interior.

No ofício 109, expedido em 29 de dezembro de 1927, o Intendente respondeu informando que o assunto seria apreciado pela Câmara de Vereadores. No documento supramencionado, o Intendente descreveu a proposta que seria encaminhada para o legislativo municipal:

Concessão livre de ônus, do manancial que julga esta administração preferível, o do córrego da “Porteira”, na base da Serra do Amambahy, há 15 km, aproximadamente, desta cidade, com a área necessária aos serviços de captação; concessão livre de passagem nos terrenos municipais e particulares para a linha conductora do ponto de captação ao lugar designado para construção do reservatório ou reservatórios; concessão da área precisa para os reservatórios no perímetro suburbano, franca passagem da linha derivada para o Quartel; incumbe-se a municipalidade da conservação e limpeza do manancial, da linha conductora e dos reservatórios. Estas concessões terão como condição que a captação seja feita em canos de 9 pollegadas até o reservatório ou reservatórios, com capacidade mínima de 600.000 litros de água; franquear o Ministério de Guerra a utilização do excesso de água sobre o consumo do quartel para que a municipalidade traga derivação dos reservatórios para a distribuição domiciliar ou para reservatórios públicos na zona urbana. Despesas estas que correrão por conta da municipalidade (sic) (AQUIDAUANA, 1929, p. 16-17).

A resposta da corporação militar foi registrada no “Offícion. 9 do Comando do 6º B. E.” (AQUIDAUANA, 1929, p. 18-19). Dirigindo-se ao Intendente, o comandante da unidade militar local manifestou a intenção de prosseguir na negociação e solicitou uma alteração na proposta feita pela municipalidade. Na opinião do comandante, era preciso suprimir a imprecisão no número de reservatórios que seriam construídos. Nos demais aspectos, o Tenente-Coronel João da Cruz Zani sinalizou concordância e informou a necessidade de apresentar a proposta para a apreciação do Ministério de Guerra.

A possibilidade de uma colaboração entre o Ministério de Guerra e a municipalidade para execução de obras de abastecimento foi recebida com otimismo por Jorge Bodstein Filho, Intendente de Aquidauana. Na opinião do Intendente, a municipalidade não poderia arcar com o custo das obras de captação e canalização, “cujas despesas orçariam entre 400 a 660:000\$000” (AQUIDAUANA, 1929, p. 15). Para além da questão financeira – que por si só já era de suma importância – o Intendente ressaltou que o abastecimento de água era um investimento na “defesa da saúde da população”. A água canalizada, “pela sua abundancia, modicidade de preços e pureza da lympha” (sic), resultaria na proteção contra as “endemias que costumam assolar os núcleos de população servidos por água má, [...]” (AQUIDAUANA, 1929, p. 21).

Depois de relatar os termos do acordo de cooperação com o Ministério de Guerra, o Intendente solicitou aos membros da Câmara Municipal a autorização para finalizar o acordo e reiterou que a iniciativa resultaria em benefícios para a população.

Desnecessário será encarecermos ilustre Edis as vantagens que advirão para a nossa população desse acordo, pois que uma vez feita a captação e canalização de água até o ponto que for escolhido para o reservatório ou para o T do registro, caberá ao município somente estudar os meios de conseguir capital para fazer a canalização e derivação para as nossas vias públicas e instalações domiciliares, matéria que deverá ser estudada depois de aberta a verba pelo Ministério da Guerra e iniciados os trabalhos de represa e canalização. [...]

Ponto de grande importância será assentar-se a entrega desses serviços depois de efetuados, a esta municipalidade que se incumbirá da conservação a exemplo do que já foi feito com a municipalidade de Campo Grande, com o mesmo Ministério (sic) (AQUIDAUANA, 1929, p. 22).

A citação procede do último Relatório da Intendência de Aquidauana que localizamos no Arquivo Público de Mato Grosso. Ela registra a etapa final das negociações que resultaram na cooperação entre a Intendência e o Ministério de Guerra (representado no âmbito local pelo 6º Batalhão de Engenharia). Depois desta etapa, a cooperação efetivou-se, e as duas instituições se empenharam no cumprimento das obrigações acordadas: a Intendência de Aquidauana providenciou a desapropriação das terras necessárias para a construção da barragem, e o 6º Batalhão de Engenharia se ocupou das obras de captação, da construção do reservatório e da conexão entre as duas partes.

Infelizmente, não localizamos, nos documentos consultados, informações a respeito da extensão inicial da rede hidráulica e desconhecemos o custo fixado pela municipalidade para o fornecimento da água aos cidadãos.

Considerações finais

A pesquisa que originou este capítulo do livro se insere no incipiente campo de estudos da história do abastecimento de água – campo que ganhou forma inicial nas décadas de 1980 e 1990. No Brasil, a história do abastecimento de água se encontra em processo de construção, e a maior parte das Dissertações e Teses desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em História aborda o tema a partir das capitais estaduais, e, conseqüentemente, existem poucos trabalhos sobre a historicidade dos sistemas modernos de captação e distribuição de água em cidades do interior do Brasil (RÜCKERT, 2020). Considerando o padrão das Dissertações e Teses produzidas por historiadores brasileiros a respeito do abastecimento de água, acreditamos que o estudo apresentado contribui para diminuir a lacuna identificada na historiografia.

A história dos primórdios da modernização do abastecimento de água nas cidades de Corumbá, Campo Grande e Aquidauana, apesar de contemplar uma pequena parcela das cidades existentes no SMT na primeira metade do século passado, amplia a compreensão sobre o desenvolvimento de um serviço urbano altamente relevante. Os documentos consultados indicam que, nas cidades supramencionadas, a preocupação das autoridades públicas com a qualidade das águas consumidas coexistia com as dúvidas a respeito da melhor estratégia para financiar a instalação das redes hidráulicas.

Na Primeira República, num contexto de federalismo e na ausência de uma política nacional de saneamento, o protagonismo das municipalidades [exercido por meio da legislação e da administração dos recursos públicos municipais] foi fundamental para viabilizar a modernização do abastecimento de água.

No sul do antigo Mato Grosso, Corumbá foi pioneira na iniciativa de oferecer água em redes hidráulicas para a sua população e optou pela concessão do serviço. Nos seus efeitos práticos, a concessão significou a transferência do custo das obras para a empresa concessionária e a garantia de que a taxa gerada pelo fornecimento de água seria transferida para a respectiva empresa.

Em 1908, quando Corumbá publicou o edital na intenção de atrair investidores para o serviço de abastecimento de água, o procedimento da concessão estava dentro dos padrões políticos da época, e, sob certo aspecto, se enquadrava nas proposições do liberalismo. No entanto, este procedimento não era a única alternativa para uma cidade prover sua população de água potável.

No decorrer deste capítulo, demonstramos que Campo Grande e Aquidauana adotaram outra estratégia para viabilizar a modernização do abastecimento de água. Nestas cidades, a cooperação entre o Ministério de Guerra e as municipalidades possibilitou a divisão dos custos e dos trabalhos técnicos necessários para a construção de sistemas de captação e distribuição em rede.

O interesse do Ministério de Guerra pelo abastecimento de água para os quartéis localizados em Campo Grande e Aquidauana estava relacionado à necessidade de higiene nos alojamentos e à preocupação com a salubridade das tropas. Neste aspecto, importa ressaltarmos que as prioridades do Ministério de Guerra eram distintas das prioridades definidas pelas municipalidades.

Dentro de um quartel, a oferta de água potável resultaria em benefícios para a saúde dos militares. Nas cidades, a oferta de água potável também provocaria benefícios para a saúde dos cidadãos, mas os seus efeitos excediam a questão sanitária. As redes hidráulicas, quando instaladas, indiretamente provocavam impacto na economia urbana [valorização de terrenos e imóveis, diversificação nas atividades produtivas e atração de investidores] e reforçavam a percepção social do urbano como *locus* da modernidade e do progresso.

Outro aspecto que precisa ser considerado na distinção entre o fornecimento de água para os quartéis e o fornecimento para as cidades de Campo Grande e Aquidauana diz respeito à geração de uma importante receita para as municipalidades. Uma vez implantado, o serviço de abastecimento de água foi cobrado dos cidadãos e se expandiu gradualmente. Havia uma demanda por água potável, e as municipalidades de Campo Grande e Aquidauana ampliaram suas receitas anuais incorporando novos usuários.

A importância do serviço de abastecimento de água nas finanças municipais é um tema presente nas fontes documentais consultadas e demanda novas pesquisas. Para as cidades que implantaram redes hidráulicas sem o procedimento da concessão, a cobrança da “taxa de água” garantia uma renda constante e de valor expressivo. Na Lei Orçamentária que fixou a previsão de receitas e despesas para o ano 1942, a Intendência de Campo Grande estimou a receita do abastecimento de água em 330:00\$000 – valor que correspondia a 16% da receita total prevista para os cofres municipais (CAMPO GRANDE, 1942). Em 1945, a receita estimada para a “taxa de água” de Aquidauana era o equivalente a 14% da receita total prevista para o respectivo ano (AQUIDAUANA, 1945). Estes números são indicativos de que o serviço de abastecimento de água impactava de forma positiva nas finanças municipais.

Fontes documentais

AQUIDAUANA. **Relatório dos Negócios Municipaes referente ao exercício de 1928, apresentado à Câmara Municipal de Aquidauana, em sua sessão de 29 de Janeiro de 1929, pelo Sr. Intendente Jorge Bodstein Filho.** Typ. do Globo: São Paulo, 1929. [Arquivo Público de Mato Grosso].

AQUIDAUANA. **Decreto-Lei n. 21, de 09 de janeiro de 1945.** Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1945. s/local: s/ed., 1945. [Arquivo Público de Mato Grosso].

CAMPO GRANDE. **Decreto Lei n. 47.** Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1942. Campo Grande: Aragão e Cia., 1942. [Arquivo Público de Mato Grosso].

CONGRO, Rosário. **Relatório encaminhado pelo intendente Rosário Congro a D. Francisco de Aquino Correia, presidente do Estado, como prestação de contas de sua administração, de 05/09/1918 a 07/09/1919.** [O Município de Campo Grande em 1919]. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2019.

CORUMBÁ. **Ofícios dirigidos à Câmara.** 1889. Caixa s/n. [Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá].

FIGUEREDO, Arnaldo Estevão de. **Relatório apresentado pelo Intendente-Geral do Município à Câmara Municipal, referente ao exercício de 1926, pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueredo, e aprovado pela mesma Câmara em reunião de 15 dezembro**

do mesmo ano. Município de Campo Grande. São Paulo: Companhia de Melhoramentos de S. Paulo, 1926. [Arquivo Público de Mato Grosso].

GOMES, Arlindo de Andrade. **Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo intendente Arlindo de Andrade Gomes, do ano de 1921.** [O Município de Campo Grande em 1921] Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2019.

[Jornal] **AUTONOMISTA: Periódico noticioso, comercial e literário.** Ano IV, número 142, 1908.

Referências

ADVÍNCULA, Chyara Charlotte Bezerra. **Entre miasmas e micróbios:** a instalação de redes de água e esgoto na cidade de Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade – 1910/1926. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7043>>.

ALVES, Gilberto Luiz. **A casa comercial e o capital financeiro em Mato Grosso, 1870-1929.** Campo Grande: UNIDERP, 2005

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Campo Grande – primeiras décadas. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. **Ligeira notícia sobre a vila de Campo Grande & Relatório dos estudos para o abastecimento de água aos quartéis de Campo Grande.** Campo Grande: GIBIM Gráfica e Editora, 2005. p. 09-20.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Campo Grande:** arquitetura, urbanismo e memória. Campo Grande: UFMS, 2006.

BARRETO, Neila Maria Souza. **Água: gota da vida.** Abastecimento e uso no Espaço Urbano de Cuiabá (1790-1886). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará.** Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi/Universidade Federal do Pará, 2004.

CAMPOS, Hernani Loebler; PACHECO, Soênia Maria. Uma análise histórico-geográfica da importância do rio Beberibe para o abastecimento de água da Região Metropolitana do Recife. **Água y Território**, n. 11, p. 34-43, 2018. Disponível em: <<https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/atma/article/view/2945/pdf>>.

CORDEIRO, Lorena de Pauli. **Uma História Ambiental dos mananciais da Serra do Mar:** o abastecimento de água para Curitiba (1870-1929). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91914>>.

DINIZ, José Nilo Bezerra. **Paisagens marginais:** um estudo em perspectiva histórica de localidades portuárias no sertão brasileiro (1808-1851) e no deserto do sudoeste africano (1884-1914). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GOUBERT, Jean Pierre. **La conquête de l'eau**. L'avènement de l'asanté à l'âge industriel. Paris: R. Lanffont, 1986.

GUILLERME, André. **Le Temps de l'eau**. La cité, l'eau et les techniques. Seyssel: Champ Vallon, 1983.

KLAUCK, Aline Gabriela. **Água, fontes e aguadeiros**: o abastecimento hídrico em Nossa Senhora do Desterro (século XIX). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205184>>.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade**: os cantos e os antros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Campinas: Editora Unicamp, 2008.

LEITE, Eudes Fernando. **Aquidauana**: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma revolução. Dourados-MS: Editora da UFGD, 2009.

MACHADO DE ALMEIDA, Gilmar. **A domesticação da água**: os acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 a 1889. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12395>>.

MATÉS-BARCO, Juan Manuel. **La Conquista del agua**. Historia económica del abastecimiento urbano. Jaén: Universidad de Jaén, 1999.

MATÉS-BARCO, Juan Manuel. El desarrollo de las redes de agua potable: modernización y cambio en el abastecimiento urbano. **Agenda Social**, v. 3, n. 1, p. 25-58, jan./abr. 2009.

MENEZES, José Luiz da Mota; ARAÚJO, Hamilton F. de (orgs.). **Águas do Prata**. A Companhia do Beberibe: história do saneamento de Pernambuco, 1828 a 1912. Recife: Companhia Pernambucana de Saneamento, 1991.

MESQUITA, Yuri Mello. **Jardim de asfalto**: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9Z5LHV>>.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos**. A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX. Bauru/Campo Grande: EDUSC/Editora da UFMS, 2004.

ROBBA, Cláudio. **Aquidauana ontem e hoje**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1992.

RÜCKERT, Fabiano Quadros; SENA, Divino Marcos de. Higiene Pública e normatização social na Corumbá Imperial. **Revista de História Regional**, v. 26, p. 151-170, 2021. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/15131>>.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. O abastecimento de água no Brasil. **SÆCULUM**, v. 25, p. 280-295, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/53781>>.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Editora SENAC, 2007.

SILVA, Edson. **Modernização, sanitário e cotidiano (Jacobina – BA, 1955-1959)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, PB, Campina Grande, 2015. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFCG_dfc96a0dc324261d0ab330efb5f2e6f3>.

SILVEIRA, Aline Montagna da. **De fontes e aguadeiros a penas d'água**. Reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial no final do século XIX em Pelotas, RS. Tese (Doutorado em Arquitetura), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, João Carlos de. **Sertão cosmopolita**. Tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918). São Paulo: Alameda, 2008.

TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. **Águas urbanas**: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

TERRA, Paulo Cruz. **Tudo que carrega é negro?** Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_TERRA_Paulo_Cruz-S.pdf>.

CAPÍTULO 3

A formação do núcleo urbano de Ivinhema como estratégia de colonização da SOMECO S/A (1961-1974)

Rogério Ribeiro Antonio

Entre os anos de 1961 e 1986, a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO S/A) adquiriu cerca de 300 mil hectares e implantou seu projeto de colonização em terras próximas ao rio Ivinhema, no sul do atual Mato Grosso do Sul. Ao longo destes anos, a empresa loteou aproximadamente 80 mil hectares, em propriedades que variaram entre 5 e 100 hectares. A venda das terras em pequenas parcelas e com pagamentos facilitados foi entendida como estratégia da empresa para atrair compradores, principalmente de São Paulo e Paraná, que ansiavam por um pedaço de terra, mas não conseguiam pelos preços praticados nesses estados. Outra estratégia que fez parte do projeto de colonização da SOMECO S/A foi projetar e construir núcleos urbanos cujo propósito, segundo a empresa, era de atender os colonos com assistência técnica rural, médica, odontológica, educacional, além de consumir os produtos hortifrutigranjeiros locais. É por este viés que escrevo as próximas páginas.

Antes de adentrar propriamente no assunto, creio ser importante uma contextualização do cenário político econômico do período. A partir do governo de Juscelino Kubitschek, com a implantação de um modelo econômico desenvolvimentista e a expansão da fronteira agrícola, as disputas pela terra se acirraram em várias regiões do país, principalmente no nordeste e sudeste brasileiros (MARTINS, 2009). O governo de João Goulart assinalou para a realização de uma reforma agrária, o que fez com que a elite orgânica brasileira organizasse e executasse o golpe civil militar de 1964 (DREIFUSS, 1987). Com o propósito de apaziguar esses conflitos, em vez de reforma agrária, os governos militares incentivaram a colonização dirigida, direcionada para os oestes brasileiros, principalmente através da iniciativa privada.

Desta forma, desde o início do governo militar buscou-se aprovar medidas que normalizassem as tensões no campo. Uma delas foi a regulamentação, em 30 de novembro de 1964, da lei n. 4.504, conhecida como Estatuto da Terra, cujo texto final tinha sido apresentado ao Congresso Nacional em janeiro de 1962. A lei tratou da reforma agrária, da promoção de políticas agrárias e regularizou a colonização nas esferas pública e privada. Sua redação teve como propósito regularizar “os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”. Além disso, definiu reforma agrária como o “conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”, e colonização como “toda a atividade oficial ou particular que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas” (Lei n. 4.504/64, art. 1º, §1 e 2).

Para realizar a reforma agrária, o Estatuto da Terra definiu em quais condições a propriedade poderia ser desapropriada pelo poder público. Dentre as definições incluíram a capacidade produtiva, o tamanho em módulos rurais e as possibilidades de exploração. Contudo, o que se nota é que a lei veio para legalizar propriedades rurais que poderiam vir a ser desapropriadas com base na legislação anterior, afastando, assim, para muitos latifundiários, o fantasma da reforma agrária. Corroboram essa ideia os trabalhos de Laranjeira (1986), no qual demonstra que a área total de imóveis com mais de 10.000 ha passou de 36.190.429 ha em 1970, para 46.346.830 ha em 1975, e o de Albanez (2013) sobre a “mudança” na estrutura agrária no extremo sul de Mato Grosso. Segundo este autor, o tamanho médio da pequena propriedade na região em 1950 era de 34,6 ha, em 1960, de 20,5 ha e em 1970, de 15,8 ha. Já o tamanho médio da grande propriedade passou de 3.427,7 ha em 1950, para 4.008,9 ha, em 1960, e para 3.787,5 ha, em 1970 (ALBANEZ, 2013, p. 104). Percebe-se que houve uma tendência de redução na área da pequena propriedade e um aumento na grande, mesmo após a implantação do Estatuto da Terra.

A colonização dirigida de caráter privado já era regulamentada pelo decreto-lei n. 58 de 10 de dezembro de 1937, mas, depois de sancionado o Estatuto da Terra, muitas empresas tiveram que elaborar projetos de colonização adequando-os à nova legislação, que exigia, entre outras coisas, um estudo que indicasse as culturas mais adequadas para as terras que estavam em processo de colonização, levando em consideração o clima, o tipo de solo e a viabilidade econômica, além da divisão dos lotes em padrões de módulo rural, cujo tamanho dependeria da cultura indicada para cada região. Assim, numa região em

que a cultura indicada fosse a hortifrutigranjeira, o tamanho do módulo rural seria em torno de 5 ha. Já para áreas de exploração extrativista, o módulo rural poderia atingir mais de 200 ha.

O Estatuto da Terra criou mecanismos de incentivos aos trabalhadores rurais, como a isenção dos impostos federais, estaduais e municipais, num período de cinco anos a partir da data da compra do lote. Além dos incentivos fiscais, a lei previa a assistência financeira e do crédito rural. Essa assistência seria dada preferencialmente por meio de cooperativas, que, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), com a colaboração do Ministério da Agricultura, da Superintendência da Moeda e do Crédito e da Coordenação Nacional do Crédito Rural, a repassariam aos seus associados. A lei também previa a concessão de crédito através de instituição financeira – neste caso, o Banco do Brasil – aos pequenos e médios proprietários, mesmo não sendo associados a uma cooperativa. A política de crédito rural contribuiria para a fixação do trabalhador e o desenvolvimento da região colonizada.

Apesar da reforma agrária ser tratada no Estatuto da Terra, o que mais se observou durante os governos militares foi o incentivo à colonização. Tais incentivos podem ser observados na Amazônia Legal, principalmente na década de 1970, durante o período de abertura da rodovia Transamazônica quando, apesar do discurso governamental ser voltado para a reforma agrária, ocorreu a implantação da colonização dirigida, trazendo do nordeste brasileiro um contingente populacional que lutava pela posse da terra (GUERRA, 2002, p. 25). Já no sul de Mato Grosso, as empresas colonizadoras atuaram fortemente durante as décadas de 1950 e 1980, trazendo, em sua maioria, uma população do sul e sudeste.

No processo de colonização dirigida, regulamentado pelo Estatuto da Terra, percebem-se alguns incentivos para a colonização privada, evidenciados no papel do Estado de estimular iniciativas particulares de colonização. Os estímulos eram para empresas e trabalhadores, pois tratavam de assistência técnica, produção e distribuição de sementes e mudas, mecanização agrícola, cooperativismo, assistência financeira e creditícia, industrialização e beneficiamento dos produtos, eletrificação rural e obras de infraestrutura, garantia de preços mínimos à produção agrícola, entre outros. Tais incentivos constituíram a política de desenvolvimento rural, que, conforme o Estatuto da Terra, tinha como objetivo atender “não só ao consumo nacional, mas também à possibilidade de obtenção de excedentes exportáveis”, enquadrados na perspectiva de expansão do capital.

A orientação, normalização e execução da política de desenvolvimento rural estavam vinculadas ao Ministério da Agricultura através de órgãos oficiais como a Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste

(SUDENE), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), a Fundação Brasil Central (FBC), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País (SUDOESTE).

Além destes órgãos, foi criado, através do Estatuto da Terra e vinculado ao Ministério da Agricultura, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que tinha por finalidade promover o desenvolvimento rural nas regiões em processo de colonização, colaborando com os projetos. O Instituto mantinha parceria com órgãos do Ministério do Trabalho visando à sindicalização rural, à organização de cooperativas e firmar convênios com estados, municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais, para executar programas de desenvolvimento rural.

O Estatuto da Terra previa ainda alguns deveres para empresas particulares, que deveriam constar em seus projetos de colonização para serem previamente examinados pelo IBRA e submetidos à aprovação do Ministério da Agricultura. Sendo aprovados, ficaria a cargo do INDA acompanhar sua execução. Para serem aprovados, os projetos deveriam consignar às empresas colonizadoras obrigações mínimas, como abertura de estradas para o acesso às áreas colonizadas; divisão de lotes o quanto possível, de modo que todos possuíssem água própria ou em comum; manutenção de reserva florestal nos espigões e nas nascentes; fomento da produção de culturas agrícolas predominantes na região ou que fossem ecologicamente aconselhadas pelos técnicos do IBRA e prestação de assistência médica, odontológica, educacional e técnica aos colonos, o que seria possível através da implantação de núcleos urbanos.

Apesar dos benefícios garantidos pela lei se destinarem mais aos colonos, as empresas colonizadoras obtiveram grandes lucros com o processo de colonização dirigida. Em Mato Grosso, algumas empresas não concluíram o processo de colonização em suas terras, visto que ao “reclamarem para si a tarefa de ‘colonizar’ [...]” revelaram uma “estratégia para burlar a constituição e leis vigentes sobre terras, para permitir o acesso a grandes porções do território, através de contratos formalmente firmados”, sendo tais práticas mais perceptíveis no norte do Estado (MORENO, 2007, p. 129). No entanto, no sul de Mato Grosso, empresas como a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (CVSPMT), Companhia Moura Andrade, Colonizadora e Imobiliária Douradense Ltda. (CIDAL), Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Ltda. e a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMEKO S/A) promoveram os trabalhos de colonização em grande parte de suas terras.

As políticas de colonização de Mato Grosso e a atuação das empresas colonizadoras no sul do Estado

Além das leis e órgãos federais que incentivaram a colonização dirigida, os estados elaboraram suas políticas de colonização. A organização jurídica desburocratizou e incentivou o acesso às terras devolutas de Mato Grosso¹. A legislação fundiária estadual, que teve seus princípios baseados na lei de terras de 1850 e no seu regulamento, o decreto n. 1.318 de 1854, assegurou a permanência da estrutura fundiária baseada na grande propriedade. Segundo Moreno (1999), reconheceu-se, através destes documentos,

[...] o pleno direito de propriedade sobre as terras devolutas sitiadas no Estado e decretou sua aquisição mediante título oneroso. Porém, adaptando-se a lei aos interesses dos “proprietários”, deram-se condições para o reconhecimento das sesmarias havidas sem o preenchimento de formalidades legais e das posses “mansas e pacíficas”, desde que as terras estivessem ocupadas e cultivadas. Também estabeleceram-se prazos dilatados para a medição e regularização das terras situadas na jurisdição do Estado, considerando que grande parte delas encontrava-se ocupada e em situação irregular (MORENO, 1999, p. 68).

Com estes princípios foi criada a primeira lei de terras de Mato Grosso, lei n. 20 de 1892, e seu regulamento, o decreto n. 38 de 1893. Vale lembrar que o estado tinha suas preocupações com a colonização, sendo visível um relaxamento no cumprimento da lei, pois atrairia um maior contingente populacional, uma vez que havia uma vastidão de terras devolutas², além de grande parte da receita estadual que adivinha da concessão e da venda de terras.

Para executar a legislação sobre terras, ainda no período imperial, foi criada, pelo decreto n. 2.092 de 1858, a Repartição Especial das Terras Públicas. Já no período republicano, em 1892, criou-se a Diretoria de Obras Públicas, Terras, Minas e Colonização, com o propósito de “ativar a ação do capital no sentido de intensificar os investimentos fundiários, uma vez que proporcionava a venda de terras devolutas” (VASCONCELOS, 1986, p. 22-23).

O incentivo à grande propriedade através da política fundiária em Mato Grosso se justificou pelos interesses oligárquicos que fizeram da terra objeto de barganha política, sendo negociada em troca de apoio eleitoral. Contudo,

¹ O estado de Mato Grosso foi dividido pela Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, dando origem ao estado de Mato Grosso do Sul. Neste trabalho, quando uso a expressão Sul de Mato Grosso, me refiro ao atual estado de Mato Grosso do Sul.

² Vale mencionar aqui que entendo que nestas terras devolutas havia uma população indígena; a ocupação destas terras pelas frentes de expansão causou enormes conflitos e extermínio de parte desta população.

os governantes também buscaram conciliar a expansão da pequena propriedade através da colonização espontânea, “[...] sem que o Estado arcasse com o ônus econômico e sem riscos políticos às suas lideranças” (MORENO, 1999, p. 73). Segundo Moreno (1999, p. 73-74), os números disponíveis mostraram que, entre 1889 e 1930, foram “efetivadas 152 concessões gratuitas, para um total de 4.814 hectares alienados no mesmo período (uma média de 31,6 ha por lote). Isto significou menos de 1 % do total da área regularizada no mesmo período”.

As concessões e as vendas se davam, em sua maioria, em grandes áreas, pois a economia com base no extrativismo e na pecuária incentivava ocupações em extensas áreas de terra. Tal prática prejudicou os pequenos posseiros existentes no estado e, conseqüentemente, a colonização. Deste modo, mesmo “tendo assegurado o direito de preferência para compra das terras devolutas ocupadas, a lei excluía os pequenos posseiros deste benefício, vez que estes não podiam efetuar a sua compra nem fazer face ao sistema de produção vigente na época” (MORENO, 1999, p. 69).

A partir da década de 1930 e, principalmente, durante o Estado Novo, o antigo sul de Mato Grosso sofreu interferência das políticas de colonização do governo federal. Interferindo na região, Vargas colocou fim nas pretensões da Companhia Mate Laranjeira de renovação de arrendamentos com a criação, em 1938, do Instituto Nacional do Mate, “[...] ocasião em que a firma fez a entrega dos terrenos ao Estado de Mato Grosso, os quais foram ocupados por migrantes sulistas, sob o regime de pequena propriedade” (MORENO, 2007, p. 42). Vale mencionar que as terras próximas ao rio Ivinhema também estavam sob a concessão da Companhia que, até final da década de 1940, procedeu à entrega permitindo ao Estado vendê-las.

Desarticulando ainda mais o monopólio da Mate Laranjeira, Vargas criou, através do decreto n. 5.812 de 1943, o Território Federal de Ponta Porã. Após tirar os concessionários da área, criou a CAND através do decreto n. 5.941 de 1943, liberando o restante das terras para a colonização estadual e implantando no sul de Mato Grosso diversas colônias agrícolas estaduais, merecendo destaque

Bodoquena (Miranda), Botelha (Amambai), Caramba (Rio Brillhante), Cambaretá (Ivinhema), Cipó e Paxixi (Aquidauana), Caarapá, XV de Novembro e Gen. Dutra (Ponta Porã), Itá (Bela Vista), Taquari (Coxim) e Ilha Comprida (Três Lagoas) (MORENO, 1999, p. 76).

Com o fim do Estado Novo e a promulgação da Constituição Federal de 1946, o estado de Mato Grosso voltou a deliberar sobre suas terras, incentivando a colonização particular.

Ainda em 1946, foi “criado o Departamento de Terras e Colonização (DTC), em substituição à Diretoria de Terras e Obras Públicas, e em 1947, com a promulgação da Constituição Estadual, foi criada a Comissão de Planejamento e Produção (CPP) destinada, entre outras funções, a orientar a colonização do Estado” (MORENO, 1999, p. 77). A partir de então, ocorreu aumento na venda de terras devolutas no sul de Mato Grosso e na atuação de empresas colonizadoras no início da década de 1950.

Em 1949, o governo Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947-1950) compilou todas as “[...] diretrizes legais sobre terras no novo Código de Terras do Estado através da lei n. 336 de 06 de dezembro” (MORENO, 2007, p. 106). No entanto, ao assumir o governo em 1951, Fernando Correa da Costa fez alterações no documento com várias emendas, priorizando a prorrogação dos prazos vencidos no processamento de venda de terras. O governador alegava que estas mudanças visavam à modernização da legislação acelerando o processo de venda de terras devolutas, permitindo concessões a empresas particulares.

Para Vasconcelos, no estado de Mato Grosso a colonização particular em terras públicas teve início em 1949, incentivada pela lei n. 336, quando foi criada uma comissão especial que procedeu à delimitação das terras devolutas para vendas ou para o estabelecimento de núcleos coloniais. Posteriormente, em 1951, a lei n. 461 de 10 de dezembro autorizava o governo a contratar empresas com o propósito de colonização (VASCONCELOS, 1986, p. 24-25).

Pelo que observei em escrituras de algumas propriedades nas terras do Ivinhema, lavradas no cartório da comarca de Dourados, em 1951, houve um grande número de vendas de terras devolutas. De certa forma, a grande quantidade de terras públicas vendidas estava de acordo com a política federal de ocupação dos ‘espaços vazios’, retomada por Vargas. Vale lembrar que foi no final do governo de Fernando Correa da Costa que Reynaldo Massi, proprietário da SOMECO S/A, adquiriu as primeiras terras próximas ao Ivinhema, em 1955, não diretamente do estado, mas de particulares.

Contrariando as políticas de colonização do estado e do governo federal, que visavam atrair colonos e fixá-los na terra, Fernando Correa da Costa passou a “[...] promover a venda de terras do Estado, não importando a quem, desde que o interessado pudesse adquiri-las” (VASCONCELOS, 1986, p. 28). A venda indiscriminada da terra contribuiu para a especulação fundiária em Mato Grosso, uma vez que muitos compradores adquiriram grandes extensões de terras devolutas no intuito de revendê-las com considerável margem de lucros, constituindo o que Caio Prado Júnior (1979) denominou de latifúndio improdutivo como reserva especulativa. Os compradores vislumbravam a valorização das

terras com os projetos de integração em que se inseriam as construções de Brasília e da rodovia Belém-Brasília pelo governo Kubitschek.

Vale mencionar que as ações do governo de Fernando Corrêa da Costa, pelo que era previsto na legislação, foram bem distintas. Vasconcelos (1986), observando a legislação estadual, afirma que o governo mato-grossense elaborou um projeto de colonização que previa, num primeiro momento, fixar um contingente populacional de outros estados e mesmo de outros países. Para o autor, quem faria a colonização dirigida, conforme a política fundiária estabelecida pelo governo de Mato Grosso, seriam as empresas particulares, haja vista que a política estadual na década de 1950 criava condições favoráveis à colonização particular (VASCONCELOS, 1986, p. 36). Durante o governo de Corrêa da Costa (1951-1956) houve um número considerável de vendas de terras devolutas a particulares, porém, essas terras não foram colonizadas.

No início do governo de João Ponce de Arruda (1956-1961), o DTC ficou fechado para que se fizesse o “[...] desafogamento dos milhares de processos paralisados, [...] os quais, na sua maioria, plenos de irregularidades [...]” (MORENO, 2007, p. 124). Após ser reaberto, o governo se tornou mais rigoroso e exigiu a quem tivesse adquirido essas terras que efetuasse a produção ou promovesse a colonização, amparado na lei n. 336 de 1949, que propunha uma política de subdivisão das terras não exploradas economicamente.

Desta forma, os latifundiários “foram pressionados”, pelo menos na lei, “a realizar o aproveitamento dessas áreas ou promover o seu funcionamento, através da venda” (VASCONCELOS, 1986, p. 36). Tal obrigatoriedade pode ser percebida em terras do Ivinhema durante as décadas de 1950 e 1960, onde várias glebas que tinham sido adquiridas durante o governo de Fernando Corrêa da Costa e que não foram aproveitadas, em sua maioria foram revendidas para a SOMECO S/A. Um exemplo foi Álvaro Gonçalves Hehl Glette, morador de Cafelândia (SP), que em 1º de julho de 1953 adquiriu do estado de Mato Grosso 6.473,48 hectares que não foram explorados economicamente, sendo revendidos para SOMECO S/A em 1961.

A opção do Estado pela colonização particular pode ser compreendida, em parte, pelo alto custo de se realizar projetos deste tipo e pelo poder público não direcionar verbas suficientes para este fim. Sobre a insuficiente verba, José de Mello e Silva, que atuou como juiz de direito no Território Federal de Ponta Porã, afirmou que o Ministério da Agricultura não tinha condições de realizar a reforma agrária ou mesmo a colonização dirigida, visto que era minguada a verba que lhe coube na distribuição orçamentária (SILVA, 2004, p.127).

Compreende-se a preferência pela colonização particular também pelo fato do governo mato-grossense ter utilizado terras públicas como moeda de

troca no jogo de interesses político-partidário e econômico, cuja prática se intensificou durante a década de 1950. Essas terras serviram de premiação ou pagamento de favores políticos nas disputas eleitorais.

O “esforço” do estado em vender suas terras a particulares trouxe resultados. Segundo Vasconcelos, durante os governos estaduais de Fernando Corrêa da Costa e de João Ponce de Arruda, “a quantidade de hectares de terras sob o domínio de particulares” cresceu de 3.138.118 ha – 2,48% da área total de estado – para 14.264.180 ha – 11,31% da área total do estado (VASCONCELOS, 1986, p. 28). Como consequência imediata destas vendas, o estado de Mato Grosso teve um aumento em suas receitas e, a longo prazo, a colonização resultou na vinda de novos trabalhadores, o que gerou um aumento na produção agrícola e, conseqüentemente, nas receitas do estado.

Para Fausto Viera de Campos, “Fernando Corrêa da Costa pôs em prática uma série de providências, dentre as quais se destaca a colonização intensiva, com o concurso de particulares, sem o ônus para os cofres públicos, mas ao contrário, com rendas apreciáveis para os mesmos” (CAMPOS, apud VASCONCELOS, 1986, p. 29-30). Assim, a década de 1950 e os primeiros anos de 1960 ficaram marcados pela intensiva venda de terras devolutas e a atuação de empresas colonizadoras no sul de Mato Grosso.

Além disso, durante o segundo governo de Fernando Corrêa da Costa (1961-1966), intensificou-se em nível nacional um forte discurso para se realizar a reforma agrária. Não obstante, o discurso do governador caminhou nesta direção. Em 1962, numa mensagem à Assembleia Legislativa, Costa afirmou que

É pensamento do atual governo [...] transformar as suas poucas terras devolutas, ainda existentes, em colônias agrícolas na antecipação da reforma agrária, humana e cristã, evitando dessa maneira o enriquecimento de poucos afortunados, em detrimento de muitos que desejam realmente trabalhá-las para a sua subsistência e desenvolvimento da produção (mensagem à Assembleia Legislativa, 1962, apud MORENO, 2007, p. 126-127).

Pode-se perceber que o tom do discurso era o de apaziguar possíveis ameaças de ocupações de terras no estado, haja vista as crescentes atuações de movimentos sociais rurais em outras regiões do país, principalmente no nordeste e sudeste. Além disso, o Congresso Nacional já havia aprovado a lei que regulamentava o Art. 147 da Constituição Federal de 1946, através do decreto n. 4.132 de 10 de setembro de 1962, que definiu casos de desapropriação por interesse social.

Além da legislação que incentivou a vinda das empresas particulares de colonização para o sul de Mato Grosso, outro atrativo foram os preços das

terras, mais acessíveis se comparados aos praticados em São Paulo e Paraná. Alvanir de Figueiredo (1968), ao se referir ao extremo sul de Mato Grosso apontou que

O esgotamento da frente paulista e paranaense, além de sua maior valorização territorial, forçou a procura crescente das terras matogrossenses. Além de uma penetração constante e espontânea, alguns capitais particulares e a iniciativa governamental comandariam a ocupação em determinadas áreas (FIGUEIREDO, 1968, apud QUEIROZ, 2008, p. 59).

A maior valorização das terras paulistas e paranaenses pode ser atribuída à infraestrutura existente ou em construção nestes estados, o que influenciava a valorização das terras. Assim, não podemos desvincular este fator com o momento histórico vivido pelas empresas de colonização, marcado pela expansão do capital. Nesse sentido, Sérgio Silva, ao tratar da questão da especulação fundiária, que tem como base a expansão capitalista, escreve que

[...] a terra em si não tem valor, ela possui um preço na medida em que representa um meio que permite a apropriação da mais alta valia. Em outros termos, a especulação fundiária não pode ser explicada fora da dominação do capital que dá um valor comercial à terra (SILVA, apud VASCONCELOS, 1986, p. 41).

É a partir do valor comercial dado à terra que podemos compreender o latifúndio improdutivo como reserva especulativa. Para Prado Júnior (1979), o negócio da terra tornou-se um rentável investimento de poupanças, representando uma forma conveniente para grandes capitalistas aplicarem seus recursos financeiros em excesso, além de atender às necessidades imediatas de seus negócios, resguardando esses recursos contra a desvalorização da moeda.

Motivadas por estes fatores, atuaram no sul de Mato Grosso várias empresas colonizadoras, como a *Japan Migration and Colonization* (Jamic) – ou como no Brasil foi registrada Jamic Imigração e Colonização Ltda. – em Terenos; a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (CVSPMT), que pelo seu empreendimento deu origem às cidades de Bataguassu e Bataiporã; a Companhia Moura Andrade, originando Nova Andradina; a Imobiliária Sul de Mato Grosso, que principiou a colonização de Amandina; a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Ltda., atuante na colonização de Naviraí; a Colonizadora e Imobiliária Douradense Ltda. (CIDAL), que colonizou uma parte das terras do Ivinhema e deu origem à cidade de Angélica; e a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO S/A), que pelos seus empreendimentos colonizou terras que deram origem ao município de Ivinhema.

A SOMECO S/A dedicou especial atenção para esta questão da imagem do seu empreendimento. E, para atrair compradores, a empresa elaborou e distribuiu material de propaganda de seu negócio (Imagem 1).

Neste material, percebe-se a importância dada à infraestrutura para o sucesso do empreendimento. Assim, vemos no material, propaganda das terras férteis da região, como de fato são, e também imagens de rodovias, hidrovias e até de ferrovias que passavam ou iriam passar pelas terras da SOMECO S/A (Imagem 2). Com exceção da precária rodovia que foi construída no início da colonização, a hidrovia e a ferrovia não chegaram a fazer parte da infraestrutura local.

Imagem 1: Capa do material de divulgação da SOMECO S/A.



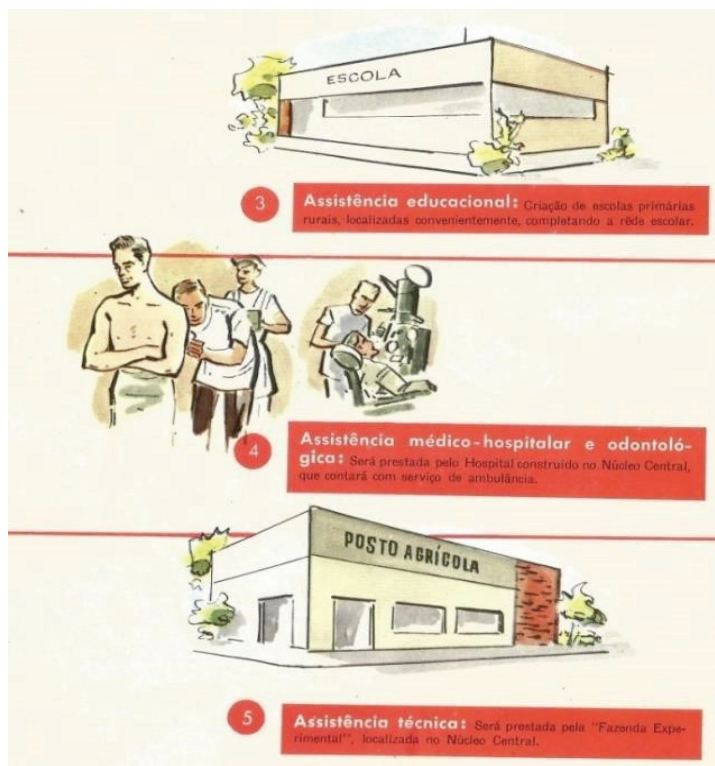
Fonte: Material de divulgação da SOMECO S/A.

Imagem 2: Propaganda da infraestrutura existente



Fonte: Material de propaganda da SOMECO S/A.

Imagem 3: Propaganda das assistências prestadas pela SOMECO S/A



Fonte: Material de propaganda da SOMECO S/A.

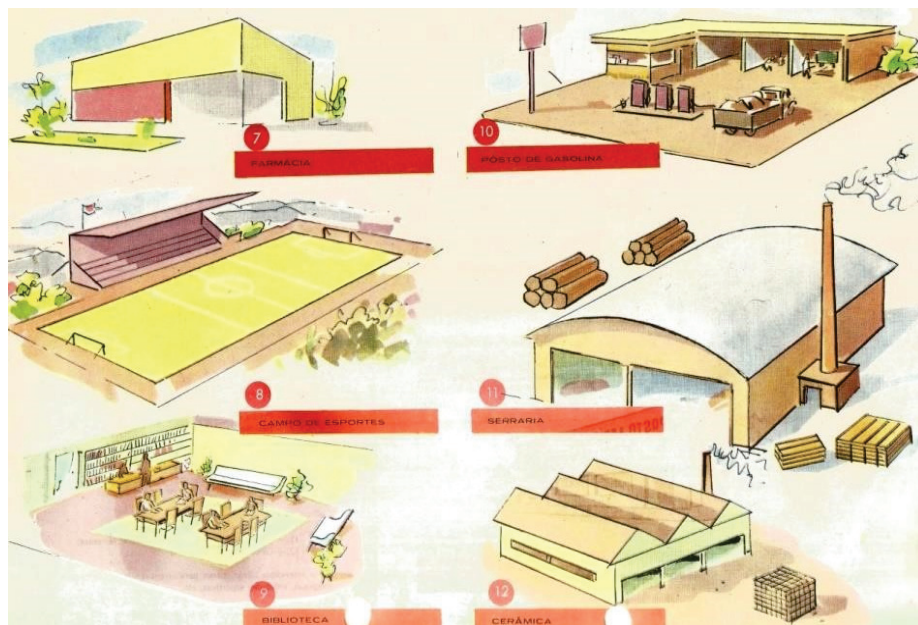
A infraestrutura urbana também esteve presente no material de propaganda da empresa, no qual podemos observar o que a colonizadora previa construir e disponibilizar para a assistência dos trabalhadores. As principais entendidas pela SOMECO S/A eram a assistência médica, técnica e educacional (Imagem 3). Além destas, o material de propaganda também contemplava indústrias, postos de abastecimento e mesmo lazer como campos de futebol (Imagem 4).

Ao longo do processo de colonização, de 1961 a 1986, a SOMECO S/A loteou onze núcleos rurais – Piravevê, Cristalino, Itapoã, Ubiratã, Jaborandi, Vitória, Azul, Ouro Verde, Guiraí I, Guiraí II e Maraú – sendo elaborado um plano de colonização³ para cada um desses núcleos. Contribuindo na fixação do colono, foi prevista a formação de núcleos urbanos localizados no centro da área rural própria. Na Gleba Piravevê foi edificado o núcleo urbano central, Ivinhema, que em 1963 tornou-se sede do município, com infraestrutura para administração pública, áreas reservadas para comércio, residências e indústrias. Nas glebas Cristalino, Itapoã, Ubiratã, Azul e Ouro Verde, foram previstos núcleos urbanos, denominados de secundários – Angelina, Alice, Cristina, Azul e Lídia, respectivamente (ANTONIO, 2015, p. 87). O propósito desses núcleos era disponibilizar mais facilmente recursos ao colono, tanto na parte de assistência técnica como comercial, na aquisição de bens de consumo e comercialização dos produtos agrícolas, principalmente perecíveis, como hortaliças e leite. Para melhor atender os produtores rurais, as propriedades estavam a uma distância não superior a cinco quilômetros de um núcleo urbano. Na gleba Vitória e na Jaborandi, apesar de não terem sido previstos núcleos urbanos, as propriedades localizavam-se próximas ao núcleo central de Ivinhema e aos núcleos secundários Alice e Cristina.

Ao que pude observar, estes núcleos foram de fato edificados durante a colonização; uns prosperaram mais, outros menos, como, por exemplo, o núcleo de Ivinhema, que, em 1963, tornou-se sede do recém-criado município com mesmo nome. Dos núcleos secundários, Cristina e Lídia foram os que mais se destacaram, e ainda hoje contam com uma população. Os demais foram extintos, ou restaram apenas algumas moradias e alguns pequenos comércios, os conhecidos botecos.

³ Foi através destes planos de colonização que pude realizar a pesquisa de mestrado e de doutorado. Tais documentos se encontram no escritório da SOMECO S/A em Ivinhema/MS.

Imagem 4: Propaganda da infraestrutura disponibilizada pela SOMECO S/A



Fonte: Material de propaganda da SOMECO S/A.

Nos primeiros anos de colonização, tal como previsto na legislação vigente, a SOMECO S/A ofertou e disponibilizou assistência agrícola através de agrônomos funcionários da empresa e da fazenda experimental. Disponibilizou também assistência médica, tendo montado por sua conta o hospital San Remo (Foto 1), e assistência educacional construindo escolas (Foto 2) e disponibilizando médicos e professores. Segundo Sandra Maria Massi, filha de Reynaldo Massi, a empresa contratou alguns médicos e professores para atuarem na área de colonização.

Foto 1: Primeiro hospital de Ivinhema, San Remo



Fonte: <www.historiadeivinhema.com.br>. Acesso em: 07 abr. 2015.

Foto 2: Primeira escola de Ivinhema



Fonte: <www.historiadeivinhema.com.br>. Acesso em: 07 abr. 2015.

Outra assistência prestada pela empresa era a moradia. Os compradores de terras, enquanto abriam seus lotes e construía suas moradias, podiam ficar com suas famílias em casas disponibilizadas pela colonizadora (Foto 3). O senhor Augusto Antonio (*in memoriam*), vindo de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, com esposa e oito filhos, permaneceu nas “coletivas”, como ficaram conhecidas, por cerca de quatro meses, até que seu lote fosse aberto e sua casa construída.

Foto 3: A coletiva. Casas construídas pela SOMECO S/A



Fonte: <www.historiadeivinHEMA.com.br>. Acesso em: 07 abr. 2015.

Foto 4: Usina termoeétrica construída em 1973



Fonte: <www.historiadeivinhema.com.br>. Acesso em: 07 abr. 2015.

Segundo seu projeto de colonização, a SOMECO S/A também disponibilizou, para os moradores do núcleo urbano principal, distribuição de energia elétrica, primeiro através de um gerador movido a motor de explosão; quando a colonização das terras do Ivinhema já estava em processo adiantado, foi construída pela empresa uma usina termoeétrica (Foto 4) que atendia grande parte da zona urbana de Ivinhema. A colonizadora também procedeu ao fornecimento de água para parte do núcleo urbano principal. Conforme documentos da empresa, já em 1961 havia sido perfurado poço e construído uma rede de distribuição⁴. Ainda conforme esses documentos, essa infraestrutura de rede elétrica e de águas foi doada para o estado de Mato Grosso, que assumiu a responsabilidade do fornecimento.

Considerações finais

O projeto de colonização da SOMECO S/A esteve alinhado às políticas de colonização pretendidas pelo governo federal. Por sua vez, as estratégias mon-

⁴ Quanto ao fornecimento de água, não encontramos imagens que demonstrassem a oferta do serviço.

tadas pela empresa para a venda de lotes e permanência do colono nas terras contemplavam a construção de núcleos urbanos para proporcionar assistência aos compradores. A empresa consignou para si o “serviço complementar” de assistência ao crédito, uma vez que, “na falta de colaboração dos poderes públicos”, promoveu “o crédito rural ao colono através de bancos particulares, com sua garantia subsidiária” (PLANO, 1968, p. 35). Porém, para a SOMECO S/A não bastariam os serviços e obras executados por ela para favorecer um rápido enriquecimento do agricultor. Eram necessárias ações de competência do estado, como medidas governamentais de facilidades de crédito ao colono, concessão de preços mínimos especiais e estímulos fiscais.

Apesar de ter direito, a empresa não recebeu auxílio do governo, reclamando que o Banco do Brasil havia extinguido a Carteira de Crédito para Colonização. Depois de extinta a Carteira, a responsabilidade passou à competência do INDA, que até o ano de 1968 não havia iniciado as operações de crédito às empresas privadas de colonização, tendo inclusive indeferido o requerimento da SOMECO S/A de um empréstimo a curto prazo, alegando falta de dotação orçamentária específica. Naquele momento a empresa passou por momentânea dificuldade financeira, o que de certo modo atrasou os investimentos no processo de colonização.

Ainda sobre as fontes de financiamento, menciona-se no plano de colonização que houve por parte da SOMECO S/A, recomendada pelo próprio IBRA e INDA, a solicitação de financiamentos a entidades creditícias internacionais como o *United States Agency for International Development* (USAID)⁵ e o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID)⁶, cujas verbas seriam destinadas para obras de grande envergadura como indústrias, eletrificação, águas e esgotos. Não sendo atendida, a SOMECO S/A deu continuidade a seus trabalhos com recursos próprios (PLANO, 1968, p. 37).

Diante dos empreendimentos em Mato Grosso, os trabalhos realizados pela SOMECO S/A em Ivinhema foram citados num estudo feito por Michael Nelson sobre 24 projetos de aproveitamento da terra. A pesquisa foi financiada pelo *Instituto Latino-americano de Planificación Económica y Social* (ILPES), criado em 1962, cujo objetivo era fornecer aos governos da América Latina planejamentos para o desenvolvimento econômico e social. Importa destacar que o

⁵ A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID – foi criada em 1961 pelo presidente J. F. Kennedy com o intuito de cooperar com os países aliados nas áreas de economia, agricultura, saúde, política e assistência humanitária.

⁶ O Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID – é uma organização financeira internacional, com sede na cidade de Washington, Estados Unidos, criado em 1959 com o propósito de financiar projetos viáveis de

autor, para realizar o trabalho, visitou diversos países da América Latina, entre 1967 e 1969, dialogando com pessoas que “laboran en campos tan diferentes como construcción de carreteras, silvicultura, colonización e industrias agrícolas tanto instaladas en las regiones fronterizas de la selva o en las capitales del continente” (NELSON, 1977, p. 11). Entre as pessoas com quem o autor dialogou está Reynaldo Massi, empresário que recebeu uma nota de agradecimento por tê-lo acompanhado nas viagens, mostrando-lhe o trabalho de colonização da SOMECO S/A.

A pesquisa deu origem à obra *El aprovechamiento de las tierras tropicales*, publicada originalmente em inglês, em 1972, e em espanhol em 1977. A obra traz referências a vários trabalhos de colonização que, segundo o autor, foram bem-sucedidos; entre estes, a colonização feita pela SOMECO S/A em Ivinhema (MT). Como aponta o estudo, o que levou a Sociedade a adquirir uma área com cerca de 400 mil hectares no sul de Mato Grosso e implantar seu projeto de colonização, além da facilidade de se adquirir uma vasta extensão de terras e da qualidade do solo, foi o “fácil” acesso aos mercados consumidores e os potenciais serviços de transportes que integrariam a região ao restante do país.

Diante do exposto, nota-se que, num momento em que era destacada no país a necessidade de mudanças na estrutura fundiária, com ênfase para a redistribuição de terras, sendo teoricamente o poder público responsável por tais mudanças, contraditoriamente as empresas privadas de colonização assumiram um papel importante no processo da colonização dirigida. E, para sucesso de seus empreendimentos, a SOMECO S/A observou a importância de núcleos urbanos e procedeu a seu projeto construindo e disponibilizando infraestrutura e assistências em sua área de colonização.

Fonte documental

MATERIAL de divulgação dos trabalhos da empresa SOMECO S/A. Disponível no acervo da SOMECO S/A.

Referências

ALBANEZ, Jocimar Lomba. **Ervais em queda**. Transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso. (1940-1970). Dourados: Ed. da UFGD, 2013.

ANTONIO, Rogério Ribeiro. **Um plano privado de colonização dirigida**: a SOMECO S/A em terras do Ivinhema (1961-1974). Dissertação (Mestrado), Dourados: UFGD, 2015.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

ANTONIO, R. R. • A formação do núcleo urbano de Ivinhema como estratégia de colonização da SOMECO S/A (1961-1974)

GUERRA, Raísa Míriam Nascimento. **É possível Atingir a Sustentabilidade nos Assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia Legal?** O caso do PDS São Salvador no estado do Acre. Dissertação (Mestrado em Gestão e Política Ambiental), UNB, Brasília, 2002.

IMAGENS da colonização de Ivinhema. Disponível em: <<http://www.historiadeivinhema.com.br/>>.

JESUS, Laércio Cardoso de. **Erva-mate: o outro lado** – a presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Dourados.

LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 2009.

MORENO, Gislaene. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 67-90, jan./jun. 1999.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder de Mato Grosso: política e mecanismos de burla: 1892-1992**. Cuiabá: Entre Linhas/Ed. da UFMT, 2007.

PLANO de colonização da Gleba Vitória, 1968. Disponível no acervo da empresa SOMECO S/A.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Ed. UFGD, 2008. p. 15-76. Disponível em: <<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/3072/1/transportes-e-politicas-publicas-em-mato-grosso-do-sul.pdf>>.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Caminhos e fronteiras: vias de transportes no extremo oeste do Brasil. In: GOULARTI FILHO, Alcides; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó (org.). **Transportes e formação regional**. Contribuições à história dos transportes no Brasil. Dourados: Ed. da UFGD, 2008. p. 99-138. Disponível em: <<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/3071>>.

RIBEIRO, Darci. **Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **Colonização e Especulação Fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)**. Dissertação (Mestrado), Assis, Universidade Estadual Paulista, 1986.

ZILIANI, José Carlos. **Táticas e Estratégias da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso**. 1908-1960. Tese (Doutorado), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2010.

CAPÍTULO 4

O panorama do abastecimento de água no Mato Grosso do Sul no decênio 1979-1989

*Fabiano Quadros Rückert**

O processo de criação do estado de Mato Grosso do Sul (MS) possui duas datas de relevância: o dia 11 de outubro de 1977 e o dia 01 de janeiro de 1979. Na primeira, ocorreu a promulgação da Lei Complementar n. 31, por meio da qual o território se tornou uma unidade da federação;¹ e, na segunda, efetivou-se a implantação do primeiro governo estadual.

Para fins simbólicos, o dia 11 de outubro é certamente a data mais importante e, por isso, ele consta como feriado estadual no calendário sul-mato-grossense. No entanto, seguindo uma interpretação mais pragmática [e menos simbólica] dos fenômenos políticos, é possível afirmar que o dia 01 de janeiro de 1979 efetivamente marca o surgimento de Mato Grosso do Sul enquanto unidade federal com um território, uma capital e um governo composto por três poderes [legislativo, executivo e judiciário].

Dentro desta perspectiva, optamos por considerar o ano de 1979 como o começo da história administrativa de Mato Grosso do Sul e, conseqüentemente, usamos a respectiva data como ponto cronológico inicial para o estudo que será apresentado no transcurso deste capítulo. O marco cronológico final corresponde ao ano de 1989. Dentro deste hiato de tempo, o estudo explora a situação do abastecimento de água – um dos serviços públicos assumidos pelo governo estadual sul-mato-grossense, a partir do desmembramento do antigo Mato Grosso.

*A pesquisa que originou este capítulo do livro foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), via Edital Universal de 2018. A pesquisa também contou com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

¹ BRASÍLIA, Lei Complementar nº 31 de 11/10/1977. **Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.** Brasília. Publicada no Diário Oficial de 12/10/1977.

No período entre 1979 e 1989, a urbanização do MS se intensificou, e a demanda por oferta de água potável cresceu expressivamente. Naquele contexto, a política nacional de saneamento implantada pelo regime civil-militar enfrentava problemas operacionais e os recursos para o financiamento do Plano Nacional de Saneamento Básico [PLANASA] se tornaram cada vez mais reduzidos. Em 1986, diante de um quadro de limitações orçamentárias e de acentuado déficit nas finanças públicas em todas as esferas do governo, o PLANASA foi efetivamente interrompido.

Na bibliografia que trata do saneamento no Brasil, existem diversos estudos que abordam, sob diferentes perspectivas, os objetivos, o funcionamento e os resultados do PLANASA (ALMEIDA, 1977; JORGE, 1987; FIZON, 1990; COSTA, 1998; SOUSA; COSTA, 2016). Não é nosso objetivo revisar esta bibliografia. Contudo, considerando que a finalidade do capítulo é apresentar um panorama sobre abastecimento de água no Mato Grosso do Sul, no decênio entre 1979 e 1989, vamos abordar, na sequência do texto, aspectos do PLANASA que influenciaram – de forma direta ou indireta – no processo de expansão da oferta de água potável em cidades sul-mato-grossenses.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que o PLANASA foi implantado num de ampliação das ações federais no âmbito do saneamento. O protagonismo do governo federal no setor de saneamento ganhou contornos mais definidos a partir de 1967, ano de criação do Fundo de Financiamento para o Saneamento (FISANE). O controle do FISANE foi entregue ao Banco Nacional de Habitação (BNH) – instituição que exerceu um papel relevante na política de saneamento do regime civil-militar. Coube ao BNH a iniciativa de incentivar a formação de Fundos Estaduais de Financiamento para Água e Esgotos (FAEs) e a gestão do Programa de Financiamento do Saneamento (FINANSA), implantado em 1968. Atuando como um braço executivo do Ministério do Interior, e autorizado a usar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiar o saneamento, o BNH promoveu a criação de um aparato burocrático por meio do qual o governo federal intensificou a liberação de recursos para obras de água e esgoto.

Oficialmente, o PLANASA entrou em vigor em 1971. No entanto, as suas principais diretrizes foram definidas nos anos anteriores. No Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG, 1964/66) já constava a necessidade de investimentos para ampliar a oferta de saneamento. Posteriormente, no plano federal intitulado *Metas e Bases para a Ação do Governo*, publicado em 1970, constavam as seguintes metas para a área do saneamento:

I – Execução de programa de financiamento capaz de assegurar, no quadriênio, o suprimento da água potável para mais de 20 milhões de habitantes urba-

nos. É essa a primeira etapa da Década do Saneamento Básico que visa atender com serviços de água, em 1980, proporção da ordem de 80% da população urbana brasileira. [...].

II – Consolidação de um sistema de financiamento para obras de esgotos sanitários, de modo a elevar, pelo menos, 50%, até 1980, a proporção da população urbana servida (Presidência da República, *Metas e Bases para a Ação do Governo*, setembro de 1970, p. 78-79).

O documento supramencionado também indicava a necessidade “minimização e racionalização das aplicações da União a fundo perdido” e recomendava a redução do custo operacional dos sistemas de água e esgoto por meio da “por meio da operação, por um mesmo concessionário, de um conjunto integrado de sistemas municipais; [...]”²

A partir de 1971, o governo federal intensificou o esforço para a execução das metas fixadas e adotou medidas para sistematizar a concessão de empréstimos para obras de saneamento. Dentre estas medidas, importa destacar (i) a exigência de contrapartida dos governos estaduais; (ii) a concessão de empréstimos federais para as Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs), condicionada ao pagamento de juros; (iii) o incentivo à transferência da titularidade do serviço de abastecimento de água das municipalidades para as CESBs;³ (iv) o uso de um sistema tarifário padronizado, (v) a preferência por investimentos em áreas urbanas de maior densidade demográfica; (vi) a concentração dos recursos em obras de abastecimento de água.

As medidas (i), (ii) e (iii) possibilitaram o gradual fortalecimento das CESBs e, no sentido inverso, dificultaram a situação das municipalidades que possuíam sistemas de saneamento sob seu controle financeiro. Excluídas do acesso direto ao financiamento público para novos projetos e obras sanitárias, muitas destas cidades assinaram contratos de concessão com as CESBs.

Ao tratar do sistema de financiamento do saneamento estabelecido pelo PLANASA, Jorge (1978, p. 214) considerou o modelo como “altamente centralizador”. O autor afirma que a centralização se efetivou através da cooptação dos estados ao governo federal – via CESBs – e pela cooptação dos municípios aos governos estaduais.

² Presidência da República, **Metas e Bases para a Ação do Governo**, setembro de 1970, p. 80.

³ O incentivo encontrava respaldo na ideia de que as CESBs deveriam ser as executoras das políticas estaduais de saneamento. Os técnicos do PLANASA acreditavam que a centralização dos serviços nas Companhias Estaduais era o melhor caminho para expandir e qualificar a oferta dos serviços e, por isso, optaram pela exclusão das municipalidades dos empréstimos procedentes do FINANSA. A decisão prejudicou os municípios que possuíam sistemas de saneamento administrados pelas municipalidades (COSTA, 1998; REZENDE; HELLER, 2002; SOUSA; COSTA, 2016)

Na interpretação de Sousa e Costa (2016, p. 627), a política de centralização do financiamento adotada pelo PLANASA inaugurou “uma relação de poder assimétrica e conflitiva entre estados e municípios: a transferência da gestão verticalizada para os primeiros passou pela submissão política dos últimos”.

Na opinião dos técnicos federais responsáveis pelo PLANASA, a transferência da gestão do serviço das municipalidades para as CESBs se justificava pela necessidade de assegurar a viabilidade financeira das respectivas companhias. No entanto, o procedimento não atingiu o resultado esperado, pois as empresas estaduais nunca foram viáveis do ponto de vista financeiro (COSTA, 1998, p. 61).

A medida (iv) – uso de um sistema tarifário padronizado, nos interessa porque ela produziu efeitos colaterais e comprometeu os resultados do PLANASA. A intenção do governo federal foi implantar tarifas que possibilitassem a sustentabilidade econômica das CESBs e assegurassem a recuperação dos recursos públicos aplicados (BRITTO, 2001). No entanto, a preocupação com o controle inflacionário interferiu na definição do valor das tarifas que, em geral, foram reajustadas abaixo dos índices reais da inflação. Sobre este aspecto do PLANASA, Costa (1998, p. 62) afirma que

A definição do valor das tarifas nunca obedeceu à lógica micro-econômica da contabilidade das empresas estaduais, sendo centralizada pelo Executivo Federal, que fixou competências, estabeleceu normas gerais de tarifação e fiscalização, bem como o calendário para o reajustamento das tarifas, [...].

O resultado do controle tarifário aplicado no setor de saneamento, durante o regime civil-militar, foi o gradual endividamento das CESBs. Segundo Araújo e Bertussi (2018, p. 173), “Em muitos casos, as tarifas não cobriam sequer as despesas operacionais.” Neste sentido, consideramos pertinente ressaltar que o uso do PLANASA como exemplo de eficiência administrativa do regime civil-militar precisa ser relativizado. Os números evidenciam que a expansão nas redes de saneamento foi expressiva, sobretudo no que concerne ao abastecimento de água. No entanto, a expansão dependia dos empréstimos e das concessões de fundos autorizadas pelo governo federal. Quando os empréstimos foram suprimidos, o problema do endividamento das CESBs já estava configurado.

No que concerne à medida (v), os documentos consultados e a bibliografia especializada nos permitem afirmar que a preferência por investimentos no saneamento em áreas urbanas atendia a preocupação do governo federal com a viabilidade de recuperação dos empréstimos transferidos para os estados. Dentro desta lógica, e considerando a distinção entre área urbana e área rural dentro de um mesmo município, as áreas urbanas ofereciam maior potencial de arrecadação tarifária e, conseqüentemente, deveriam ser priorizadas. E isto de fato

aconteceu. Sob o ponto de vista do equilíbrio das finanças públicas, a prioridade concedida para o saneamento nas áreas urbanas pode ser considerada como um indicativo de eficiência administrativa. No entanto, sob o ponto de vista da saúde pública, a mesma prioridade sinaliza um descuido com a saúde da população residente nas áreas rurais.

Para os brasileiros que residiam em áreas rurais, durante o período do PLANASA, o acesso aos serviços de saneamento foi colocado em segundo plano, tanto no âmbito da União Federal, quanto no âmbito dos estados e municípios.

A concentração dos recursos do PLANASA nas áreas urbanas coexistiu com a disparidade entre recursos aplicados no abastecimento de água e recursos aplicados em obras de esgoto. No período entre 1968 e 1984, 72% dos investimentos públicos direcionados para o saneamento foram aplicados em obras para o abastecimento de água, e 28% foram usados em obras de esgoto.

Instigado por esta disparidade na alocação dos recursos, Jorge (1987, p. 229) formulou a interessante pergunta: “De onde vêm, quais são os motivos por essa preferência pelo sistema de abastecimento de água, em detrimento do sistema de esgotos e que extrapola mesmo o âmbito do PLANASA para se estender como uma política de todo órgão público de saneamento?” Na opinião do autor – com a qual concordamos, a importância vital da água potável e a dificuldade para a sua aquisição em ambientes urbanizados justificaria o maior interesse da sociedade e do poder público pela oferta do serviço. E, além disso, o custo dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável tende a ser 50% mais baixo do que o custo das obras para redes de esgoto (JORGE, 1987, p. 229-230).

Reduzindo Escalas: o Mato Grosso do Sul e o abastecimento de água no contexto do PLANASA

Na seção anterior do texto, apresentamos os principais aspectos do PLANASA e destacamos, de forma sucinta, as consequências das medidas adotadas pelo governo federal na área do saneamento, no contexto do regime civil-militar. Nesta seção, vamos concentrar a abordagem no impacto do PLANASA no Mato Grosso do Sul e, mais especificamente, nos indicadores numéricos referentes à oferta e ao déficit no abastecimento de água.

No estado de Mato Grosso do Sul, os efeitos da política federal de saneamento do regime civil-militar antecedem a criação da unidade federativa. Desde 1966, ano de implantação da Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso [SANEMAT], o governo de Mato Grosso estava empenhado na elaboração de projetos e obras de saneamento para o território sul-mato-grossense. Em 1975, atendendo as diretrizes do PLANASA, a SANEMAT assu-

miu a gestão do serviço na cidade de Campo Grande e encaminhou estudos para ampliar a oferta de água na respectiva cidade. Posteriormente, em 1979, como consequência da divisão do Mato Grosso em duas unidades federais, o governo sul-mato-grossense criou a Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul (SANESUL)⁴ e iniciou a construção de uma política estadual de saneamento.

O trabalho da SANESUL na condução dos serviços de saneamento, apesar de inserido na conjuntura do PLANASA, apresenta algumas particularidades, dentre as quais destacamos uma disparidade mais acentuada do que a média nacional na divisão dos recursos entre o abastecimento de água e o esgoto. Segundo Jorge (1987, p. 180), o desequilíbrio entre investimentos do PLANASA no abastecimento de água e investimentos no esgoto foi mais acentuado na região Centro-Oeste. Nesta, as obras para captação, tratamento e distribuição de água potável consumiram 92% dos recursos. E o mesmo autor afirma que, no Centro-Oeste, os resultados do PLANASA foram inferiores aos resultados observados nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Tanto no Centro-Oeste quanto em outras regiões do Brasil, a concentração do financiamento no abastecimento de água possibilitou uma expressiva ampliação na oferta do serviço, mas, em contrapartida, reduziu o potencial de oferta do esgotamento sanitário. Analisando o PLANASA no âmbito nacional, Jorge (1978, p. 185) afirma que:

Observando-se a evolução do atendimento por sistemas de abastecimento de água verifica-se um grande avanço no período entre 1970 e 1978 com o atendimento passando de 51,2% da população urbana total do Brasil para 69,1%. Nos dois anos seguintes verificou-se novo avanço substancial com o atendimento chegando a 80,3% da população urbana.

Os números que registram a expansão na oferta de água potável alcançados pelo PLANASA são realmente expressivos. Contudo, seria um equívoco pensar que os efeitos da política nacional de saneamento foram iguais em todas as macrorregiões do Brasil, e, da mesma forma, seria um equívoco desconsiderar que, dentro de uma mesma unidade federal, determinadas áreas receberam maior volume de recursos do PLANASA em detrimento de outros.

Na intenção de evitar os dois equívocos supramencionados, na sequência do texto, optamos por concentrar nossa atenção nos números que tratam do abastecimento de água no Mato Grosso do Sul, num período que contempla a fase final do PLANASA. Abaixo, apresentamos dados referentes à oferta de

⁴ A SANESUL foi criada em 26 de janeiro de 1979, por meio do Decreto Estadual nº 071/79.

água no ano de 1979 – ano que corresponde à implantação do primeiro governo sul-mato-grossense.

Quadro 1: Abastecimento de água pela SANESUL segundo os municípios, 1979⁵

	<i>Número de economias</i>	<i>População atendida</i>	<i>Extensão da rede (M)</i>	<i>Volume produzido (M³)</i>
Camapuã	—	—	—	—
Costa Rica	—	—	—	—
Coxim	—	—	—	—
Pedro Gomes	504	—	—	—
Rio Verde de Mato Grosso	—	—	—	—
São Gabriel do Oeste	—	—	—	—
Antônio João	—	—	—	—
Bela Vista	—	—	—	—
Bonito	59	2.721	13.402	—
Caracol	—	—	—	—
Guia Lopes da Laguna	—	—	—	—
Jardim	—	—	—	—
Nioaque	—	—	—	—
Amambaí	—	—	—	—
Anaurilândia	285	1.319	7.565	—
Angélica	—	—	—	—
Aral Moreira	—	—	—	—
Bataguassu	—	—	—	—
Bataiporã	427	2.225	4.177	—
Caarapó	943	4.185	14.638	—
Deodópolis	—	—	—	—
Douradina	—	—	—	—
Dourados	5.816	27.855	88.228	—
Eldorado	—	—	—	—
Fátima do Sul	1.496	6.974	17.230	—
Glória de Dourados	1.324	9.813	24.550	—

⁵ O quadro reproduz a lista de municípios na mesma ordem apresentada no documento consultado. A única modificação que efetuamos foi a supressão da identificação das Microrregiões Homogêneas (MRH)

Iguatemi	156	959	3.837	—
Itaporã	1.049	4.909	12.130	—
Itaquiraí	—	—	—	—
Ivinhema	—	—	—	—
Jateí	122	580	2.123	—
Mundo Novo	—	—	—	—
Naviraí	—	—	—	—
Nova Andradina	—	—	—	—
Ponta Porã	3.013	14.685	45.102	—
Sete Quedas	—	—	—	—
Tucuru	—	—	—	—
Taquarussu	—	—	—	—
Anastácio	1.026	4.857	15.496	—
Aquidauana	3.362	17.035	67.880	—
Bodoquena	—	—	—	—
Corumbá*	9.875	55.020	124.300	—
Ladário	—	—	—	—
Miranda	1.069	4.800	19.172	—
Porto Murtinho	776	4.920	19.870	—
Aparecida do Taboado	1.005	4.345	17.646	—
Cassilândia	1.145	6.249	18.800	—
Inocência	176	880	2.986	—
Parnaíba	1.138	5.675	18.045	—
Bandeirantes	—	—	—	—
Campo Grande	22.081	115.052	354.010	—
Corguinho	—	—	—	—
Jaraguari	—	—	—	—
Maracaju	—	—	—	—
Ribas do Rio Pardo	—	—	—	—
Rio Brilhante	—	—	—	—
Rio Negro	439	2.389	14.012	—
Rochedo	—	—	—	—
Sidrolândia	—	—	—	—
Terenos	—	—	—	—
Água Clara	—	—	—	—

Brasilândia	—	—	—	—
Selvíria	—	—	—	—
Três Lagoas	—	—	—	—

*Inclui o município de Ladário [observação registrada no documento consultado].

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 1985.⁶

Os dados apresentados acima indicam a inexistência do serviço de água potável na maior parte dos municípios de Mato Grosso do Sul. Constam no quadro 65 municípios; destes, 25 estavam servidos por água potável em rede.⁷

No conjunto dos 25 municípios providos por redes de água potável predominam cidades de pequeno e médio porte. Observando a população atendida, constatamos que a maior parte residia em cinco sítios urbanos. São eles: Campo Grande (115.052 hab./atendidos); Corumbá (55.020 hab./atendidos); Dourados (27.855 hab./atendidos); Aquidauana (17.035 hab./atendidos) e Ponta Porã (14.685 hab./atendidos).⁸ Prosseguindo na análise, é possível constatar que, nos municípios de Jateí, Inocência e Iguatemi, a população atendida era inferior a 1.000 habitantes; em Anaurilândia, a rede atendia 1.319 habitantes, e nos municípios de Rio Negro, Bonito e Baitaporã, a população conectada às redes das SANESUL, oscilava entre 2.000 e 3.000,

Os números indicam uma acentuada concentração da população atendida em poucas cidades e, no sentido inverso, apontam para a existência de núcleos urbanos que atendiam pequenos contingentes populacionais. Nesta condição estavam os municípios de Jateí,⁹ Inocência,¹⁰ Rio Negro¹¹, Anaurilândia¹²

⁶ MATO GROSSO DO SUL. **Anuário Estatístico de Mato Grosso do Sul**. Ano II (1979/1983/1984). Campo Grande: Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado – FIPLAN, 1985. p. 83-84.

⁷ Cabe ressaltar que o município de Ladário estava inserido na rede de captação e distribuição de água localizada em Corumbá. Sendo assim, optamos por incorporar Ladário no conjunto dos municípios atendidos – totalizando 25.

⁸ Juntos, estes sítios urbanos ofertavam água potável em rede para 229.647 habitantes.

⁹ O Sistema de Abastecimento de Água de Jateí foi implantado pela SANEMAT e inaugurado em 1979, ano em que a SANESUL assumiu o controle do serviço (MATO GROSSO DO SUL. **Perfil dos Municípios – Jateí**, 1989, p. 71).

¹⁰ No município de Inocência, a construção do Sistema de Abastecimento de Água foi iniciada pela SANEMAT em 1978 e concluída pela SANESUL em 1979 (MATO GROSSO DO SUL. **Perfil dos Municípios – Inocência**, s./p., 1989).

¹¹ O Sistema de Abastecimento de Água de Rio Negro foi inaugurado em maio de 1979 (MATO GROSSO DO SUL. **Perfil dos Municípios – Rio Negro**, 1989, p. 69).

¹² O Sistema de Abastecimento de Água de Anaurilândia foi inaugurado em 1978, sob a gestão da SANEMAT (MATO GROSSO DO SUL. **Perfil dos Municípios – Anaurilândia**, 1989, p. 73).

e Baitaporã¹³, Bonito e Iguatemi,¹⁴ entre outros.

A existência de 39 municípios desprovidos de água em rede, para um conjunto total de 65, é um parâmetro para mensurarmos o déficit do serviço existente no momento em que a SANESUL iniciou suas atividades. Outro parâmetro ganha forma quando confrontamos o número de habitantes atendidos pela SANESUL em 1979 (297.087 hab.) com a população total do estado no ano de 1980 (1.401.151 hab.). Neste caso, o cálculo resulta em 20% da população conectada às redes hidráulicas e 80% desprovida do acesso à água em rede. A lógica do cálculo é demasiadamente simples, mas isto não significa que o resultado represente a real situação do serviço. Devemos ponderar o fato de que a “população atendida” era definida pela estimativa do número de habitantes por “economia” e que existiam muitos usuários conectados às redes que não constavam nos registros da SANESUL.

No Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 1980, constam números referentes ao total de “domicílios” atendidos pelo abastecimento de água em rede no MS. Segundo o Censo, existiam 281.907 domicílios no Mato Grosso do Sul; destes, 71.498 estavam atendidos por redes de abastecimento de água, 34.275 consumiam água de “poço ou nascente”; e 1.388 se abasteciam de “outra forma”. Os demais 174.362 domicílios foram classificados no subconjunto “sem canalização interna” (BRASIL, 1983, p. 90).

As três formas de mensuração que usamos [número de municípios providos; população atendida e número de domicílios conectados nas redes hidráulicas], apesar de apresentarem diferenças, nos permitem afirmar que a situação do abastecimento de água no Mato Grosso do Sul, no biênio 1979/1980, era precária. A oferta do serviço estava concentrada em poucas cidades, e uma parcela expressiva da população não era atendida pela SANESUL.

A situação do abastecimento de água existente quando o Mato Grosso do Sul iniciou a construção da sua política estadual de saneamento possui raízes históricas que demandam nossa atenção. Em primeiro lugar, devemos considerar que as cidades de Corumbá, Campo Grande e Aquidauana iniciaram a oferta da água em rede nas primeiras décadas do século XX. Nestas, a expansão gradual do serviço possibilitou a constante ampliação no número de habitantes

¹³ No caso de Baitaporã, consta no documento consultado que o serviço foi inaugurado em 1980 e que as obras foram concluídas pela SANESUL em 1982 (MATO GROSSO DO SUL. **Perfil dos Municípios – Baitaporã**, 1989, p. 72).

¹⁴ Não localizamos informações referentes à inauguração do abastecimento de água em Bonito e Iguatemi. Considerando o número da população atendida em 1979 (2.721 hab. em Bonito e 959 hab. em Iguatemi), é provável que, nestas duas cidades, as redes hidráulicas tenham sido inauguradas pouco antes de a SANESUL assumir o controle do serviço.

atendidos. Em segundo lugar, conforme demonstramos na introdução do capítulo, a política nacional de saneamento do regime civil-militar estava em curso antes da criação do Mato Grosso do Sul, e, conseqüentemente, o déficit na oferta de água para as cidades sul-mato-grossenses, constatado em 1979, não pode ser dissociado da conjuntura do PLANASA.

Sabemos que a SANEMAT foi criada em 1966, que as diretrizes do sistema de financiamento do saneamento foram definidas em 1968, e que o PLANASA entrou em vigor em 1971. No entanto, considerando o panorama da oferta do serviço existente em 1979, podemos inferir que a atuação da SANEMAT e o sistema de financiamento articulado em torno do PLANASA não produziram mudanças expressivas na oferta de água em rede para as cidades de Mato Grosso do Sul. Infelizmente, neste ponto, não podemos ir além da inferência, porque nos faltam informações para avaliar com maior profundidade o impacto do PLANASA nas atuais cidades sul-mato-grossenses. E, da mesma forma, nos faltam informações a respeito das negociações políticas que resultaram na transferência da gestão do serviço do município de Campo Grande para a SANEMAT, fato ocorrido em 1975.

Dentro das limitações impostas pelas fontes documentais consultadas e pelo cronograma da pesquisa,¹⁵ consideramos pertinente destacar duas variáveis que permitem uma compreensão mais ampla do abastecimento de água no Mato Grosso, no decênio 1979-1989.

A primeira variável diz respeito à distribuição desigual dos recursos do PLANASA entre as macrorregiões brasileiras. Dentro das regras definidas pelo Ministério do Interior e pelo BNH, o financiamento do saneamento foi dividido entre as três esferas do governo: a União Federal assumiu a responsabilidade por 37,5%; os estados assumiram o compromisso de investir o mesmo valor; e os 25% restantes deveriam partir das municipalidades (SAIANI, 2007, p. 57). O sistema de financiamento do PLANASA foi idealizado para atender ao princípio da corresponsabilidade entre as partes envolvidas e para assegurar o retorno dos recursos públicos aplicados. Mas, na prática, ele beneficiou os estados com maior capacidade de investimento e, no sentido inverso, dificultou o acesso aos recursos do BNH para os estados com menor arrecadação tributária, como era o estado de Mato Grosso do Sul.

¹⁵ A pesquisa que originou este texto foi financiada pelo CNPq [Edital 28/2018] e foi desenvolvida no período entre janeiro de 2019 e janeiro de 2021. Cabe ressaltar que o desenvolvimento da pesquisa foi prejudicado pela pandemia de Covid-19, que impediu o acesso aos arquivos e bibliotecas públicas, no transcurso dos anos de 2020 e 2021. Sendo assim, a maior parte da documentação consultada foi coletada em 2019, antes da configuração da pandemia.

Na condição de um estado com baixa arrecadação tributária, e tendo iniciado a composição do seu fundo estadual de saneamento somente em 1979, o Mato Grosso do Sul iniciou a década de 1980 apresentando o terceiro pior índice de população atendida por água em rede. Somente Goiás e o Ceará apresentavam índices mais baixos.

Dentro de uma divisão dos recursos do PLANASA por macrorregiões, o Sul e o Sudeste foram os mais beneficiados; e, no sentido inverso, o Norte e o Centro-Oeste foram as regiões menos beneficiadas (JORGE, 1987).

O fato de o Centro-Oeste receber poucos recursos do PLANASA nos permite identificar uma contradição no processo de urbanização desta macrorregião, no contexto do regime civil-militar: de um lado, o governo federal influenciou na distribuição populacional por meio de empréstimos para o setor agrário, projetos de colonização privada, construção de rodovias e incentivos para instalação de indústrias; e, do outro, destinou recursos insuficientes para prover as cidades do Centro-Oeste de saneamento básico.

A segunda variável diz respeito à existência de acentuadas disparidades no ritmo de urbanização das cidades do Mato Grosso do Sul. Os dados censitários indicam que a população de Campo Grande cresceu acima da média nacional durante todo o regime civil-militar. Dourados, Três Lagoas, Corumbá e Ponta Porã também apresentaram números expressivos de crescimento populacional. Todavia, o processo de urbanização destes cinco municípios não pode ser generalizado para todo o Mato Grosso do Sul. Na década de 1970, “55% dos municípios do Estado cresceram a um ritmo menor que o do país e 27% tiveram um crescimento negativo” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1985, p. 15).¹⁶

As disparidades inter-regionais na urbanização de Mato Grosso do Sul explicam, ainda que parcialmente, a concentração da população atendida por redes de água potável em poucos municípios, apresentada no **Quadro 1**. A mesma concentração também se explica pela existência de redes hidráulicas implantadas em Campo Grande, Corumbá e Aquidauana, nas primeiras décadas do século XX.

Em 1979, apenas cinco cidades no Mato Grosso do Sul apresentavam população superior a 50 mil habitantes (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá e Ponta Porã). Nestas, o processo de urbanização apresentava particularidades que excedem os limites deste texto. Sendo assim, opta-

¹⁶ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. **Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste (1986-1989)**. Vol. 1. Brasília, dezembro de 1985.

mos por direcionar nossa atenção para o abastecimento de água em cidades sul-mato-grossenses de pequeno e médio porte, no período que corresponde aos primeiros dez anos de atuação da SANESUL (1979-1989). A escolha deste enfoque nos impede de explorar a expansão das redes nos cinco maiores núcleos urbanos do estado, mas, em contrapartida, oferece a possibilidade de abordar a historicidade do abastecimento de água em cidades que, pela sua composição populacional, representavam o perfil urbano existente no Mato Grosso do Sul na década de 1980.

O abastecimento de água em cidades do MS de pequeno e médio porte em 1989

Nesta seção do texto, analisamos dados extraídos da série “Perfil do Município”. A série foi publicada em 1989 e foi organizada por técnicos da Secretaria de Planejamento [SEPLAN] do Estado de Mato Grosso do Sul. Enquanto fonte documental, a “Perfil do Município” representa um conjunto amplo de informações sobre topografia, hidrografia, economia e demografia dos municípios sul-mato-grossenses. Ela também apresenta dados sobre o acesso da população ao saneamento, fluxos migratórios e indicadores de educação e saúde. Dentro deste amplo conjunto, vamos concentrar nossa atenção nos dados referentes ao abastecimento de água no Mato Grosso do Sul.

Os dados que reunimos contemplam 19 municípios dos 72 municípios que formavam o Mato Grosso do Sul, em 1989. Intencionalmente, excluímos desta amostra os municípios que na época possuíam população superior a 50 mil habitantes (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá e Ponta Porã). Os 19 municípios da amostra foram classificados em três categorias, definidas pela população de cada unidade. São elas: (A) municípios com população inferior a 10 mil habitantes, e (B) municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes; e (C) municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes.

Quadro 2: Categoria (A): Municípios com população inferior a 10 mil habitantes

Município	População total (1985)	População abastecida (1987)	% da população total abastecida (1987)	População urbana (1987)	% da população urbana abastecida (1987)
Douradina ¹⁷	6.774 hab.	1.832 hab.	27,04	2.395 hab.	76,49
Guia Lopes da Laguna ¹⁸	8.798 hab.	3.831 hab.	43,54	5.267 hab.	72,74
Corguinho ¹⁹	3.681 hab.	1.070 hab.	29,06	1.215 hab.	88,07
Água Clara ²⁰	5.821 hab.	1.548 hab.	26,59	2.774 hab.	55,80
Bodoquena ²¹	8.151 hab.	2.730 hab.	33,49	35.777 hab.	76,32

Fonte: Elaborado pelo autor.

¹⁷ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Douradina**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 50.

¹⁸ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Guia Lopes da Laguna**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 73.

¹⁹ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Corguinho**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 73.

²⁰ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Água Clara**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 76.

²¹ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Bodoquena**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 53.

Quadro 3: Categoria (B) – Municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes

Município	População total (1985)	População abastecida (1987)	% da população total abastecida (1987)	População urbana (1987)	% da população urbana abastecida (1987)
Brasilândia ²²	14.742 hab.	2.605 hab.	27,66	3.748 hab.	69,50
Camapuã ²³	15.226 hab.	5.540 hab.	36,88	7.168 hab.	77,07
Eldorado ²⁴	19.157 hab.	6.204 hab.	32,38	10.112 hab.	61,71
Aral Moreira ²⁵	11.417 hab.	2.948 hab.	25,82	3.472 hab.	84,91
Angélica ²⁶	10.196 hab.	4.669 hab.	45,79	6.672 hab.	69,98
Itaquiraí ²⁷	10.418 hab.	3.928 hab.	37,70	5.608 hab.	70,04
Tacuru ²⁸	10.238 hab.	2.899 hab.	28,31	5.689 hab.	50,96

Fonte: Elaborado pelo autor.

²² MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Brasilândia**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 78.

²³ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Camapuã**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 79.

²⁴ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Eldorado**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 71.

²⁵ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Aral Moreira**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 70.

²⁶ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Angélica**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 67.

²⁷ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Itaquiraí**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 60.

²⁸ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Tacuru**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 57.

Quadro 4: Categoria (C) – Municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes

Município	População total (1985)	População abastecida (1987)	% da população total abastecida (1987)	População urbana (1987)	% da população urbana abastecida (1987)
Sete Quedas ²⁹	20.120 hab.	7.877 hab.	39,15	12.517 hab.	62,93
Ivinhema ³⁰	31.544 hab.	13.670 hab.	43,33	17.261 hab.	79,20
Mundo Novo ³¹	40.476 hab.	13.345 hab.	32,97	20.429 hab.	63,32
Fátima do Sul ³²	28.730 hab.	14.844 hab.	51,66	20.717 hab.	71,65
Anastácio ³³	24.443 hab.	11.564 hab.	47,32	14.668 hab.	78,84
Aquidauana ³⁴	38.625 hab.	24.320 hab.	62,96	33.213 hab.	73,22
Cassilândia ³⁵	20.305 hab.	14.265 hab.	70,25	18.672 hab.	76,40

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os Quadros 2, 3 e 4 foram elaborados a partir do cruzamento de dados extraídos da série *Perfil do Município*, publicada em 1989, e dados do *Anuário Estatístico de Mato Grosso do Sul*, publicado em 1985.³⁶

Durante a composição dos Quadros foi preciso enfrentar a seguinte dúvida metodológica: usar somente os dados extraídos das fontes documentais ou inserir dados adicionais?

²⁹ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Sete Quedas**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 58.

³⁰ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Ivinhema**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 76.

³¹ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Mundo Novo**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 71.

³² MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Fátima do Sul**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 72.

³³ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Anastácio**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 84.

³⁴ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Aquidauana**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 91.

³⁵ MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. **Cassilândia**: perfil do município. Campo Grande, 1989, p. 81.

³⁶ O **Anuário Estatístico** foi usado para extrair dados sobre a população absoluta dos municípios.

No contexto de uma interpretação baseada em dados numéricos, a dúvida não é irrelevante, porque os dois procedimentos produzem resultados distintos. Usando somente as informações disponíveis nas fontes consultadas, priorizamos a intencionalidade do(s) autor(es) dos documentos e reforçamos uma versão “oficial” dos fatos. Acrescentando outras informações, ampliamos a possibilidade de uma interpretação diferenciada da “oficial”, mas, em contrapartida, estamos interferindo na composição original dos documentos. Ponderando os dois resultados, optamos por inserir, nos Quadros, a coluna “% da população total abastecida”.

Na comparação entre a “% da população total abastecida” e a “% da população urbana abastecida”, constata-se uma acentuada diferença entre a oferta de água nas áreas urbanas e a oferta nas áreas rurais dos municípios sulmato-grossenses. A explicação para a acentuada diferença pode ser descrita da seguinte forma: as estatísticas produzidas sobre a oferta [ou déficit] de saneamento nas décadas de 1970 e 1980, geralmente, foram calculadas com base nas populações recenseadas como urbanas, desconsiderando a situação das populações residentes nas áreas rurais.

Como demonstrou Foucault (2008), a produção de estatísticas, na Europa dos séculos XVIII e XIX, possibilitou o fortalecimento do poder político. Por meio de dados estatísticos, o governo tomava ciência das condições de vida da população, quantificava os aptos para o trabalho, mensurava os recursos naturais disponíveis no território e ampliava o conhecimento sobre as atividades econômicas desenvolvidas. Neste sentido, as estatísticas geradas pelo aparelho estatal atendiam [e ainda hoje atendem], prioritariamente, a interesses de ordem política e econômica (SENRA, 2005; SALSBURG, 2009).

No que concerne às estatísticas sobre o abastecimento de água descritas nos Quadros 2, 3 e 4, entendemos que o uso da população urbana como referência para o cálculo sobre a oferta do serviço encobriu – ou tentou encobrir – uma situação precária, na qual a maior parte da população estava desprovida do acesso à água em rede. Do conjunto de 19 municípios onde coletamos os dados, apenas 3 (Cassilândia, Aquidauana e Fátima do Sul) ofertavam água para mais de 50% da população total. E a porcentagem de atendimento ficou abaixo dos 30% da população total em 5 municípios da amostra (Douradina, Corguinho, Água Clara, Brasilândia e Tucuru).

A classificação dos municípios nas categorias (A), (B) e (C) nos permite observar uma diferença importante na oferta do abastecimento de água entre os três subgrupos. Nas categorias (A) e (B), não constam municípios com oferta superior a 50% da população total. Na categoria (C), por sua vez, identificamos três municípios superando a faixa dos 50%: Fátima do Sul – 51,66; Aquidauana

– 62,96, e Cassilândia – 70,25. Os números sugerem que a expansão das redes hidráulicas estava se processando de forma mais rápida nos municípios com mais de 20 mil habitantes. Mas esta constatação não pode ser generalizada para toda a realidade do Mato Grosso do Sul, sobretudo porque Fátima do Sul, Aquidauana e Cassilândia já estavam atendidas por sistemas de captação e distribuição em rede, em 1979.³⁷

No aspecto tipo de captação adotado, constatamos o predomínio da captação subterrânea. Somente três municípios do conjunto de 19 abasteciam suas populações com águas superficiais (Guia Lopes da Laguna, Mundo Novo e Aquidauana).³⁸

O uso de águas do subsolo para abastecimento das cidades sul-mato-grossenses já estava em curso nos anos 60 e 70. No entanto, a partir da criação da SANESUL, observou-se o rápido crescimento no número de municípios abastecidos por águas subterrâneas. Naquele contexto, dois fatores contribuíram para a preferência da SANESUL pelas águas subterrâneas: de um lado, a captação no subsolo demonstrou-se tecnicamente mais simples e economicamente mais viável do que a construção de sistemas de captação superficiais; e, do outro, ela assegurou um volume de água satisfatório, sobretudo para cidades de pequeno e médio porte.

A redução no custo das obras de captação e a possibilidade de economizar no tratamento da água fornecida influenciaram na opção da SANESUL pelo uso dos mananciais subterrâneos. A opção beneficiou a situação financeira da empresa, que, gradualmente, incorporou novos usuários e ampliou as receitas.

Não sabemos precisar a economia gerada pela SANESUL ao intensificar a captação no subsolo. Entretanto, com base no livro de memórias de João Pedro Santana Pereira – engenheiro que iniciou sua carreira profissional na SANESUL, em 1980, e que atualmente está aposentado –, podemos inferir que foi uma economia significativa. Segundo Pereira (2019, p. 99), o uso de poços profundos para ampliar a oferta de água em Campo Grande, no começo dos anos 80, resultou numa economia de aproximadamente 90%, em relação ao custo previsto para obras de captação na superfície.

A preocupação com a redução no custo das obras é um tema recorrente no livro de memórias de Pereira. Dos seus relatos, interessa-nos a experiência de

³⁷ Conforme consta no Quadro 01.

³⁸ O sistema de abastecimento de Guia Lopes da Laguna usava águas captadas no Rio Miranda. O sistema existente no município Mundo Novo usava águas captadas no Córrego Guaçu. E o sistema de abastecimento de Aquidauana era misto (parte da água era captada no lençol freático e parte no Rio Aquidauana).

criação do Programa Estadual de Controle de Perdas – PECOPE, implantado pela SANESUL em 1982. Pereira participou da equipe que elaborou o PECOPE e, nas suas memórias, ressalta a importância do programa para a aquisição de recursos junto ao BNH. Por meio do PECOPE, a SANESUL promoveu uma série de ações para monitorar o funcionamento dos sistemas de captação e distribuição, atacou o problema das perdas nas redes e investiu na aquisição de aparelhos para medição do consumo domiciliar (PEREIRA, 2019).

Para a SANESUL, assim como para todas as Companhias Estaduais de Saneamento que atuaram dentro do sistema de financiamento do PLANASA, a economia e a expansão na oferta dos serviços eram duas prioridades interligadas e complementares.

No final da década de 1970, as CESBs acumulavam déficits, e as receitas geradas pela oferta da água não eram insuficientes para o pagamento dos custos operacionais e das dívidas assumidas com o BNH.

Em 1981, apesar das dificuldades financeiras que as CESBs apresentavam, o Ministério do Interior ampliou a meta nacional de oferta de água de 80 para 90% da população urbana – dificultando ainda mais a situação das Companhias. Endividadas e pressionadas pelas metas fixadas pelo governo federal, as CESBs se tornaram dependentes de novos empréstimos e da transferência de fundos perdidos para promoverem a expansão das redes de saneamento.

Segundo Jorge (1987), a diferença anual entre as receitas e os custos era classificada como “saldo descoberto”, e todas as Companhias Estaduais de Saneamento, no começo dos anos 80, apresentavam “saldo descoberto”. No caso específico da SANESUL, em 1982 a empresa registrou um “saldo descoberto” na ordem de 43% da receita arrecadada no respectivo ano.³⁹

Pouco sabemos sobre as estratégias usadas pela SANESUL para enfrentar sua grave situação deficitária, configurada em 1982. Infelizmente, não houve disposição da empresa para colaborar com o desenvolvimento da pesquisa. Acreditamos que, neste aspecto, o livre acesso ao acervo documental da SANESUL é condição indispensável para a viabilidade de um conhecimento histórico sobre o abastecimento de água no Mato Grosso do Sul – conhecimento que, apesar das adversidades, estamos construindo, tijolo por tijolo.

³⁹ Jorge (1987, p. 169) apresenta o “saldo descoberto” contabilizado em 15 Companhias Estaduais de Saneamento Básico, no ano de 1982. Neste conjunto, o “saldo descoberto” mais alto foi o da SANESUL.

Referências

- ALMEIDA, Wanderly J. Manso. **Abastecimento de água à população urbana: uma avaliação do PLANASA**. Rio de Janeiro: IPEA, 1977.
- ARAÚJO, Flávia Camargo de; BERTUSSI, Geovana Lorena. Saneamento básico no Brasil: estrutura tarifária e regulação. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, n. 51, jul./dez. 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9864#:~:text=A%20pesquisa%20conclui%20que%20a,capacidade%20para%20realiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20investimentos>>.
- BRASIL. **Censo Demográfico: Famílias e Domicílios**. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Vol. I – Tomo 6. Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, 1983.
- BRITTO, Ana Lúcia de Paiva. A regulação dos serviços de saneamento no Brasil: perspectiva histórica, contexto atual e novas exigências de uma regulação pública. **Anais do Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro: Anpur, 2001. p. 1.080-1.093.
- COSTA, Nilson do Rosário. **Política pública, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- FISZON, Judith Tiommy. **A política nacional de saneamento (1964-1984): o caso do PLANASA**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Fiocruz, Rio de Janeiro, 1990.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- JORGE, Wilson Edson. **A política nacional de saneamento, pós-64**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- PEREIRA, João Pedro Santana. **Pérolas do Tempo**. Causos do Saneamento. Campo Grande: Life, 2019.
- REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. **O saneamento no Brasil: políticas e interfaces**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- SAIANI, Carlos César Santes. **Restrições à expansão dos investimentos em saneamento básico no Brasil: déficit de acesso e desempenho dos prestadores**. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/KCkSKLRdQVCm5CwJLY5s9DS/?format=pdf&lang=pt>>.
- SALSBURG, David. **Uma senhora toma chá... como a estatística revolucionou a ciência no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- SENRA, Nelson. **O saber e o poder das estatísticas**. Uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as ciências. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- SOUSA, Ana Cristina A. de; COSTA, Nilson do Rosário. Política de saneamento básico no Brasil: discussão de uma trajetória. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 23, n. 3, p. 615-634, jul./set. 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386146782003>>.

O direito à água potável sob o novo marco legal do saneamento no Brasil e o impacto para os municípios de pequeno e médio porte do estado de Mato Grosso do Sul

Elisa Pinheiro de Freitas
Leandro dos Santos Pereira
Rafael Rocha Sá

Introdução*

O advento do capitalismo industrial, sobretudo a partir de meados do século XVIII, provocou, primeiramente nos países da Europa ocidental, o êxodo rural de significativos contingentes populacionais que passam a ter na cidade o principal *locus* para o trabalho, para a convivência social e para a moradia, conforme explicaram Rebouças (2001), Tucci (2008) e Freitas (2020). À medida que outras regiões do mundo foram se industrializando, verificou-se igual processo de deslocamento de populações do campo à cidade.

A urbanização engendrou assentamentos cada vez mais adensados e que demandavam dos poderes públicos estratégias para melhor organizar a vida nas cidades de modo que todos tivessem assegurado o acesso às infraestruturas básicas como: 1) rede coletora de esgotos; 2) rede de abastecimento de água potável; 3) limpeza das vias urbanas; 4) rede de drenagem das águas pluviais; 5) descarte e manejo adequado de resíduos, como pontuou Tucci (2008).

*A pesquisa que originou este capítulo do livro foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), via Edital Universal de 2018. A pesquisa também contou com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Ocorre que o sistema capitalista de produção é gerador de desigualdades socioespaciais, tendo em vista que o grupo social detentor dos meios de produção extrai a mais valia dos trabalhadores, como explicou Karl Marx (1982), concentram os recursos e pauperizam a força de trabalho. E, sob as regras de uma sociedade de mercado, segundo Polanyi (1986), tudo se torna mercantilizado, inclusive os bens essenciais da natureza, como o solo e a água.

No caso do Brasil e de outras regiões periféricas e semiperiféricas do capitalismo, nota-se que as massas trabalhadoras expulsas do campo, ainda na contemporaneidade, se estabelecem nas grandes cidades em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Porém, não dispondo de recursos suficientes, essas populações vão ocupando as encostas de morros, áreas estas sujeitas, periodicamente, aos movimentos de terra (deslizamentos), várzeas de rios, áreas de nascentes, etc., construindo moradias precárias e desprovidas dos serviços públicos de saneamento básico, de acordo com Tucci (2008).¹

Desde 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem articulando os chefes de Estado de países considerados desenvolvidos, subdesenvolvidos, etc., com o objetivo de planejar metas comuns quanto à proteção dos recursos da natureza imprescindíveis para a vida humana e para os outros seres terrestres. E, com a publicação do relatório de Bruntland de 1987, tornou-se consenso de que o desenvolvimento sustentável seria a chave para possibilitar a erradicação da pobreza, bem como manter o desenvolvimento econômico, conforme explicou Becker (2006).

Em 2015, na cidade de Nova York (EUA), reuniram-se 193 chefes de Estado para discutir um novo plano para alcançar o desenvolvimento sustentável, denominado de Agenda 2030.² Neste documento, foram estabelecidos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como pode ser conferido no Quadro 1 abaixo:

¹ GOMES, Ariane Costa; VELOSO, Lucas; BERNARDO, Jéssica. “Ratos fizeram ninhada debaixo da cama das crianças”, diz moradora de favela sem saneamento em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/09/ratos-fizeram-ninhada-debaixo-da-cama-das-criancas-diz-moradora-de-favela-sem-saneamento-em-sp.shtml>>. Acesso em: 6 set. 2021.

² PLATAFORMA AGENDA 2030. Desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Apresenta os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acesso em: 14 set. 2021.

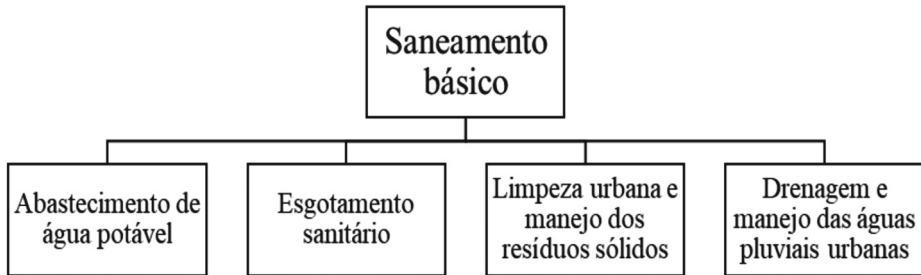
Quadro 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela ONU (2015)

1.	Erradicação da pobreza
2.	Fome zero
3.	Boa saúde e bem-estar
4.	Educação de qualidade
5.	Igualdade de gênero
6.	Água e saneamento
7.	Energia acessível e limpa
8.	Emprego digno e crescimento econômico
9.	Indústria, inovação e infraestrutura
10.	Redução das desigualdades
11.	Cidades e comunidades sustentáveis
12.	Consumo e produção responsáveis
13.	Combate às alterações climáticas
14.	Vida debaixo d'água
15.	Vida sobre a terra
16.	Paz, justiça e instituições fortes
17.	Parcerias em prol das metas

Fonte: organizado pelos autores.

Convém ressaltar que o Brasil, por ser o detentor de um dos maiores reservatórios de biodiversidade, como a Floresta Amazônica, é signatário dos principais acordos para contenção das mudanças climáticas. Contudo, de acordo com Sousa (2020) e Freitas (2020), desde 2019, o governo brasileiro tem implementado medidas que podem impedir que o Brasil alcance as metas estabelecidas na Agenda 2030, dentre elas o cumprimento do direito humano ao acesso universal à água potável e aos demais serviços de saneamento básico. Este deve ser compreendido numa perspectiva intersetorial e interdisciplinar, uma vez que o saneamento diz respeito a um conjunto de serviços que estão interligados e são interdependentes, conforme pode ser visualizado na Figura 1 a seguir:

Figura 1 – Organograma sobre os serviços que compõem o saneamento básico



Fonte: Organizado pelos autores.

A universalização do direito humano à água potável bem como aos demais serviços de saneamento básico é condição *sine qua non* para se alcançar o desenvolvimento sustentável com equidade social em qualquer país. Atualmente, no Brasil, 35 milhões de pessoas ainda não dispõem de acesso à água de boa qualidade nem de condições adequadas de distribuição e armazenamento, segundo Rodrigues (2021). E outros 100 milhões não são atendidos com serviços de tratamento de esgoto adequado, ou seja, metade dos brasileiros. Considerando a região Centro-Oeste, onde se localiza o estado de Mato Grosso do Sul, dados organizados pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) mostram que 59% da população desta região ainda não dispõem de esgotamento sanitário adequado e, especificamente, em Mato Grosso do Sul. Já os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com Martins (2021), dão conta de que 35% dos sul-mato-grossenses têm dificuldade em acessar à água potável.

Desta feita, o objetivo deste artigo é o de demonstrar como o novo Marco Legal do saneamento básico no Brasil, estabelecido pela Lei n. 14.026, de 15 de julho de 2020 (BRASIL, 2020), pode dificultar a universalização do saneamento básico no Brasil e, em especial, o direito à água potável, tendo em vista que, como pontuou Sousa (2020, p. 1, grifo nosso),

O governo alega que as alterações ‘modernizam’ a legislação e estabelecem condições sadias de competição entre as empresas, permitindo aos investidores privados mais segurança ao aportar recursos nesses serviços. Mas o que o conhecimento já consolidado no campo tem a dizer sobre as novas regras e o que se pode concluir sobre os prováveis efeitos dessa reconfiguração? **Inicialmente, que a competição na produção de bens que exigem elevados investimentos fixos e efeitos de escala pode ser contraproducente, quando não inviável, como no caso do saneamento.** Os economistas chamam de monopólios naturais, porque o alto volume de recursos exigidos para a implantação dos serviços e o tempo de retorno exigem contratos longos e exclusivos (de 20

a 35 anos) para compensar o investimento. Nos monopólios naturais, a competição pode ser feita na entrada, por meio de licitação para a prestação dos serviços. Isso já é permitido no País há décadas. É importante perceber que, ao concorrer, as empresas vão apresentar propostas. E uma vez vencedora, um compromisso de, no mínimo, duas décadas será assumido com uma operadora, que é quem vai dizer o custo do serviço.

Como argumentou Sousa (2020), uma empresa vencedora no processo licitatório, para prover o serviço de saneamento, poderá estabelecer custos e tarifas que vão ser computados na formação de preços de diferentes produtos, serviços e podem se tornar proibitivos para as populações de baixa renda. Além disso, o objetivo de uma empresa é obter lucro, pagar dividendos a acionistas e não necessariamente proporcionar uma boa oferta de serviço ou mesmo ampliá-lo. O modelo proposto pelo Marco Legal induz à privatização, e é por essa razão que aquele é rejeitado no mundo inteiro e, em 90% dos casos, o sistema é gerido pelo poder público.

Metodologicamente, para a construção deste artigo, buscou-se fazer a revisão de artigos que tratam sobre a temática, consultaram-se os *sites* oficiais das sedes dos municípios que constituem o estado de Mato Grosso do Sul e as normas que dirigem o setor de saneamento. Quanto aos dados espaciais, estes foram obtidos a partir da Agência Nacional de Águas (ANA), do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul e do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010.

Por fim, o presente artigo estrutura-se na análise sobre os aspectos da política de saneamento no estado de Mato Grosso do Sul, resultante de estudos em andamento³, e discute os possíveis impactos do novo Marco Legal do saneamento para os municípios de pequeno e médio porte que compõem o estado de Mato Grosso do Sul, levando em consideração os efeitos da atual crise hídrica em decorrência das mudanças climáticas.

Aspectos da política de saneamento no estado de Mato Grosso do Sul

Diversos estudos sobre a questão do saneamento básico no Brasil relataram o processo histórico de como se desenvolveram as políticas públicas voltadas para o saneamento desde os tempos do Brasil Império, passando pelo período republicano até a redemocratização, que se estabeleceu com a Carta Cidadã de 1988. E em todos aqueles os pesquisadores pontuaram que a concepção tec-

³ Atualmente os autores participam do projeto de pesquisa **Urbanização e abastecimento de água no Mato Grosso do Sul**: um estudo em perspectiva histórica com aportes financeiros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

nocêntrica prevaleceu sobre a visão intersetorial e interdisciplinar que a questão do saneamento demandava, conforme explicaram Pereira, Sá e Freitas (2020).

Entre 1964 e 1985, período em que os militares assumiram a governança do Estado brasileiro, observou-se que as ações políticas engendradas à época objetivaram modernizar o território brasileiro, tornando-o mais fluido e articulado. Foi neste contexto que foi implantado o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), o maior voltado para o setor até aquele momento. E, em 1979, com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, a partir da divisão político-territorial do estado de Mato Grosso, também foi instituída a Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul S. A. (SANESUL), de economia mista, vinculada ao Governo de Mato Grosso do Sul, que seguiu o modelo do PLANASA e passou a ofertar os serviços de abastecimento de água potável e prover as redes de esgoto aos municípios que compunham o estado de Mato Grosso do Sul.

Embora os estudiosos reconheçam os méritos do PLANASA por ter ampliado o acesso à água potável a mais pessoas, também asseveraram que aquele Plano reforçou a exclusão sanitária, uma vez que as populações residentes em favelas urbanas, nas áreas rurais e em pequenos municípios não foram contempladas, conforme explanaram Paiva Brito *et al.* (2012).

Após a redemocratização, os pressupostos neoliberais adotados pela governança estatal reforçaram a concepção de que o saneamento básico era um serviço, ou melhor, uma mercadoria e, como tal, deveria ser provido pelos setores privados. Portanto, para os governantes que se guiavam pelo neoliberalismo, o acesso à água potável, assim como a outros serviços de saneamento, não era entendido como um direito à saúde e à qualidade de vida, tal como está na Carta Cidadã de 1988, mas como um bem sujeito às leis da oferta e da demanda.

Nesta perspectiva, as Companhias Estaduais de Saneamento (CEBs) ficavam incumbidas de proverem água e tratamento de esgoto, mas os municípios com menos de 20 mil ou 30 mil habitantes não eram atendidos pelas CEBs pelo fato de que os custos eram altos e isso se traduziria em taxas elevadas para as populações desses pequenos municípios. E o poder público local, no caso as prefeituras, também não dispunha de recursos suficientes para prover o saneamento básico adequado, conforme explicaram Borges e Moraes (2005) e Paiva Brito *et al.* (2012).

Cumprir informar que o estado de Mato Grosso do Sul (MS) possui uma população total estimada, em 2021, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2.839.188 habitantes. E, de acordo com os dados disponibilizados pela SANESUL, a referida empresa atua em 68 municípios; ou seja, responde por 86% do abastecimento de água potável – captação, tratamento e

distribuição – e atende a 1.381.844 sul-mato-grossenses. Quanto aos serviços de coleta e tratamento de esgoto, a SANESUL possui 64 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), abrangendo 81% daqueles serviços no estado.

A capital Campo Grande, com uma população estimada em 916.001 habitantes, é atendida pela empresa Águas Guarairoba, responsável pelo abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto. Cumpre ressaltar que a Águas Guarairoba é controlada pela Aegea, maior companhia privada do setor no país e que atua em 158 municípios brasileiros. E, desde maio de 2021, a Ambiental MS Pantanal, também ligada ao grupo Aegea, estabeleceu junto à SANESUL a Parceria Público-Privada (PPP), possibilitada pelo novo Marco Legal do saneamento. O objetivo da PPP é ofertar os serviços para 1,7 milhões de sul-mato-grossenses até 2031, atingido uma taxa de cobertura de 98% (JORNAL AGORA MS, 2021).

Como explicado anteriormente, as CEBs tendem a não ofertar água potável e tratamento de esgoto para os municípios de pequeno e de médio porte populacional. E a Ambiental MS Pantanal vai operar nos 68 municípios que já têm infraestrutura da SANESUL e não necessariamente nos municípios mais pobres.

Quadro 2: Municípios não atendidos pela SANESUL (2021)

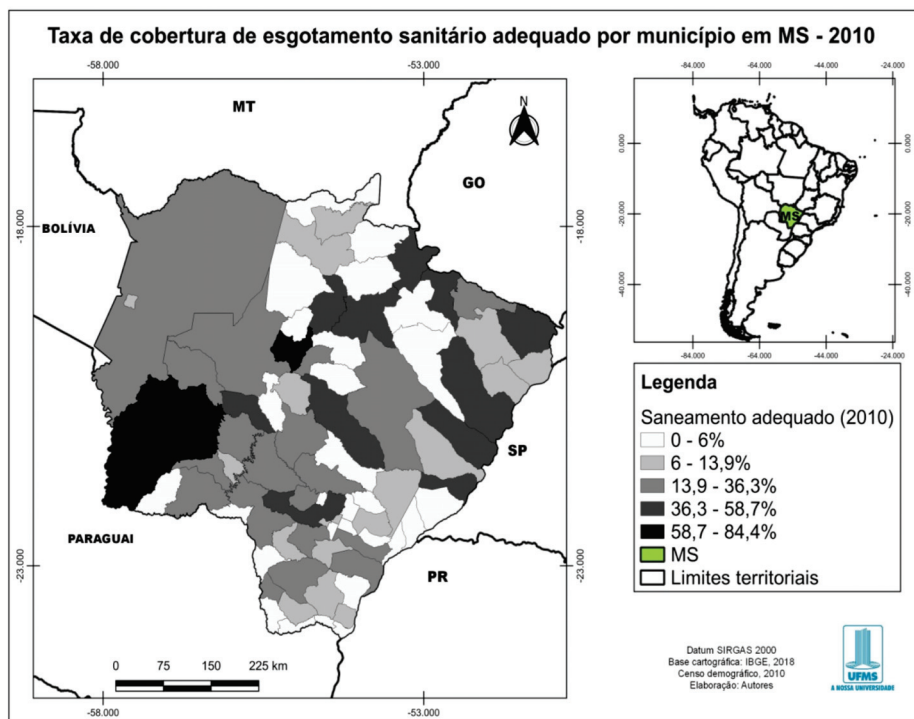
Município	População estimada (IBGE-2021)	População atendida com serviço de saneamento básico (Censo 2010)	Agente prestador de serviço de saneamento básico
Bandeirante	7.281	4,3%	SAAE
Bela Vista	24.842	22,7%	Ambiental MS Pantanal (Aegea)
Cassilândia	22.063	25,2%	Saae
Corguinho	6.158	63,1%	Saae
Costa Rica	21.456	45,6%	Saae
Glória de Dourado	9.334	1,7%	Saae
Jaraguari	7.342	2,7%	Saae
Paraíso das Águas	5.751	0%	Sem informação
Rochedo	5.120	22,9%	Saae
São Gabriel do Oeste	27.660	47,9%	Saae

Fonte: Organizada pelos autores.

Como pode ser constatado no Quadro 2, os 11 municípios não atendidos pela SANESUL, excetuando a capital, possuem um quantitativo populacional que não ultrapassa os 30 mil habitantes, e os serviços de abastecimento de água

e coleta de esgoto ficam a cargo dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (Saae), sob a administração municipal. Os municípios de Bandeirante, de Glória de Dourados e de Paraíso da Águas estão entre os que possuem menores ofertas de serviços de saneamento básico em Mato Grosso do Sul. Ressalta-se que o investimento em saneamento básico se traduz em saúde e, por conseguinte, em melhor qualidade de vida. Neste sentido, quando se comparam os municípios que mais possuem serviços de saneamento, dentre eles água potável e coleta e tratamento de esgoto, os índices de mortalidade infantil, por exemplo, tendem a ser mais reduzidos, como pode ser visualizado nos mapas das Figuras 2 e 3 a seguir.

Figura 2: Taxa de cobertura de esgotamento sanitário adequado por município em MS (2010)

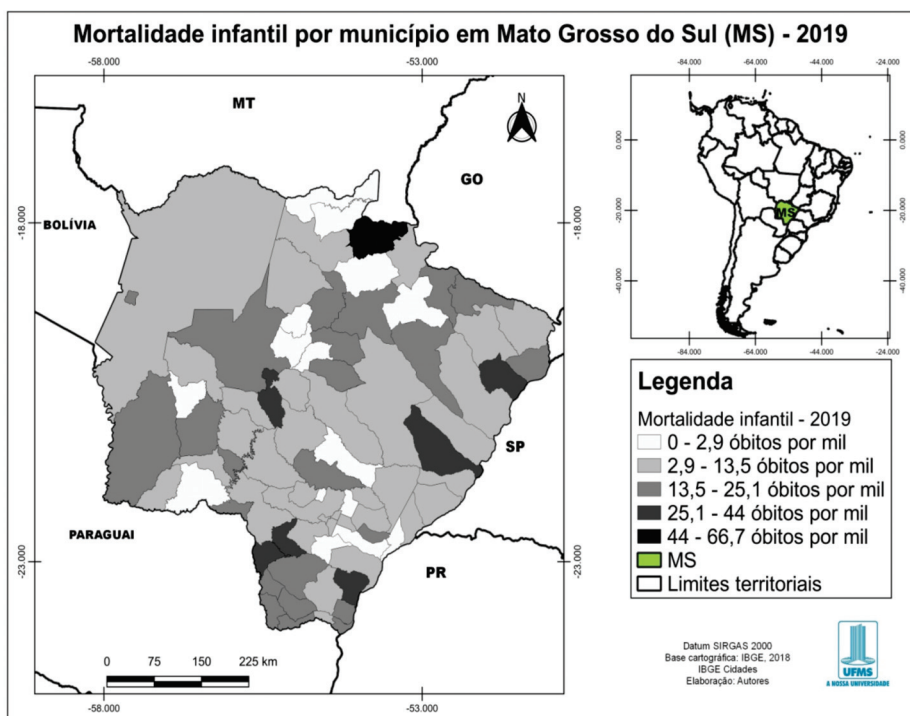


Fonte: Censo demográfico, IBGE (2010).

Conforme os dados do Censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE, 50,6% dos municípios de Mato Grosso do Sul tinham entre 0 e 13% de saneamento adequado. E no município de Alcinópolis, que possui uma população

absoluta de 5.489 habitantes, a oferta de serviços de saneamento é de apenas 0,4%. Agora, o índice de mortalidade infantil naquele município foi de 66,7 óbitos por mil em 2019, o mais alto entre os 79 municípios de Mato Grosso do Sul.

Figura 3: Mortalidade infantil por município em Mato Grosso do Sul (2019)



Fonte: IBGE Cidades (2019).

Quando se comparam os dados representados na Figura 2 com os da Figura 3, percebe-se que municípios que mais ofertam serviços de saneamento tendem a apresentar os menores índices de mortalidade infantil, como, por exemplo, o município de Corguinho, cuja cobertura dos serviços de saneamento atinge 63,1% da população, apesar de não contar com os serviços da SANESUL – Ambiental MS Pantanal.

De acordo com os dados levantados a partir da SANESUL, pode-se estimar que pelo menos 641.343 sul-mato-grossenses não possuem acesso aos serviços de tratamento de água e de esgoto adequados. Ainda convém ressaltar que, como não foi realizado novo Censo demográfico pelo IBGE, torna-se difícil

saber com precisão se houve ou não uma melhoria nos serviços de saneamento básico, não apenas nos municípios de Mato Grosso do Sul, mas também considerando todos os estados da Federação. Feitas essas ponderações, podemos nos perguntar: com o estabelecimento do novo Marco Legal para o saneamento básico no Brasil, o acesso à água potável e aos outros serviços tenderá a ser universalizado? É o que será abordado na próxima seção.

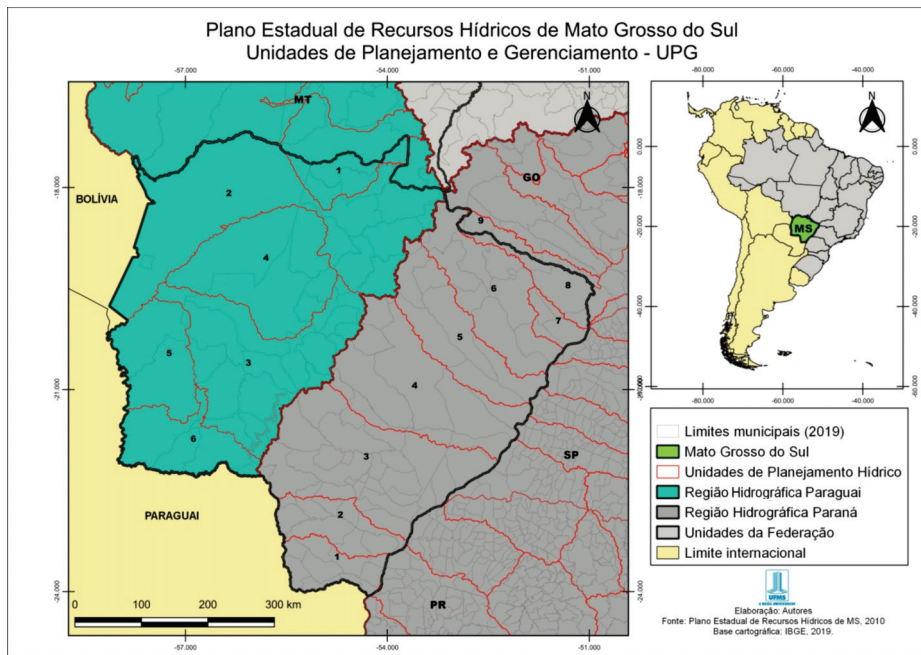
Impactos do novo marco legal do saneamento para os municípios de pequeno e médio porte em Mato Grosso do Sul

É fato incontornável que a população global já vivencia os efeitos das mudanças climáticas. A atual crise hídrica a que estão submetidos o Brasil e os outros países vizinhos, como a Argentina, por exemplo, já demonstra que as políticas públicas para o gerenciamento dos recursos hídricos terão de levar em consideração que o volume de água disponível na Terra se mantém constante desde os tempos imemoriais, conforme explicou Rebouças (2011). Ainda, deverão fomentar estratégias para reduzir a perda de água no processo de distribuição para o abastecimento humano, para o setor industrial e para a irrigação, que consome 70% de água.

O estado de Mato Grosso do Sul conta com o Plano Estadual de Recursos Hídricos instituído pela Lei n. 2.406, de 29 de janeiro de 2002, e que segue as diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos instituída pela Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (MATO GROSSO DO SUL, 2010).

O território sul-mato-grossense está inserido em duas grandes regiões hidrográficas, a saber: Bacia Hidrográfica do Paraguai, a oeste; e a Bacia Hidrográfica do Paraná, a leste. E contém 15 sub-bacias hidrográficas que constituem as Unidades de Planejamento e Gerenciamento (UPG), conforme pode ser visualizado nos mapas da Figura 4.

Figura 4: Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul – Unidades de Planejamento e Gerenciamento – UPG (2010)



Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos de MS (2010).

As sub-bacias que compõem a Bacia Hidrográfica do Paraguai são: 1) UPG Correntes; 2) UPG Taquari; 3) UPG Miranda; 4) UPG Negro; 5) UPG Nabileque; 6) UPG Apa. Quanto às sub-bacias que formam a Bacia Hidrográfica do Paraná, são: 1) UPG Iguatemi; 2) UPG Amambai; 3) UPG Ivinhema; 4) UPG Pardo; 5) UPG Verde; 6) UPG Scuriú; 7) UPG Quitéria; 8) UPG Santana; 9) UPG Aporé.

É sobre esta malha hidrográfica que a SANESUL, a Aegea Saneamento – Águas Guarairoba, Ambiental MS Pantanal –, os poderes públicos, etc. operam para prover a distribuição de água potável às populações atendidas por elas. Levando em consideração as tendências de maiores estiagens e que os regimes hidrológicos são interdependentes dos regimes pluviométricos, conforme explicaram Benezath *et al.* (2019), é necessário investimento na ampliação do tratamento de esgoto para que os rios não sejam poluídos e para que não haja a degradação da qualidade da água.

Como explicou Rebouças (2011), a captação de água subterrânea tem de ser controlada pelo poder público, seja na instância municipal, seja na estadual

ou federal, porque a extração inadequada pode contaminar o lençol freático. Neste caso, o processo de descontaminação pode ser de médio a longo prazo. E não se pode desconsiderar o fato de que mais de 90% do território do estado de Mato Grosso Sul está sobre um grande oceano subterrâneo: o Aquífero Guaraní. É sabido que a água obtida a partir dos poços artesianos é mais limpa e naturalmente potável, o que a torna mais acessível para o consumo humano. Em Mato Grosso do Sul, 60 municípios contam com serviço de captação de água subterrânea e oito com a extração de água superficial sob a responsabilidade da SANESUL e, atualmente, pela Ambiental MS Pantanal.

O novo Marco Legal do saneamento básico “alterou dispositivos fundamentais de sete leis”, como pontuou Sousa (2020, p. 1) e constitui a intervenção mais profunda para o setor desde o PLANASA. Embora o objetivo seja “universalizar” o acesso aos serviços de saneamento básico, entre eles o direito à água potável, o fato é que a participação de empresas privadas no setor pode impossibilitar o atendimento àquele direito básico, porque, como explicou Sousa (2020, p. 3), aquelas vão optar por reverter mais recursos para as regiões ricas e populosas do território brasileiro onde poderão auferir lucros. E os municípios inseridos nas regiões mais pobres e distantes do eixo dinâmico da economia brasileira ficarão à mercê dos parques investimentos para o setor.

É importante entender que o fato de uma empresa, pública ou privada, assumir regiões ricas e pobres de um território não garante na prática que a alocação de recursos ocorra segundo os princípios de justiça e equidade. Há vantagens em ambas as formas de prestação. **Na empresa privada, o certo é que eles se orientem ao lucro, porque esta é a finalidade de sua atividade.** Na empresa pública, lógicas mais aderidas à racionalidade política tendem a prevalecer. Mas a empresa pública tem uma grande vantagem em relação a uma operadora privada, além de não visar ao lucro: ela oferece janelas de oportunidade, a cada eleição, para ajustes e correções necessários ao interesse público. Isso é praticamente impossível sob a iniciativa privada em contratos de 20/30 anos, no contexto em que ela tem atuado no país (SOUSA, 2020, p. 3, grifo nosso).

Conforme pondera Sousa (2020), a empresa privada tende a ser guiada pela lei da oferta e da procura com a finalidade de obter lucro e repartir dividendos entre acionistas. Daí que municípios de pequeno e médio porte não necessariamente serão contemplados com os serviços. A lógica de uma empresa pública guia-se pela questão política e, a cada novo ciclo de governança, a população pode exigir ajustes e obter êxito na cobrança. Mesmo o estado de Mato Grosso do Sul dispondo de uma rica rede hidrográfica, é possível que as populações dos pequenos municípios não consigam ter acesso à água potável e ao tratamento de esgoto sob o novo marco regulatório para o saneamento básico, uma vez que a

Lei “revogou dispositivos que protegiam populações vulneráveis, de acordo com a renda”, como explanou Sousa (2020, p. 3).

Mesmo que o objetivo seja universalizar o acesso, na prática, será a lei da oferta e da procura que regulará o setor. Sem água tratada e sem coleta de esgoto, os corpos d’água continuarão a ser poluídos, as pessoas não terão o direito à água potável, e, conseqüentemente, a saúde e a qualidade de vida estarão ameaçadas (BRASIL, 2017).

Considerações finais

À primeira vista, como pontuou Sousa (2020), o novo Marco Legal para o saneamento básico no Brasil significa a maior intervenção no setor desde o PLANASA. Alegando não dispor de recursos para investir em saneamento básico, o Estado brasileiro espera atrair a iniciativa privada para aportar capitais para ampliar aqueles serviços. No entanto, guiando-se pela concepção de que os serviços de saneamento básico se constituem como mercadorias e não como direito básico, o acesso àqueles bens estará subordinado à lei da oferta e da procura.

Estudos internacionais demonstram que as cidades que privatizaram o saneamento acabaram por retomar a oferta de serviços, porque as empresas passaram a cobrar altas taxas, não investiram o montante prometido no contrato, etc. Além disso, as empresas mais bem aparelhadas para ofertarem o serviço não necessariamente o farão com presteza nas regiões distantes e com baixo contingente populacional, pois a construção de redes de ligação para abastecimento de água, para tratamento de esgoto, etc. implica um alto investimento inicial e os ganhos são a longo prazo. Ressalta-se que, no estado de Mato Grosso do Sul, a Aegea vai operar nos 68 municípios que já dispõem de infraestrutura prévia. Daí que os especialistas demonstram preocupação no sentido de que o Marco Legal pode não cumprir a meta de universalizar o saneamento básico para todos os cidadãos brasileiros e pode aprofundar a exclusão sanitária.

Referências

Aegea Saneamento Básico. Disponível em: <<https://www.aegea.com.br/>>.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E. *et al.* **Geografia: conceitos e temas.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 271-307.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada** [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

FREITAS, E. P. de; PEREIRA, L. dos S.; SÁ, R. R. • O direito à água potável sob o novo marco legal do saneamento no Brasil e o impacto para os municípios...

BENEZATH, Aline de Assis *et al.* Análise do impacto da mudança do clima na precipitação sobre as Bacias do Rio Paraná e do Rio Paraguai através da regionalização de projeções climáticas. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 42, n. 1, p. 695-707, 2019.

BRASIL. Agência Nacional de Águas – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Atlas esgotos: despoluição de bacias hidrográficas**. Brasília, 2017.

BRASIL. Lei n. 14.056, de 15 de julho de 2020. Atualiza o Marco Legal do saneamento. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm>.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. Do global ao local: a questão dos resíduos sólidos em Corumbá (MS). In: MOREIRA, Nathália C.; RÜCKERT, Fabiano Quadros (org.). **Pen-sando a cidade: Corumbá em perspectiva interdisciplinar**. Campo Grande: Life Editora, 2020. p. 201-224.

GOMES, Ariane Costa; VELOSO, Lucas; BERNARDO, Jéssica. ‘Ratos fizeram ninhada debaixo da cama das crianças’, diz moradora de favela sem saneamento em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/09/ratos-fizeram-ninhada-debaixo-da-cama-das-criancas-diz-moradora-de-favela-sem-saneamento-em-sp.shtml>>.

IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>.

JORNAL AGORA MS. UFMS e MS Pantanal assinam termo de cooperação técnico-científica. **Jornal Agora MS**, Campo Grande, MS, 2 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.acritica.net/editorias/politica/ufms-e-ms-pantanal-assinam-termo-de-cooperacao-tecnico-cientifica/548194/>>.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da Economia Política**. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: Editora Difel, 1982.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia e Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. **Plano estadual de recursos hídricos de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2010.

MARTINS, Leonardo. Brasil tem 35 milhões de pessoas sem acesso à água potável. **Rádio Agência Nacional**. Brasília, 22 de março de 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2021-03/saneamento-basico>>.

PAIVA BRITTO, Ana Lucia Nogueira *et al.* Da fragmentação à articulação. A política nacional de saneamento e seu legado histórico. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, n. 14, v. 1, p. 65-83, 2012.

PEREIRA, Leandro dos Santos; SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de. Saúde na fronteira Brasil-Bolívia: considerações sobre a política de saneamento básico em Corumbá-MS. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 47, n. 1, p. 276-292, 2020.

PLATAFORMA AGENDA 2030. Desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Apresenta os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>>.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1986.

REBOUÇAS, Aldo da C. Água e desenvolvimento rural. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 327-344, 2001.

RODRIGUES, Nyelder. **Um terço de MS não possui acesso adequado à água**, aponta IBGE.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. **Saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930)**. São Leopoldo: Oikos, 2021.

Campo Grande News. Campo Grande, 23 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/um-terco-de-ms-ainda-nao-possui-aceso-adequado-a-agua-aponta-ibge>>.

SANESUL. **Locais atendidos ETAs**. Disponível em: <<https://www.sanesul.ms.gov.br/locais-atendidos-etas>>.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de. O que esperar do novo marco do saneamento? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/S4RRsCRpr4XqGYwzCh5gnwz/?format=pdf&lang=pt>>.

TUCCI, Carlos E. M. Águas urbanas. **Estudos Avançados** [on-line], v. 22, n. 63, p. 97-112, 2008. Epub. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/SfqYWrhrtvtxybfSjYQt7v/?format=pdf&lang=en>>.

Pandemia de Covid-19, saneamento básico e vacinação em massa na fronteira Brasil-Bolívia: o caso de Corumbá-MS

*Elisa Pinheiro de Freitas
Isadora Sigarini de Moraes
Leandro dos Santos Pereira
Rafael Rocha Sá*

Introdução*

Nestes dois anos de pandemia, o mundo atingiu marcas dramáticas quanto ao número total de casos e de óbitos provocados pelo coronavírus e suas variantes. Recentemente, o estudo publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) mostra que o excesso de mortes provocado direta e indiretamente pela Covid-19 atingiu mais de 14 milhões de pessoas em todo o mundo, ou seja, mais que o dobro dos casos oficiais registrados.

Essa crise sanitária de dimensões planetárias escancarou os problemas estruturais que atingem, sobretudo, as populações mais pobres que residem em países periféricos e semiperiféricos. Sob a globalização, o fluxo de pessoas e de mercadorias possibilitou que o coronavírus atingisse todos os continentes em poucos meses como explicaram Freitas *et al.* (2021). E os governos de diferentes países não estavam preparados para enfrentar um vírus letal e altamente contagioso.

Embora o vírus tenha chegado ao Brasil por meio de aeroportos e portos, o impacto da crise sanitária foi duramente sentido pelas populações que residem em locais aglomerados e com pouco acesso ao saneamento básico – água potável, coleta/tratamento de esgoto, coleta/tratamento de resíduos sólidos, etc. As

*A pesquisa que originou este capítulo do livro foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), via Edital Universal de 2018. A pesquisa também contou com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

recomendações dos infectologistas e outros profissionais de saúde, para que as populações se protegessem da contaminação pelo coronavírus, eram de que usassem máscaras, mantivessem o distanciamento físico e buscassem lavar as mãos com frequência. Mas como seguir essas recomendações se as condições das habitações eram precárias para muitas pessoas residentes em favelas ou em bairros mal estruturados?

Essas observações aqui apontadas inquietaram os autores diante das vivências que foram e estão sendo experimentadas pelos cidadãos fronteiriços da cidade de Corumbá neste período desafiador de crise sanitária devido à pandemia da Covid-19.

Propõe-se uma reflexão sobre as situações vividas durante a fase aguda da pandemia da Covid-19 nesta região de fronteira, que não deve ser entendida simplesmente como um limite territorial, visto que abriga o diálogo entre os países vizinhos. E o volume de interações que coexistem nesse espaço pode criar formas, agregando elementos de ambos os países, fazendo das cidades fronteiriças uma extensão prioritária e peculiar como explicam Peiter (2005) e Machado (2005).

A fronteira, local de contato e integração, precisa ser interpretada por meio da compreensão que seus habitantes possuem e de como se relacionam com seus vizinhos, um lugar único, que possui identidades particulares e plurais definidas pela convivência entre nações que compartilham a história, a cultura e o território do ponto de vista socioeconômico (NOGUEIRA; DAL PRA; FERMIANO, 2007).

Para Costa *et al.* (2006) e Alpines e Freitas (2021), as fronteiras brasileiras foram associadas a uma agenda negativa de intervenção pública com o intuito de garantir segurança nacional por intermédio da imposição de restrições de toda ordem e, em função disso, possibilitou uma faixa fronteiriça de baixo desenvolvimento social e econômico, marcada por profundas iniquidades sociais e situações diversas devido às diferenças geográficas, ao tratamento diferenciado que recebem dos órgãos do Estado e o tipo de relação estabelecida com os povos vizinhos (GADELHA; COSTA, 2005).

Ressalta-se que a fronteira seca e a proximidade geográfica dos municípios fronteiriços vizinhos possibilitam significativos fluxos econômicos e de pessoas. Ainda ampliando o conceito sobre a fronteira, verifica-se, entre a cidade de Corumbá-MS e a cidade de Puerto Quijarro-Bolívia, a mobilidade e a dinâmica compartilhadas de atividades do cotidiano das populações, por causa da constância e da facilidade de comercialização de produtos alimentícios e de consumo, das trocas culturais, das relações sociais e do acesso a atendimento médico (ARAÚJO; JULIANO; SILVA, 2017).

A regulamentação da livre circulação afetou a distribuição e a oferta nos serviços de saúde, pois nos municípios da linha de fronteira há demanda por atendimento de populações de outros países, o que exerce pressão crescente sobre o Sistema Único de Saúde (SUS); ademais, os territórios fluidos das zonas de fronteira constituem unidades epidemiológicas e questões sanitárias que precisam ser compartilhadas, porque são semelhantes e que impõem a realização conjunta de atividades para alcançar o efetivo controle de agravos e a garantia de acesso da atenção à saúde (GIOVANELLA, 2007).

A Constituição Federal brasileira afirma a saúde como direito de todos, dever do Estado e garantia ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços; sendo assim, é imprescindível a realização e implementação de acordos específicos que alcancem os migrantes da região Corumbá-MS/Puerto-Quijarro-BO com o fortalecimento de instituições supranacionais voltadas à integração, fundamental para a promoção da cidadania da população fronteiriça (GADELHA; COSTA, 2005).

Porém, quanto ao direito da população flutuante, ressaltam Giovanella *et al.* (2007) que há o contraponto das barreiras de acesso estabelecidas para o atendimento no SUS, exigindo apresentação obrigatória do documento de identidade, cartão SUS, comprovante de residência e, para controlar estratégias individuais de acesso, em algumas localidades foi implantado um cartão municipal de saúde atualizado pelo agente comunitário de saúde periodicamente nas visitas domiciliares.

A não consonância das políticas públicas de saúde entre os países vizinhos e a falta de regulamentação para atendimento de migrantes resulta também em dificuldades na garantia da continuidade do tratamento ou encaminhamentos para atenção especializada; por isso, devido às peculiaridades das regiões fronteiriças, é de caráter urgente regulamentar o direito à saúde dessas populações, garantindo direitos equânimes de modo contínuo (GIONANELLA *et al.*, 2007), principalmente na contemporaneidade, com a pandemia da Covid-19, com os surtos epidêmicos de dengue, a desinformação e a hostilidade.

A pandemia da Covid-19 escancarou vários déficits na organização de políticas públicas e sociais que nossa comunidade enfrenta e afetou ainda mais os vulneráveis que ficam sem socorro, alento e, até mesmo, informação. Dentro de todo o panorama experienciado tão inesperadamente, a ciência procurou o desenvolvimento em tempo recorde de vacinas. Porém o Brasil, mesmo possuindo uma história de sucesso no que tange à erradicação de doenças por meio do Plano Nacional de Imunizações (PNI), nesta presente e excruciante crise sanitária ficou para trás graças à politização do vírus (SENHORAS, 2021).

Em 19 de setembro de 2021, em todo o mundo, havia uma média de 31,7% de pessoas totalmente vacinadas; em escala nacional, o Brasil possuía 222 milhões de dose aplicadas, com 38,1% da população totalmente vacinada com duas doses, ou com a vacina de dose única (OUR WORLD IN DATA, 2021), enquanto o estado do Mato Grosso do Sul, após oito meses do início da vacinação, tinha 50% da população imunizada com o esquema vacinal completo (SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, 2021).

O município de Corumbá, segundo o “vacinômetro” atualizado no dia 20 de setembro de 2021 (VACINÔMETRO COVID-19, 2021), 77,44% da população estava completamente imunizada, números que são decorrentes de um estudo coordenado pelo infectologista Júlio Croda, que beneficiou 13 municípios do estado que compõem a Faixa de Fronteira com a vacinação em massa de pessoas maiores de 18 anos e brasileiras, com CPF e comprovante de residência, que ainda não tinham sido vacinadas e, com isso, esperava-se a formação de uma barreira imunológica nessas áreas marginais com a aplicação da vacina da Janssen de dose única, enviada pelo Ministério da Saúde (SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, 2021).

Porém, não houve integração entre os países vizinhos envolvidos na realização de medidas consonantes e complementares para abrandamento da pandemia, haja vista que inúmeras documentações foram solicitadas para impedir a vacinação de imigrantes, houve o fechamento das fronteiras terrestres, mesmo Corumbá, sendo um município que faz parte da Faixa de Fronteira brasileira e que possui a tarefa complexa de garantir o direito à saúde a toda população fixa ou flutuante, nacional ou estrangeira e, assim, seria necessário reforçarem movimentos pela cidadania global, universalização de direitos e de um mundo sem fronteiras, não apenas para mercados e capitais, mas principalmente para as pessoas.

Desse modo, medidas que dificultem o acesso à saúde, seja nos processos de prevenção ou tratamento, seja em meio à pandemia, são desumanas. É importante destacar que, ao se tratar de populações vulneráveis, principalmente em cenários de crise, apenas diretrizes baseadas em evidências não são suficientes, necessitando-se de adaptações, enxergando a fronteira em todo seu amplo contexto (BERGER *et al.*, 2020).

Metodologia/desenvolvimento

Para o desenvolvimento deste artigo, definiu-se uma pesquisa de caráter descritivo, que tem por finalidade identificar as características e particularidades de um grupo, população ou fenômeno, além de conhecer e indicar as relações entre as possíveis variáveis (TRIVIÑOS, 1987; GIL, 2017).

Para tal, estabeleceu-se a análise qualitativa como método de abordagem do estudo, uma vez que este tipo de pesquisa se preocupa em representar a realidade em camadas que não podem ser aferidas e convertidas em números e gráficos, concluindo noções e hipóteses que só podem ser avaliadas de maneira subjetiva (MINAYO, 2015).

Triviños (1987, p. 87) preconiza que o viés da pesquisa qualitativa “[...] (a) tem o ambiente natural como fonte direta dos dados; (b) é descritiva; (c) analisa intuitivamente os dados; d) preocupa-se com o processo e não só com os resultados e o produto; e (e) enfatiza o significado”.

E, como pesquisa descritiva, esta visará a obter informações e dados sobre as realidades enfrentadas pela população da fronteira Brasil-Bolívia. Com isso, idealizaram-se etapas necessárias para o andamento da pesquisa, que são: a) pesquisa bibliográfica; b) pesquisa documental; e c) coleta e análise de dados.

A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo indicado em qualquer trabalho científico, por entender-se que é necessário que se tenha um conhecimento do que já foi estudado e escrito sobre o assunto pesquisado (GIL, 2008; MINAYO, 2015).

Buscar-se-á referencial teórico em banco de dados e em outras fontes bibliográficas, como artigos, teses, dissertações, livros, revistas científicas, periódicos, produções existentes que tratem dos temas: (i) pandemia Covid-19; (ii) saúde e saneamento básico na fronteira; e (iii) sistemas públicos de saúde e vacinação, permitindo-se firmar as principais abordagens da pesquisa na investigação dos objetivos traçados.

Com a pesquisa documental, foram realizadas averiguações em instituições competentes, leis, decretos, relatórios técnicos, reportagens escritas ou gravadas em áudio e/ou vídeo, fotografias e todo o aparato disponível que discuta, analise e discorra sobre a temática em pauta. Dentre os órgãos pesquisados, destacamos os dados disponibilizados pela prefeitura de Corumbá, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, na publicação do Boletim Epidemiológico sobre os casos registrados e o quadro geral da vacinação no município.

Para o fim de delimitação do tempo de análise dos dados, definiu-se o período desde o início da contabilização do primeiro caso confirmado de Covid-19 pela municipalidade, em março de 2020, até agosto de 2021, que permitiu traçar algumas hipóteses e realizar aferições sobre os reais impactos da vacinação.

Primeiramente, analisaram-se as informações disponibilizadas no Boletim Epidemiológico de Corumbá, dividindo-as em marcos temporais, durante o período estudado, para compreender o panorama da doença na cidade. Esses estágios foram compreendidos em três momentos distintos e extremamen-

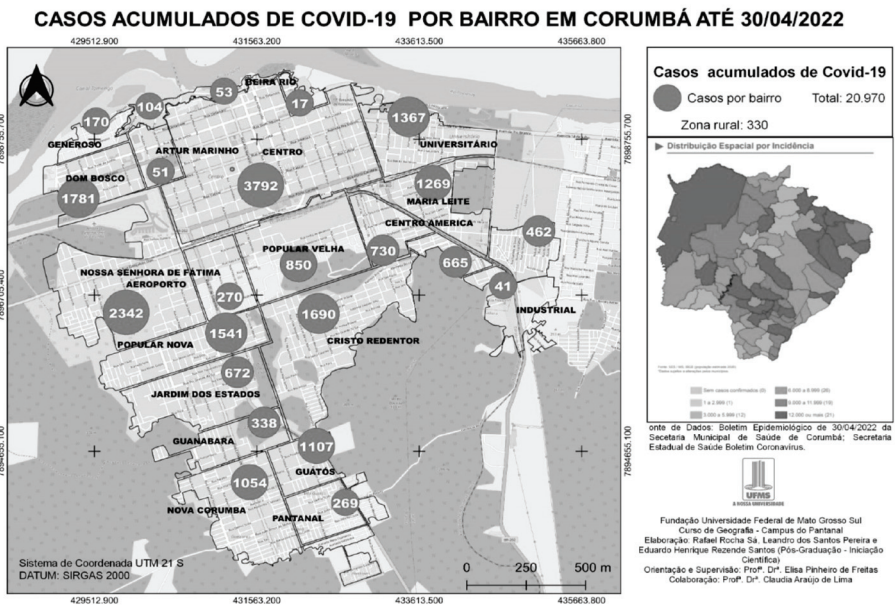
te significativos entre si: antes da vacinação, na imunização dos grupos prioritários, segundo o Plano Estadual de Imunização (Decreto Estadual n. 15.578, de 13 de janeiro de 2021), e após a vacinação em massa na Faixa de Fronteira do estado.

Por fim, entende-se que há inúmeras variáveis que poderiam ser elencadas para mensurar os efeitos da vacinação no município. Por isso, definiram-se alguns parâmetros para análise e verificação dos resultados da imunização, sendo eles: 1) taxa de incidência por 100.000; 2) casos registrados; 3) número de óbitos; e 4) taxa de letalidade.

Pandemia e saneamento básico em Corumbá

Com a análise dos mapas produzidos para o Boletim Epidemiológico de Corumbá, os autores observaram que os bairros periféricos, desprovidos de serviços de saneamento básico, como bairros sem acesso à rede de coleta de esgoto adequada, foram duramente atingidos com mais casos positivos para Covid-19; logo, mais casos de óbitos registrados. Como foi o ocorrido nos bairros Cristo Redentor e Aeroporto, ambos periféricos, afastados do centro da cidade e desprovidos ou/e sem infraestrutura de saneamento básico adequada.

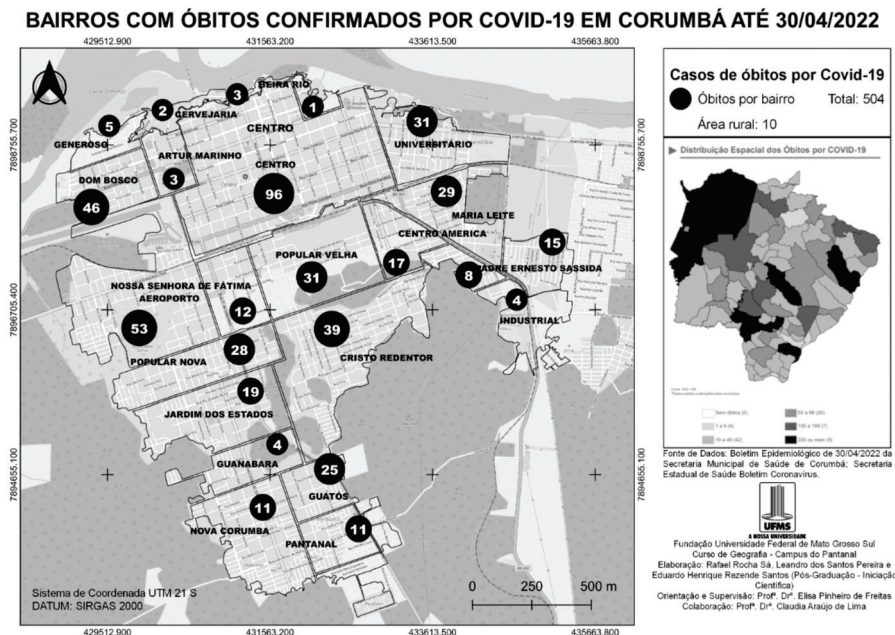
Figura 1: Mapa de casos acumulados por bairro



Fonte: Boletim Epidemiológico Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá, 2022.

Podemos observar no mapa da Figura, destacada acima, que o bairro Aeroporto acumula 2.342 casos positivos para Covid-19, enquanto o Cristo Redentor acumula 1.690 casos.

Figura 2: Mapa de casos de óbitos confirmados por bairro



Fonte: Boletim Epidemiológico Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá, 2022.

O mapeamento dos óbitos nos permite constatar que foram registrados 53 óbitos no bairro Aeroporto e 39 no Cristo Redentor, como aponta o mapa da Figura 2.

Figura 3: Bairro Cristo Redentor: esgoto corre a céu aberto



Figura 4: Bairro Cristo Redentor: descarte inadequado de resíduos sólidos



Analisando os mapas e as imagens das Figuras 3 e 4, constata-se que a falta de infraestrutura de saneamento básico nos bairros pode ter concorrido para a maior incidência de casos positivos e óbitos em áreas com a falta de coleta de esgoto e de resíduos sólidos adequada.

Sendo assim, é notório que cidadãos que residem em locais desprovidos de serviços de saneamento básico estão mais vulneráveis à contaminação pelo

vírus e, conseqüentemente, com mais chances de virem a óbito por conseqüências da Covid-19 ou mesmo por outras doenças decorrentes da falta de saneamento. Neste sentido, considera-se urgente que os poderes públicos invistam na oferta de melhores serviços de saneamento básico, tendo em vista que acesso à água potável e tratamento adequado de esgoto redundam em uma melhor qualidade de vida e de saúde. E concorrem para amplificar o êxito de outras medidas de contenção da Covid-19, como, por exemplo, a vacinação.

As vacinas são, sem dúvida, o maior avanço da humanidade no combate às doenças, gerando anticorpos com uma resposta imunológica induzida sem que o indivíduo contraia a doença. Em meados de janeiro de 2020, o material genético do novo coronavírus, o SARS-CoV-2, foi sequenciado, possibilitando iniciar múltiplas pesquisas em diversos países na busca de uma vacina e, posteriormente, em março daquele ano, a primeira proposta de imunizante entrou na fase de testes em humanos. Já no fim de agosto de 2020, mais de 10 vacinas experimentais estavam sendo testadas em seres humanos no Brasil.

Um ano depois da descoberta da Covid-19, mais especificamente em dezembro de 2020, iniciou-se a vacinação contra SARS-CoV-2 em muitos países do mundo, tendo início no Brasil no dia 17 de janeiro de 2021. A campanha nacional de vacinação contra a Covid-19 tem como principal objetivo salvar vidas, reduzir o risco de infecções, reduzir a ocorrência de casos graves e evitar mortes.

O Brasil dispõe de, pelo menos, quatro vacinas: CoronaVac, AstraZeneca, Pfizer e Janssen, que têm eficácias e esquemas vacinais diferentes. A efetividade desses imunizantes tem sido notada para as variantes que circulam no país, principalmente na redução de óbitos e de hospitalizações.

A vacinação em Corumbá, Mato Grosso do Sul, segue o Plano Nacional de Imunizações (PNI) contra a Covid-19, bem como a ordem prioritária de vacinação. As vacinas aplicadas, autorizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e distribuídas pelo Governo foram as seguintes: AstraZeneca, Janssen, CoronaVac e Pfizer. A primeira dose da vacina aplicada no estado de Mato Grosso do Sul, pela Secretaria Estadual de Saúde, ocorreu em 19 de janeiro de 2020, em cerimônia na capital do estado, Campo Grande.

Corumbá recebeu as primeiras doses no dia 18 de janeiro e iniciou a imunização no dia 19, pela Secretaria Municipal de Saúde, nos pontos de *drive-thru* e no Centro de Saúde Ladeira, inicialmente com o público-alvo sendo de idosos acima de 60 anos, profissionais da linha de frente no combate à Covid-19 e indígenas aldeados.

A rapidez na distribuição de vacinas deu-se graças ao Plano Estadual Conjunto de Distribuição de Imunizantes e Insumos Contra a Covid-19, ação organizada pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul com o objetivo de trans-

portar o imunizante o mais rápido possível para todas as regiões do estado, tendo em vista que o estado é de grande extensão territorial e com áreas de difícil acesso, como assentamentos, fazendas, distritos, aldeias, povo ribeirinho, etc. (SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, 2021A).

O Plano Estadual tem como finalidade

[...] regular a participação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), em apoio à Secretaria de Estado de Saúde (SES), na distribuição de imunizantes e insumos (seringas e agulhas), contra a Covid-19, em todo o território estadual, através do emprego do Corpo de Bombeiros Militar (CBMMS), Polícia Militar (PMMS) e Polícia Civil (PC) (RESOLUÇÃO SES/SEJUSP-MS N. 01, DE 11 DE JANEIRO DE 2021).

A maneira como se deu a distribuição dos imunizantes aos municípios favoreceu a rapidez e a eficácia no processo de vacinação da população. A eficiência na distribuição dos lotes de vacina repercutiu bem na mídia, uma vez que, quanto mais rapidamente a vacina chegasse aos 79 municípios de MS, mais agilidade o processo de vacinação ganhava, com a imunização da população, evitando, assim, os óbitos, as internações e a transmissão do vírus.

Vacinação contra Covid-19 em massa

O grande fluxo de pessoas de países diferentes levou as autoridades brasileiras a desenvolver um cinturão sanitário contra a disseminação do coronavírus na região fronteira do estado de Mato Grosso do Sul.

Dos 79 municípios do estado do Mato Grosso do Sul, 13 cidades fazem fronteira com o Paraguai e a Bolívia. A população dessas cidades transita quase que livremente de um país para outro; é como atravessar a rua e se ver diante de uma nacionalidade diferente, sendo o limite internacional entre os países apenas uma rua ou até mesmo um marco.

A vacinação em massa ocorreu nas 13 cidades; ao todo, foram 150 mil doses destinadas aos municípios do estado que fazem fronteira com o Paraguai e a Bolívia. As cidades que receberam as doses foram: Mundo Novo, Japorã, Sete Quedas, Paranhos, Coronel Sapucaia, Aral Moreira, Ponta Porã, Antônio João, Bela Vista, Caracol, Porto Murtinho, Corumbá e Ladário.

O objetivo foi imunizar com a vacina da Janssen todas as pessoas de 18 a 50 anos e averiguar a eficácia de uma possível imunidade coletiva.

Em menos de duas semanas, mais de 90% da população acima de 18 anos das 13 cidades estava vacinadas, um percentual resultante da soma entre os que já haviam sido imunizados anteriormente e os que foram beneficiados por um estudo realizado com a vacina da Janssen em julho de 2021.

Resultados parciais obtidos

As análises e verificações dos dados disponibilizados no Boletim Epidemiológico possibilitaram o acesso a alguns resultados, ainda que parciais, sobre os efeitos da vacinação na população corumbaense, permitindo-nos a interpretação e a geração de hipóteses da eficácia da imunização.

Concluídas as coletas de dados oriundas do Boletim, para facilitar, elaboramos a Tabela abaixo e os Gráficos 1 e 2:

Tabela: Efeitos da vacinação em massa na cidade de Corumbá

Corumbá (Pop. 111.435 hab.)	— Casos	Taxa (por 100.000)	— Óbitos	Letalidade (%)
Antes da Vacinação (mar./2020 – jan./2021)	8.312	7.459,05	229	2,75
Vacinação dos Grupos Prioritários (fev./2021 – jun./2021)	6.466	5.208,48	202	3,12
Vacinação Massiva na Faixa de Fronteira-MS (jul./2021 – ago./2021)	732	656,88	31	4,32

Gráfico 1: Evolução de óbitos e letalidade

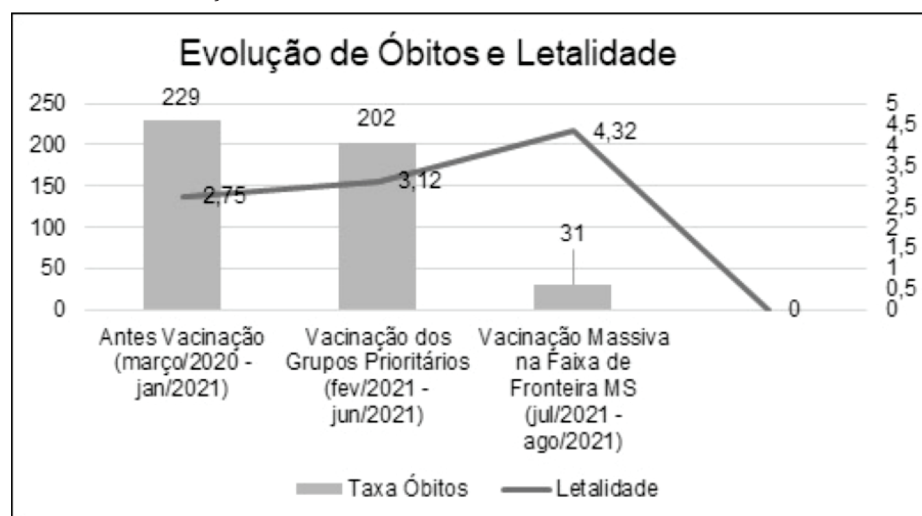
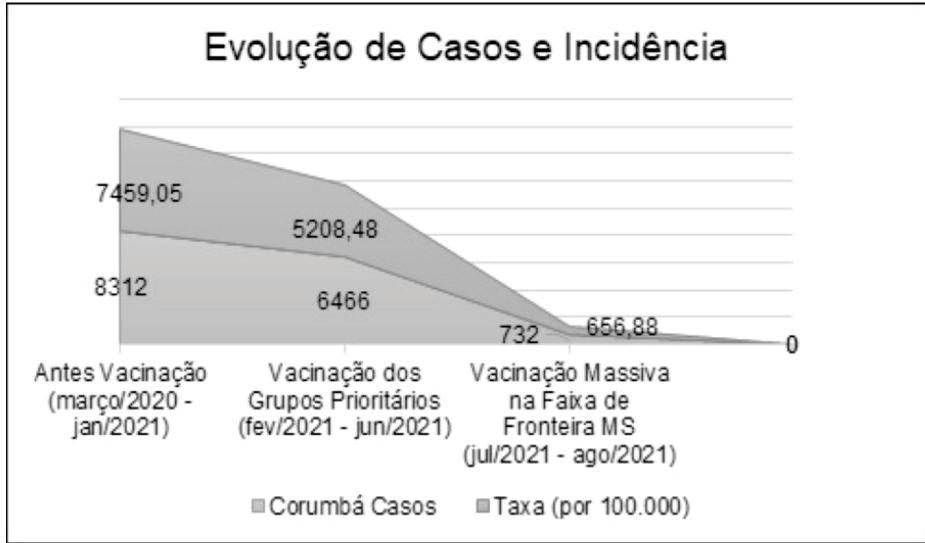


Gráfico 2: Evolução de casos e incidência

Considerações finais

A pandemia da Covid-19 adicionou novos fatores ao cenário de incertezas (MOURA; FURTADO; SOBRAL, 2020), mas, principalmente, na contemporaneidade da desinformação e da hostilidade. É necessário reconhecerem as migrações internacionais como tema de urgência nas configurações políticas e colocá-lo em pauta humanitária, descriminalizada e acolhedora (OLIVERA, 2019; ALPIRES E FREITAS, 2021).

Desse modo, é importante destacar que, ao se tratar de populações vulneráveis em crises humanitárias, somente diretrizes baseadas em evidências não são suficientes; necessita-se de inventividade, enxergando a fronteira como lugar heterogêneo, onde padrões não são bem-vindos (BERGER *et al.*, 2020). O fechamento das fronteiras e as medidas que dificultam movimentações, principalmente em meio à pandemia, são perversos, evidenciam uma expressão de autoritarismo, e seria mais útil implementarem medidas coordenadas de cooperação dentro dos blocos regionais ou nos conjuntos de países vizinhos (HAN, 2020). Para isso, o envolvimento da comunidade afetada e o diálogo com os líderes locais são essenciais (POOLE *et al.*, 2020).

A burocratização do fluxo não é uma resposta para a prevenção ou o tratamento de doenças infecciosas, que não se limitam aos atos médicos, e sim a integração de ações de saúde, como promoção e prevenção (SMITH; JUDD, 2020), visto que a pandemia atingiu a sociedade como um todo, e os impactos

são sentidos de formas diversas pelos diferentes grupos etários e sociais, sendo emergencial a aplicação de medidas em atenção às populações mais vulneráveis (FANG; KARAKIULAKIS; ROTH, 2020), e as ações a serem tomadas devem considerar que estas populações serão impactadas desproporcionalmente (HEY-MANN; SHINDO, 2020).

Utiliza-se Sayad (1998) para compreender o imigrante enquanto sujeito, que é tratado como um “problema social”, advindo de discursos propagados sobre ele, a partir de sua condição de moradia, de emprego, em relação às vagas nas escolas, ao acesso à saúde e à segurança pública.

Assim, são necessárias intervenções sob medida para as carências das populações vulneráveis (POOLE *et al.*, 2020), já que as consequências sociais e emocionais dessas medidas burocráticas de controle ao fluxo, a curto e longo prazo, são catastróficas e, além de regredirem politicamente, mirram os relacionamentos, os desenvolvimentos sociais e econômicos, marginalizando-se ainda mais uma região periférica, desumanizando-se o imigrante e precarizando as relações na área fronteiriça. Em meio a tanto preconceito e hostilidade, perceber a real causa da problemática das políticas públicas na fronteira, destacando-se a saúde, e saber como resolvê-la são imperativos. E, por fim, considera-se que seja urgente um plano municipal em parceria com as esferas estaduais e federais para que sejam realizadas melhorias no acesso ao saneamento básico nos bairros Cristo Redentor, Aeroporto e seu entorno, de modo que doenças hídricas, entre outras, sejam erradicadas, possibilitando a melhoria da qualidade de vida aos moradores.

Referências

ALPIRES, Thais da Silva; FREITAS, Elisa Pinheiro de. As ações de securitização na fronteira Corumbá/Brasil-Puerto Quijarro/Bolívia e os seus impactos nas percepções sociais sobre as migrações. **Revista GeoPantanal**, v. 16, n. 31, p. 134-152, 2021.

ARAÚJO, Laura Tathianne Ramos; JULIANO, Raquel Soares; SILVA, Walkiria Arruda da. Região fronteiriça e epidemiologia: estudo da esporotricose e sua relação na dinâmica da fronteira Brasil-Bolívia. **Revista GeoPantanal**, v. 12, p. 97-105, 2017.

BERGER, Zackary Dov *et al.* Covid-19: Control measures must be equitable and inclusive. **The BMJ**, v. 368, n. 1.141, 2020.

COSTA, Laís *et al.* Instrumentos supranacionais e ações internacionais visando à integração de fronteiras. In: COSTA, Laís (org.). **Integração de fronteiras: possibilidades Brasil-Bolívia na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde/Ministério da Integração Nacional/Organização Pan-Americana da Saúde, 2006. p. 83-106.

DECRETO ESTADUAL N. 15.578, DE 13 DE JANEIRO DE 2021. Governo Estadual do Mato Grosso do Sul. **Diário Oficial Eletrônico**, Campo Grande, Ano XLIII, n.

10.377, quinta-feira, 14 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10377_14_01_2021>. Acesso em: 20 set. 2021.

FANG, Lei; KARAKIULAKIS, George; ROTH, Michael. Are patients with hypertension and diabetes mellitus at increased risk for Covid-19? **Lancet Respir Med.**, v. 8, 2020. Disponível em: <<https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2213-2600%2820%2930116-8>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FREITAS, Elisa Pinheiro de *et al.* A pandemia da Covid-19 e o papel dos templos religiosos na disseminação do coronavírus: um estudo de caso na fronteira Brasil-Bolívia. **Espaço e Tempo Midiáticos**, v. 3, n. 2, p. 11, 24 dez. 2021.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois; COSTA, Laís. A política nacional de integração e o desenvolvimento das fronteiras: o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira PDF. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (org.). **Território sem limites**. Estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Editora da UFMS, 2005. p. 25-46.

GIOVANELLA, Ligia. **Saúde nas fronteiras**: estudo do acesso aos serviços de saúde nas cidades de fronteira com países do Mercosul. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2007. p. 70

GIOVANELLA, Ligia *et al.* Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do Mercosul na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública** [on-line], v. 23, supl. 2, p. S251-S266, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001400014>>. Epub, 4 jul. 2007; <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001400014>>. Acesso em: 4 set. 2021.

HAN, Byung-Chul. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han. **El País Brasil**, 22 mar. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>>. Acesso em: 6 abr. 2021.

HEYMANN, David Lshtm; SHINDO, Nahoko. Covid-19: what is next for public health? **Lancet**, v. 395, n. 10.224, p. 542-545, 2020.

MACHADO, Lia Osorio *et al.* O desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. **Território, População e Desenvolvimento**, p. 51-76, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, métodos e criatividade. 34. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

MOURA, Eduardo Cardoso de; FURTADO, Liliane; SOBRAL, Filipe. Epidemia de burnout durante a pandemia de Covid-19: o papel da LMX na redução do burnout dos médicos. **Rev. Adm. Empres.**, v. 60, n. 6, p. 426-436, dez. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902020000600426&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 maio 2021.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; DAL PRA, Keli Regina; FERMIANO, Sabrina. A diversidade ética e política na garantia e fruição do direito à saúde nos municípios brasileiros da linha da fronteira do Mercosul. **Cadernos de Saúde Pública** [on-line], v. 23,

FREITAS, E. P. de; MORAES, I. S. de; PEREIRA, L. dos S.; SÁ, R. R. • Pandemia de Covid-19, saneamento básico e vacinação em massa na fronteira Brasil-Bolívia: o caso de Corumbá-MS

supl. 2, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/LndN8bPLvcDDPgjKMP4Kj8K/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 4 set. 2021.

OUR WORLD IN DATA. Coronavirus (Covid-19) Vaccinations. **Our World in Data** [20/9/2021]. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>>. Acesso em: 20 set. 2021.

PEITER, Paulo Cesar. **Geografia da saúde na faixa da fronteira continental do Brasil na passagem do milênio**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

POOLE, Danielle Nash *et al.* Resposta à pandemia do Covid-19 em crises humanitárias complexas. **Int. J. Equity Health**, v. 19, n. 41, 2020.

RESOLUÇÃO SES/SEJUSP-MS N. 01, DE 11 DE JANEIRO DE 2021. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) e Secretaria de Estado de Saúde (SES). Mato Grosso do Sul, 2021.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração**. Os paradoxos da alteridade. Trad. de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL (SES-MS). Governo do Mato Grosso do Sul. **Mato Grosso do Sul já tem população com 75% com a primeira dose e 50% com a segunda dose**. 2021. Disponível em: <<https://www.saude.ms.gov.br/mato-grosso-do-sul-ja-tem-populacao-com-75-com-a-primeira-dose-e-50-com-a-segunda-dose/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL (SES-MS). Governo do Mato Grosso do Sul. **Em Corumbá, SES e Cosems lançam vacinação em massa para municípios da fronteira de MS**. 2021a. Disponível em: <<https://www.saude.ms.gov.br/em-corumba-ses-e-cosems-lancam-vacinacao-em-massa-para-municipios-da-fronteira-de-ms/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

SENHORAS, Elói Martins. O campo de poder das vacinas na pandemia da Covid-19. **Boletim de Conjuntura (Boca)**, Boa Vista, v. 6, n. 18, p. 110-121, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5009525. Disponível em: <<http://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/400>>. Acesso em: 20 set. 2021.

SMITH, James Andrew; JUDD, Jenni. Covid-19: vulnerability and the power of privilege in a pandemic. **Health Promotion Journal of Australia**, p. 1-3, 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VACINÔMETRO COVID-19: CORUMBÁ. **Painel de vacinação** – Atualização: 20/9/21, às 13h. Disponível em: <<http://sisms.corumba.ms.gov.br/vacinometro/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

Sobre os autores e as autoras

Elisa Pinheiro de Freitas: Geógrafa, Mestre e Doutora em Ciências/Área de concentração Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta no Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus do Pantanal. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF). Membro do Conselho Editorial da Revista Espaço e Tempos Midiáticos (UFT).

Fabiano Quadros Rückert: Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor Adjunto no Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus do Pantanal. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS, Câmpus do Pantanal.

Isadora Sigarini de Moraes: Enfermeira formada pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e membro do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais pela mesma instituição.

Leandro dos Santos Pereira: Licenciado em Geografia e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal (UFMS-CPAN). Atualmente é Bolsista da Fundect-MS desenvolvendo pesquisa sobre o Saneamento básico na fronteira internacional Brasil-Bolívia e Docente na rede estadual de ensino básico de Mato Grosso do Sul.

Rafael Rocha Sá: Graduado em Geografia – Licenciatura pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Câmpus do Pantanal (UFMS-CPAN). Desenvolve pesquisas e estudos na área de Geografia, com ênfase em Geotecnologias, Geografia da Saúde e Geografia Urbana. Integrante da equipe do projeto de pesquisa “Análise Espacial dos Casos de Covid-19 em Corumbá/Ladário-MS” e da Rede Geográfica de Análise da Pandemia em Mato Grosso do Sul. Atualmente, leciona como Oficial R2 no Colégio Militar de Campo Grande.

Rogério Ribeiro Antonio: Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atuou como professor substituto na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e nas Faculdades Integradas de Nova Andradina – FINAN. Pesquisa temas relacionados à história agrária, com ênfase no estado de Mato Grosso do Sul.

Na sua estrutura e estilo textual, o livro se caracteriza por ser uma obra acadêmica. No entanto, os autores almejam encontrar leitores dentro e fora dos “muros” das universidades. Acreditamos que as negociações e decisões que impactam na urbanização e na oferta do abastecimento de água demandam maior envolvimento da sociedade e não devem estar restritas aos burocratas, políticos, corporações empresariais e cientistas. Dito de outra forma: acreditamos que assuntos de interesse público necessitam ser divulgados, discutidos e pensados coletivamente. Seguindo essa concepção, entendemos ser pertinente uma reflexão que busque articular as múltiplas historicidades e espacialidades das relações entre a urbanização e o abastecimento de água.

